

MALALA

v.3 / n.4

Revista do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano (GTOMMM)
Laboratório de Estudos da Ásia (LEA) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da
Universidade de São Paulo (USP)

abr. 2015



Malala

v.3 n.4 – abr. 2015

revista do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano (GTOMMM)
Laboratório de Estudos da Ásia (LEA)
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)
Universidade de São Paulo (USP)

Comissão editorial

Ariel Finguerut

Cila Lima

Danilo Guiral Bassi

Natália Nahas Carneiro Maia Calfat

Coordenação

Peter Robert Demant

Capa

“Ruínas da vila de Lifta”

foto cedida por Danilo Guiral Bassi

Malala Yousafzai no dia 12 de julho de 2013, ao completar dezesseis anos, falou no plenário das Nações Unidas sobre educação, luta e coragem, declarando, logo no início, que “não sabe ao certo o que as pessoas esperam dela”.

Malala desperta desconfianças e também expectativas. Com seus 16 anos recém-completos, ela pode ainda mudar de opinião, de postura ou até mesmo pode rever suas bandeiras e relação com o islã. Portanto sabemos dos riscos que estamos aceitando ao escolher *Malala* como nome de nossa revista eletrônica.

Sua trajetória, de menina paquistanesa que, no dia 9 de outubro de 2012, foi alvejada no rosto, em ataque assumido pelo grupo extremista Talibã, em resposta à sua luta por educação, tanto pela internet como em dimensão internacional, com divulgação pela grande mídia, até seu discurso na ONU em comemoração aos seus 16 anos e recuperada do atentado desperta grande comoção. O mundo conheceu a luta dessa jovem muçulmana por educação, igualdade e contra o extremismo religioso. Sem se deixar vencer ou silenciar (já que se salvou do ataque), nem se colocando como vítima, nem prometendo vingança ou declarando “guerra”, Malala mostrou a força de suas (delicadas, mas assertivas) palavras, declarando na ONU que ela, Malala, é “uma garota entre muitas”.

Para nós, Malala mais do que um símbolo político é uma inspiração acadêmica. Ela nos leva a pensar que podemos transcender e vencer preconceitos, superar estereótipos e criar um espaço para discussão e troca de ideias sem medo, com pluralidade, coragem e abertura, sem abrir mão de textos claros, de pesquisas sérias e de debates com ideias que muitas vezes podem ser conflitantes sobre Oriente Médio e Mundo Muçulmano.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões
neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da revista *Malala*

SUMÁRIO

ENTREVISTA

- “ANTES DE QUESTÕES DE STATUS FINAL, É PRECISO FALARMOS DE UMA NEGOCIAÇÃO DE PAZ PRODUZIDA PELO RECONHECIMENTO E PELA IMPLEMENTAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS” – ENTREVISTA DA PROF.^a DR.^a ARLENE CLEMESHA (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO) À REVISTA *MALALA* 3

ENSAIO

- BOLETÍN *MALALA*, UNIVERSIDAD DE SÃO PAULO: DESAFÍOS, RESISTENCIAS Y ESPACIO EN BRASIL PARA DEBATES SOBRE EL ISLAM Y EL MUNDO MUSULMÁN (CILA LIMA – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – E ARIEL FINGUERUT – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS) 23

ARTIGO

- DE MARTIN BUBER A EDWARD SAID – UM ESTADO BINACIONAL NA PALESTINA HISTÓRICA: UMA ANTIGA PROPOSTA QUE RESSURGE (DANILO GUIRAL BASSI – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO) 49

ARTIGO

- AS LEIS DISCRIMINATÓRIAS DE ISRAEL À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL (JULIA CALIGIORNE SANTOS - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS) 63

ARTIGO

- ALIENATION AND VIOLENCE: FRANTZ FANON AND THE ISRAELI-PALESTINIAN CONFLICT (MAURO SACCOL – UNIVERSIDADE DE GÊNOVA) 75

RELATO DE CAMPO

IMPRESSÃO DAS IMPRESSÕES (ROGEL TAVARES – CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO) 93

COLUNA OPINATIVA

BDS: AJUDA OU PREJUDICA O MOVIMENTO PALESTINO? (DANIELLA KÖHNEN ABRAMOVAY – UNIVERSIDADE DE NOVA IORQUE) 103

COLUNA OPINATIVA

AS ESQUERDAS E ISRAEL: MUITA MILITÂNCIA E POUCO DIÁLOGO (ARIEL FINGUERUT – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS) 109

COLUNA OPINATIVA

GAZA, 2014: UNDERSTANDING THE ISRAELI-PALESTINIAN CONFLICT (ANTONIO PERRA – KING'S COLLEGE DE LONDRES) 117

RESENHA

HANNAH ARENDT, DE MARGARETHE VON TROTTA (JOANA MARINHO – UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA) 123

RESENHA

SPIES AGAINST ARMAGEDDON: INSIDE ISRAEL'S SECRET WARS, DE DAN RAVIV E YOSSI MELMAN (BERNARDO WAHL G. DE ARAÚJO JORGE – PROGRAMA SANTIAGO DANTAS) 131

**“ANTES DE QUESTÕES DE STATUS FINAL, É
PRECISO FALARMOS DE UMA NEGOCIAÇÃO DE PAZ
PRODUZIDA PELO RECONHECIMENTO E PELA
IMPLEMENTAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS”**

Entrevista da Prof. Dra. Arlene Clemesha à revista *Malala*¹

Revista *Malala*: Geralmente um ponto de partida de nossas entrevistas é falarmos sobre a formação de nosso entrevistado. A senhora possui experiência na área de História, com ênfase em História Contemporânea, atuando principalmente com História da Palestina, árabe e com a própria questão palestina. Poderia falar um pouco mais sobre a sua trajetória?

Arlene Clemesha: Então, para que fique registrado, nós combinamos que falaremos “você” (risos). Bom, eu sou formada em História com toda a minha pesquisa na área de História, mestrado e doutorado, e a minha trajetória realmente foi em busca de respostas para este que é um dos grandes conflitos mundiais hoje, que é o conflito israelo-palestino. Comecei os meus estudos não só atrás do conflito, mas interessada também em questões de opressão, emancipação, estigmatização, racismo e traços como estes que estão tão presentes nos conflitos hoje. Então meu mestrado, ou minhas primeiras pesquisas ainda na graduação na verdade, foram sobre a questão judaica, e meu mestrado foi todo em pesquisas relacionadas à questão judaica, visões sobre a questão judaica e movimentos sociais que buscavam a emancipação dos judeus antes mesmo da origem do sionismo. E no doutorado é que eu parti para a questão palestina,

¹ Entrevista realizada no dia 30 de Janeiro de 2015 por Natalia Nahas Calfat e Danilo Guiral Bassi.

não só a questão palestina, mas um contexto na verdade mundial um pouco mais amplo, ou seja, a Segunda Guerra Mundial, a criação de Israel e o conflito árabe-israelense.

R.M.: Você é professora doutora do Departamento de Letras Orientais (FFLCH) da Universidade de São Paulo, atual Diretora do Centro de Estudos Árabes da USP e membro do comitê de coordenação do United Nations International Coordinating Network on Palestine (ICNP-UN). Como esta atuação docente influencia na formação de novos pesquisadores dentro desta área e trabalhando com estes temas? Qual a sua preocupação inicial ao formar estes novos pesquisadores?

A.C.: A minha preocupação enquanto professora da USP e diretora do Centro de Estudos Árabes é, mais que nada, permitir que os alunos possam desenvolver os temas de seu interesse e buscando as fontes e os métodos do seu interesse. Então eu não busco guiar nada, absolutamente nada (risos). Eu não acredito muito na influência de orientador sobre aluno – aliás, eu não acredito nada. Eu acho que os alunos são bastante independentes e bastante inteligentes para encontrarem seu caminho. Então o máximo que eu posso fazer é abrir ao máximo as portas que me são possíveis e cabíveis para que os alunos tenham o espaço do curso de árabe para sua formação. O curso de árabe tem uma característica, que é ser um curso de letras, evidentemente. O que por um lado permite um trabalho bastante livre em termos de fontes, então os alunos podem reunir as fontes de diversas áreas das humanidades tanto de Letras, como de Relações Internacionais, História principalmente, na verdade, sem necessariamente terem que desenvolver pesquisas em História árabe. Então dentro dos estudos árabes, nós estamos abertos para um leque maior, um leque bastante amplo de pesquisas e de tendências.

R.M.: Você acha que nessa área de estudos e de pesquisa é possível dissociar o conhecimento e a produção científica e acadêmica da ação, atuação e posicionamento políticos?

A.C.: Veja, é possível dissociar e é possível fazer as duas coisas juntamente. Todos os dois quadros, as duas hipóteses são possíveis. Você pode, digamos, dedicar dois anos da sua vida a fazer apenas pesquisa sem ter nenhum tipo de atuação ativista, militante, em grupos de digamos defesa dos direitos palestinos – como eu tenho na ONU, que é uma

atuação –, como você pode fazer as duas coisas juntas. O que você não pode é deixar de ter um posicionamento em relação àquilo que você está estudando. Ou seja, isenção não existe. Você pode ter objetividade e dizer claramente qual é a sua postura. Isso é honestidade intelectual.

R.M.: Sabemos que você contabiliza um número significativo de viagens ao Oriente Médio, Israel e Palestina. Após suas inúmeras experiências, como é sua visão atual do conflito após estas visitas e convivência *in loco*? Elas mudaram sua percepção do conflito e daquelas sociedades em algum momento?

A.C.: Visitar a Palestina, as universidades na Palestina, as comunidades, tanto cidades, quanto vilarejos, como meios, por exemplo, menos atingidos como beduínos e tudo mais, ou seja, ter este trânsito pela Palestina, é muito importante para conseguir aprofundar a sua percepção e o seu entendimento de tudo aquilo que você pesquisa nos livros. Porque a História vai te trazer um tipo de visão, uma visão que pode ser muito precisa, você pode atingir um grau de percepção, de entendimento, bastante preciso através de uma leitura crítica de diversas fontes sempre variadas. Mas uma visita *in loco*, este contato, sempre é extremamente importante. Eu não sei se muda, se mudou a minha visão, mas certamente ajudou a aprofundar.

R.M.: Sobre o conflito propriamente dito, na sua perspectiva, faz sentido falarmos em negociações de paz? Tanto hoje quanto no passado. Pode-se estabelecer uma negociação de paz quando há uma relação de poder desigual como sabemos que existe na região?

A.C.: Bom, as primeiras negociações de paz que foram ensaiadas e tentadas foram logo após a Segunda Guerra Mundial e a criação do Estado de Israel – e estas fracassaram. E só foram retomadas na década de 90. E o fracasso mais uma vez de todas estas tentativas poderia nos levar a dizer que não faz sentido falar em negociações de paz. No entanto, faz sentido. Mesmo dentro de uma assimetria de forças, faz sentido buscar as condições para que as negociações de paz possam acontecer. Ou seja, o que não faz sentido é simplesmente abrir mão de qualquer tentativa de negociação de paz.

R.M.: Na sua perspectiva quais são as precondições estabelecidas pelo Estado de Israel e seus governantes e pelos palestinos e pela Autoridade Palestina em possíveis negociações de paz? Quanto distante estamos de uma possível paz permanente na região?

A.C.: Estamos muito distantes, acredito eu, da possibilidade de uma verdadeira negociação de paz. E o que pode nos aproximar não é nem tanto uma análise das pré-condições israelenses ou palestinas, mas uma análise da correlação de forças. Então somente uma correlação mais equilibrada e justa de forças é que pode dar resultado. E aí não importa quais sejam as pré-condições ou linhas vermelhas, elas caem e são erguidas a medida em que a negociação acontece. Então esta mudança na correlação de forças é o que precisa acontecer.

R.M.: Você acredita que existam itens para ambas as partes que sejam “negociáveis” e outros “inegociáveis”? Quais são eles? Existe uma linha que estabelece que “a partir daqui não estou disposto a ceder ou abrir mão de determinadas demandas”?

A.C.: Eu poderia responder “as questões de status final”, por exemplo, não é? Então: Jerusalém, fronteiras, água e refugiados. Mas existe uma questão que sempre parece que escapa às negociações, que são os direitos humanos. Então, ao invés das negociações serem norteadas e conduzidas pelo respeito aos direitos humanos, elas são deslocadas para outros pontos digamos assim, chamados de questões de *status* final, e que são importantes. Eu penso mesmo que abrir mão de Jerusalém Oriental é algo que nenhum governo palestino, mesmo com um governo extremamente fraco, poderia fazer. Abrir mão do reconhecimento do direito de retorno, com uma negociação sobre a implementação do direito do mesmo, porque não é algo fácil e ninguém vai ignorar que seja possível de uma hora para outra que o direito de retorno de nem 5 milhões (5 milhões são os refugiados que estão registrados na UNRWA, 4,7 milhões a esta altura, não sei, mas na verdade algumas estimativas contabilizam 9 milhões de refugiados e algumas chegam a 11 milhões de refugiados palestinos, com seus descendentes, não registrados na ONU). Bom, então não é uma questão fácil, mas deixar de haver o reconhecimento... Então esta questão de *status* final ela não está aí à toa, são questões importantes, mas a gente vê que na correlação de forças a questão da fronteira começa a

flutuar de acordo com a possibilidade de cada lado firmar sua posição. Então dizer que é uma questão de *status* final é algo também muito abstrato, não é? Qual é realmente a possibilidade de implementação de uma fronteira com base na Linha Verde, com base no Armistício de 1949, que é a linha da invasão de 1967? É essa a questão que a gente se deve perguntar. E depois a questão da exploração de água, então, é algo que é extremamente complexo e que vem acontecendo de uma maneira muito injusta para o lado palestino. Mas dentro de tudo isso, o que a gente vê no fundo é uma população palestina que, em muitos casos, talvez nem se importasse se aquilo tudo fosse chamado de Israel, de Palestina, de Terra Verde, Azul ou Vermelha, conquanto que tivessem condições de vida, que pudessem ir e vir, que pudessem trabalhar. A gente tem mais de 70% da população da Cisjordânia desempregada, e que, para conseguir trabalhar, por exemplo, em Jerusalém Oriental, enfrenta uma fila de duas horas e meia das cinco às sete e meia da manhã por onde passam em um único *check point* 5 mil pessoas nesse período, ou seja, mais de setecentas a cada meia-hora. Ou seja, isto não é condição de vida, cadê os direitos humanos? Então, se as condições de vida são resolvidas, aí você tem outro panorama para se falar em acordo de paz. E o que seria um acordo de paz se estas condições de vida e de direitos humanos não forem resolvidas? Ele vai vingar? Vai ser um verdadeiro acordo de paz? Ao invés de falarmos em questões de status final ou, digamos assim, antes, até, de questões de status final, é preciso falarmos de uma negociação produzida pelo reconhecimento e pela tentativa da implementação de direitos humanos. E aí o que precisa para esta implementação? É muito detalhado, mas várias vezes grupos até honestos de pessoas tentaram seriamente sentar para elaborar este tipo de quadro, mas nunca foi para frente.

R.M.: Ainda sobre as possíveis negociações, o Professor Samuel Feldberg, em entrevista concedida ao volume 1 do boletim Malala n. 3 afirmou que “o máximo que Israel está disposto a oferecer não chega ao mínimo que os palestinos estão dispostos à aceitar, e vice-versa”. Você concorda com essa declaração?

A.C.: É uma declaração que eu acho que sim, que você pode dizer que é válida, e mais do que isto, a gente nunca teve um governo palestino tão disposto a oferecer e um governo israelense tão não disposto a conceder. Então temos uma total assimetria hoje. É difícil imaginar um cenário pior, apesar de a gente saber que pode chegar lá.

R.M.: Em sua visão, você diria que o fator confiança seja decisivo? Quão importante você julga os lados confiarem na negociação e no interlocutor presente?

A.C.: É essencial.

R.M.: E como você vê a falta de confiança alegada por Israel em negociar com os palestinos? Por exemplo, argumenta-se que o Hamas é um grupo terrorista e que não se pode dialogar com tal interlocutor.

A.C.: Bom, isto é um subterfúgio. Israel é perfeitamente capaz de negociar com o Hamas. Veja, por que que eu digo que é um subterfúgio? Porque o governo israelense toda vez que se vê próximo de uma situação, de um governo de união nacional – e isto já aconteceu três vezes de maneira muito concreta no passado, uma vez foi agora em 2014 e outras vezes em 2005 e 2008 –, então as três vezes em que o governo israelense se viu próximo de estar numa situação onde seria chamado à decidir negociar ou não negociar, de fato, ou seja, conversar ou não conversar com um governo que tivesse a participação do Hamas, algum evento bastante suspeito de boicote à aproximação ao governo de união nacional aconteceu. E porque eu digo que tudo indica que seja um subterfúgio, não só por isto, e eu vou explicar melhor isso, mas também por causa da maneira como o governo israelense tratava o partido do Yasser Arafat e o próprio Yasser Arafat na década de 1970. Quer dizer, o Fatah era chamado de terrorista, o argumento para não negociar com o Fatah era ele ser terrorista, e o Yasser Arafat, terrorista. Até que finalmente começaram as negociações de Oslo e nelas o governo israelense não aceitou ainda a participação de Arafat, mas a OLP participou, e depois de um tempo começaram as negociações diretas com Arafat, e foi possível chegar a um acordo, que foi Oslo – que não foi implementado, mas é uma outra história. A história da não implementação do Acordo de Oslo é um caso em si. Então você passa de um discurso de demonização de seu oponente como argumento para não conversar com ele, e quando se conversa aquele grupo de repente então... Tudo bem que ele anunciou que deixava as armas, mas por que anunciou que deixava as armas? Porque havia um contexto em que julgou favorável para isto. O Hamas, quantas vezes já não indicou que conversaria com Israel? Já indicou várias vezes. Lembrando que o Hamas é um grupo, é um partido, que tem sua ala militar, sua

milícia, mas é muito amplo, lembrando que o Hamas não tem uma voz só, tem diferentes lideranças. Mas mesmo levando isto em conta, tivemos já alguns sinais do Hamas de que ele estaria favorável e já houve inclusive períodos bastante longos de seis meses, de vários meses, de cessar fogo com Israel que funcionaram perfeitamente. Quer dizer, o Hamas já mostrou ser um interlocutor possível, um interlocutor até mesmo confiável, em segurar militantes mais “incontroláveis” ou qualquer coisa dentro da Faixa de Gaza, de assegurar a fronteira entre Israel e Gaza. E por que é que então Israel continua dizendo que [o Hamas] não é um interlocutor possível e continua boicotando toda tentativa de união do Hamas com o Fatah? Me parece que a conclusão lógica é uma falta de vontade política de negociar. O problema não é *o interlocutor*. Talvez até a gente encontre problemas no interlocutor, mas antes de se chegar nisso você tem uma falta de vontade política de negociar, e que a história, toda cronologia, sequência e interpretação delas demonstram.

R.M.: Hoje em dia como você vê o papel dos EUA como mediador ou possível mediador nas negociações entre israelenses e palestinos?

A.C.: Os Estados Unidos têm sido *o* negociador exclusivo. E em grande parte um negociador pouco apto a criar as condições de um equilíbrio de forças que possa levar a um acordo. Ou seja, colocar o seu peso para que um lado ceda e o outro lado também. Mas a gente não pode ignorar que os Estados Unidos vão continuar tendo um papel preponderante. Achar que as negociações num curto ou médio prazo vão poder acontecer sem a mediação dos Estados Unidos não é real. Então é preciso retroagir um pouco e pensar em um quadro mais amplo de preparação destas negociações. Porque nas negociações os Estados Unidos vão estar. E a gente sabe que nas negociações com os Estados Unidos não se tem obtido resultados. Não é vontade de dizer uma coisa ou outra, é a prática.

R.M.: Você vê alguma alternativa então na mediação? Inclusão de novo atores, de países em desenvolvimento, alguns falam dos BRICS ou até mesmo do Brasil? O que você diria sobre os Estados Unidos serem parte interessada ou viesada nas negociações? O envolvimento de novos atores como mediadores tornaria as negociações mais multipolares?

A.C.: Sim, seria ótimo sugerir outros atores, seria ótimo se houvesse. Por exemplo, por que não pensar na Assembleia Geral da ONU? Por que não pensar em um corpo representado por todos os países, por algo muito amplo? Por que os BRICS seriam? Como justificar os BRICs ou o Brasil como mediador? Não existe uma justificativa, mas algo que parta da Assembleia Geral, formação de algo muito amplo, aí sim encontraríamos uma justificativa. É uma questão internacional, o problema foi criado em grande medida pela ONU, a ONU é responsável e assim por diante. Agora, o problema é como mudar este quadro de negociações. Como retirar a exclusividade de intermediador das mãos dos Estados Unidos? Porque que todos sabem que isto precisa acontecer para se ter um acordo é dado, a questão é como retirar esta participação.

R.M.: Você acha que Israel já está, na prática, definindo suas fronteiras, considerando principalmente a construção do muro, cada vez mais investimentos na construção de assentamentos e a não evolução das áreas A, B e C dos Acordos de Oslo que continuam estagnadas nas mesmas fronteiras, ao invés de terem migrado de Área C para Área B e Área B para Área A até que os territórios palestinos finalmente tivessem territórios contínuos e viáveis?

A.C.: Eu penso que sim, uma análise do período de Oslo até aqui, incluindo as áreas A, B e C, o que foi feito em termos de legislação, leis e acordos com a Autoridade Palestina de transferência da área A, com poderes municipais, o trajeto do muro e os assentamentos... Eu penso que a gente consegue enxergar aí o estabelecimento sim de uma ocupação passo a passo. Agora fronteiras, não seria o muro, o muro não é fronteira alguma. E também acho que existem também muitas correntes dentro de Israel e que passaram pelo poder desde os Acordos de Oslo até hoje e de 2002, com o início da construção do muro, até hoje. Mas de uma maneira geral, a *grosso modo*, você vê sim a implementação de um projeto, que é um projeto de ocupação, um projeto de delimitação de fronteiras, e aí eu uso “fronteiras” no plural, porque eu não acredito que o projeto de fronteira seja no muro, o projeto que a gente vê é um projeto de ocupação de toda a Cisjordânia, é só olhar o modelo dos assentamentos. Quem está lá sabe que o muro na verdade é imperceptível quase se você for israelense, e ele é uma muralha enorme se você for palestino. Se você for israelense esse muro não é fronteira alguma, e se você for

palestino você está na verdade encerrado em bolsões territoriais com a ajuda do muro e de outras medidas.

R.M.: Muitos críticos das políticas israelenses costumam comparar a situação do conflito israelo-palestino com o Apartheid, que perdurou na África do Sul de 1948 a 1994. Neste sentido há iniciativas que propõem boicotar e tentar isolar, se não Israel, pelo menos as colônias ilegais e responder economicamente à expansão dos novos territórios ocupados. Como você avalia possíveis boicotes a Israel, sobretudo a campanha de BDS – Boicote, Desinvestimento e Sanções?

A.C.: É possível olhar para a campanha de BDS como uma tentativa de parar o crescimento de colônias, como uma tentativa de defender a solução de dois Estados, digamos assim. Se o boicote foi contra produtos das colônias, você coloca uma posição, olha, queremos então a retirada das colônias para que seja possível então a criação de dois Estados. Mas de uma maneira realista, hoje, dado o atraso nas negociações, dado o avanço na construção de colônias, o panorama em aberto que é a questão palestina, é um campo em aberto. Nenhuma solução está sendo implementada, a não ser soluções não declaradas, digamos assim; então dado este quadro de incertezas, eu acho que talvez seja interessante olhar para a campanha de BDS sob um outro ângulo, sob um ângulo que tem mais a ver com a relação com a África do Sul, de uma campanha contra a violação de direitos humanos dos palestinos. E extraindo do quadro de solução de um Estado, solução de dois Estados, que é uma discussão que está tão longínqua hoje, que é uma discussão que vai depender muito do que vai acontecer internamente. Uma solução de um Estado, por exemplo, depende da população palestina e israelense, uma solução de dois Estados também depende de uma série de fatores. Então, talvez o maior potencial da campanha de BDS seja criar realmente um incômodo para qualquer tipo de empresa israelense que esteja operando – nos assentamento ou não, mas pode ser operando nos assentamentos. Este incômodo é muito forte. Na verdade, um BDS bem sucedido, um desinvestimento que aconteça, gera um incômodo bastante grande para a empresa em questão. E ao mesmo tempo, gera um debate de opinião pública do porquê estar acontecendo esta campanha, e, ao mesmo tempo, lembrar que é uma campanha não violenta. Então, no final das contas, temos uma campanha não violenta, única, dentro de um quadro de negociações que também são não violentas, mas que são fracassadas,

ações diplomáticas que aqui e ali conseguem algum êxito, muito importante, mas como por exemplo a adesão agora da Autoridade Palestina, ou do governo palestino – se reconhecemos o Estado, como o Brasil reconhece – a uma série de conversões internacionais, incluindo o protocolo de Roma que criou o Tribunal Penal Internacional, mas a Palestina não conseguiu ingressar na ONU devido ao veto do Conselho de Segurança. Então você tem um quadro diplomático difícil, que seria a via pacífica, e você tem uma luta armada, conduzida pelo Hamas por exemplo. Assim, a única alternativa a uma via pacífica fracassada, em grande medida, com pouquíssimos êxitos – apesar de importantes – e uma via belicosa, que só traz mais mortes, tanto de israelense como de centenas e milhares de palestinos, esta única terceira via é a campanha de BDS que está no cenário internacional desde 2005. Então acho interessante que esta campanha de BDS pode ser vista como um fator que parte da sociedade civil internacional, comunidades ao redor do mundo de fazer pressão sobre Estados para reverter aquela correlação de forças de que falávamos. Então pouco importa se é contra assentamentos ou não, pode até ser limitada a empresas que estejam atuando nos assentamentos, mas o que importa é enxergar essa campanha como uma maneira de alterar a correlação de forças, através de uma conscientização, campanha internacional e assim por diante, e aí talvez forçar uma mudança no quadro. Esta é uma maneira de ver, otimista, de uma campanha não violenta que possa ter algum tipo de inserção de fato, seja qual for a solução que vier a ser dada para a questão palestina, e que vai depender de muitos outros fatores.

R.M.: Você falou da estratégia belicosa do Hamas, você imagina o Hamas se tornando um movimento exclusivamente político sem o uso das armas? Um partido político tradicional? Ou ‘uma vez grupo terrorista sempre grupo terrorista’?

A.C.: Hoje, o Hamas é um grupo, um partido político, que tem seu braço armado que são as Brigadas Qassamistas. O Hamas pode deixar de ser chamado de grupo terrorista. Primeiro, o que é ser grupo terrorista? Depende de quem qualifica o Hamas como grupo terrorista. O Hamas pode deixar de ser qualificado como grupo terrorista o dia em que ele for reconhecido como um partido e como composição de um governo. E esta mudança não se faz. E Israel está muito determinado em não fazer esta mudança. Quanto à característica bélica do Hamas, também pode mudar o dia justamente em que ele virar

governo, já que ele não terá uma milícia, ele forçará negociações para poder ter o direito de ter um exército, como todo país tem um exército, então ele comporá um país, um governo que vai lutar pelo direito de possuir um exército – a gente sabe hoje que a Palestina não tem este direito, segundo os Acordos de Oslo e demais subsequentes. Então esta classificação de grupo terrorista é algo que pode mudar sim, e o próprio caráter bélico do Hamas é um pouco uma simplificação, dizer que “o Hamas é bélico”. O Hamas tem a sua milícia e sua organização bélica dentro do contexto atual, que pode ser que mantenha, e pode ser que não. Agora, tem uma coisa que não podemos ignorar. O Hamas atuou durante a segunda Intifada, principalmente, com métodos de ataques a bomba e atentados a ônibus, a cafés, atentados a bomba dentro de Israel, por exemplo, e que são classificados como terroristas. Isto pode mudar por parte do Hamas? Eu penso que sim; por conhecer profundamente o Hamas? Não. Eu penso que sim pelo que a gente consegue ver dentro de um cenário local de evolução da questão palestina e com base em comparações históricas mais amplas. Tem mais uma coisa sobre o Hamas, existe o Hamas visto pela sua atuação em relação a Israel, ele então luta contra a ocupação israelense com os meios que podemos condenar ou não, e que na verdade eu condeno. Eu condeno toda a luta armada, e acho que não é a via. Atentados e foguetes, mesmo querendo legitimar sua luta por ser contra a ocupação, eu discordo. Eu acho que a luta do Hamas só castiga os palestinos na Faixa de Gaza. Porque acaba justificando ataques que matam 2.000 pessoas em uma operação de 15 ou 20 dias. E a melhor forma de lutar contra a ocupação é através da resistência não violenta. Não é uma declaração vaga, é uma declaração concreta, com base em resistências não violentas que aconteceram durante a primeira Intifada e com base em outros movimentos como, por exemplo, o caso da África do Sul. Então eu acho que a luta armada do Hamas é um atraso na verdade para a questão palestina, não vejo como uma luta que possa avançar na libertação nacional da palestina. Eu acho que hoje a gente vive um momento histórico em que não cabe mais este tipo de luta, temos outros recursos para poder lançar mão e evitar este tipo de situação. Mais uma coisa sobre Hamas mesmo, é que talvez o legado mais difícil e negativo do Hamas não seja a sua desmilitarização, mas sua aceitação dos próprios direitos humanos dos palestinos ali onde ele governa. Porque onde ele governa a população não pode... Eu conheço artistas palestinos que não podem tocar, não podem cantar, mulheres que são extremamente reprimidas, uma população que já é castigada pela ocupação e que também é castigada por um sistema bastante repressivo do Hamas.

Então o legado mais difícil de combater não vai ser nem a luta armada do Hamas, eu acho que será outro.

R.M.: Falando um pouco sobre os mecanismos de proteção antiterroristas oferecidos por parte de Israel a sua população, alguns analistas acreditam que Israel esteja se fortalecendo, estabelecendo realmente suas fronteiras, protegendo-se contra os terroristas, e que então a população de Israel estaria mais confortável hoje, principalmente com a construção do muro, solidificação dos assentamentos e bloqueios em Gaza. Como você percebe a alegada sensação de maior segurança, proteção e estabilidade dentro da sociedade israelense hoje? Qual o real nível e percepção de segurança dentro de Israel? Ela é diferente da sensação generalizada de insegurança e medo com os ataques terrorista durante a década de 1990 e anos 2000 em ônibus e cafés? Esta atual sensação de proteção e segurança é ilusória?

A.C.: Quem visita Israel – e eu estive lá no início de dezembro de 2014 e também outras vezes – não vê como uma sensação de segurança. O que eu vejo é uma despolitização da sociedade, o que é diferente. Então o muro teve muito efeito, as estradas exclusivas, todo este sistema de ocupação e que inclui uma segregação bastante forte da sociedade desde 2002, quando o muro começou a ser construído até hoje, há uma segregação cada vez maior da sociedade israelense para um lado e palestina para o outro. Esta segregação teve o efeito de despolitizar a sociedade, de jogar o problema para o outro lado do muro, então a população não vê muito o palestino, em Jerusalém você ainda vê, mas bem menos. Mas não aumentou a sensação de segurança. Eu pelo menos não vejo, inclusive a escalada de tensão que vimos no ano passado revelou justamente isto, e podemos – e eu pude – sentir um nível de tensão muito grande, porque todos sabem que no fundo é possível ultrapassar o muro, passar por caminhos alternativos, se esquivando dos grandes *checkpoints*, e que Israel, não é, por causa do muro, um país com fronteiras impermeáveis, digamos assim. Então essa sensação de segurança de fato não existe, porque o muro não tem qualquer coisa que ver com a sensação de segurança, tem sim a ver com despolitização. E, a sensação de medo e de insegurança pode ser habilmente fomentada e explorada por governantes israelenses no seio de sua população para capitalizar mais votos em tempos de campanha eleitoral.

R.M.: Do ponto de vista da política doméstica israelense, é possível observar uma mudança no jogo de forças nas últimas décadas. Nos anos 1970, a autodenominada esquerda trabalhista era hegemônica na política institucional israelense. Contudo, atualmente o número de parlamentares ditos de esquerda no Knesset é bastante fraco, e, mais recentemente, com a consolidação do Likud e da direita israelense a partir de Ariel Sharon a situação no governo mudou significativamente, ou seja, a direita se cristaliza como grupo hegemônico na política israelense, aliada à extrema-direita. Resta hoje à dita esquerda trabalhista aliar-se ao centro para tentar promover suas plataformas. Como você analisa esta mudança na relação de forças dentro da política interna israelense?

A.C.: De fato esta mudança aconteceu. Esta transição e o crescimento de grupos de direita e de extrema-direita em Israel e de grupos religiosos fundamentalistas em Israel é notável, principalmente no que diz respeito aos grupos religiosos há uma clara diferença em relação à fundação do sionismo e em relação à própria fundação de Israel. A diferença é muito notável e tem a ver inclusive com o período em que vivemos, o crescimento de grupos religiosos fundamentalistas, aliás, não somente em Israel, mas também islâmicos, e cristãos também. É uma tendência geral. Também a gente deve lembrar que, em termos de política externa, alguns governos trabalhistas, do período final principalmente, favoreceram políticas que hoje são mais abertamente defendidas pela direita, então às vezes não é tão simples colocar uma linha divisória entre trabalhistas e direita, no que se refere à política externa. No que tange a política doméstica a diferença é mais clara, mas na política externa quando vemos governos trabalhistas – como foi o caso de Ehud Barak durante o início da segunda Intifada – construindo assentamentos como nenhum outro governo antes dele, apoiando e permitindo ações de Ariel Sharon que, aliás, ajudaram a detonar a Intifada. Então também não é que fomos de um governo trabalhista para um governo e coalizões mais a direita. Ocorreu uma transição do cenário político como um todo.

R.M.: Como você reage a alguns especialistas no tema que indicam a desproporcionalidade em termos de cobertura e espaço que o conflito israelo-palestino possui na mídia? Alguns deles alertam que o número de civis e combatentes mortos não se aproxima aos números registrados em três anos de conflitos na Síria, a conflitos na África ou mesmo alvos de violência comunal no Brasil. Nisto estaria velada talvez uma

crítica à mídia internacional no sentido de que Israel não tivesse direito de reagir ao terror palestino e que houvesse uma espécie de perseguição ao Estado de Israel. Como você se posiciona em relação a estas críticas?

A.C.: É bastante frequente esta queixa e eu também já me deparei com esta queixa vindo à tona em debates. O conflito israelo-palestino é uma questão onde estão presentes muitas susceptibilidades, porque estão presentes histórias vivas, é uma questão em aberto e que toca fundo nos sentimentos e nas identificações das pessoas, nas perspectivas, nas suas filiações sentimentais, é uma questão muito delicada. Também já vi acontecer, em geral políticos e acadêmicos israelenses apresentam esta perspectiva e esta queixa, do excesso de cobertura da questão israelo-palestina pela mídia. De fato a questão está muito presente na mídia, primeiramente é preciso reconhecer que de fato ela está presente na mídia, mais do que outras questões que talvez levem a mais mortes do que a questão palestina, então talvez se possa dizer que se é para pesar mortes, por que a questão israelo-palestina está mais em evidência? Talvez a outra devesse estar mais em evidência. Mas não é uma questão de pesar mortes, é preciso ver por que a questão palestina está tão presente. Em primeiro lugar ela está ainda atrelada a um trauma europeu que foi o Holocausto. Isso coloca muito a questão judaica em evidência. E quando a gente fala na questão palestina, estamos falando de duas, israelo-palestina. São duas questões nesta relação, a judaica e a palestina. Em primeiro lugar, ela ainda está sob o impacto do Holocausto em termos de atenção e de olhar para o problema. Quer dizer, qual foi o impacto do Holocausto? O impacto do Holocausto foi a Europa ignorar que judeus estavam sendo massacrados, mortos, e exterminados, juntamente com outros, nos campos, e quando isto veio à tona líderes e governantes mundiais buscaram a qualquer custo uma tentativa de explicar o inexplicável e justificar o injustificável. E isso criou um impacto muito grande, que, aliás, pesou inclusive nas discussões e nas negociações na ONU que levaram inclusive à partilha da Palestina. Então quando a Palestina foi partilhada na Assembleia Geral da ONU, sem a participação dos palestinos no debate, e com voto contrário dos árabes, isso tudo foi um processo de muita atenção. Aquilo na época foi central, aliás foi central na própria história do mundo, na medida em que havia uma guerra na Europa, depois dessa guerra todo o processo de criação da ONU, a ONU recém criada decide algo tão significativo quanto a partilha da Palestina com voto de todos os países que eram membros na época. Ou seja, a questão

israelo-palestina foi criada já como uma questão internacional. Você não pode negar que a questão israelo-palestina, ou a questão da Palestina – já que é ela que ainda não obteve sua soberania, sua independência – é uma questão internacional, e, por ser uma questão internacional, ela recebe atenção internacional, e tem que receber. Então somente resumindo, é verdade que ela recebe, e se recebe é porque ela foi criada e existe sob impacto de grandes acontecimentos e por obra de uma atuação internacional – ainda limitada na época, pois ainda eram poucos os países membros da Assembleia, – mas sob atuação internacional. Então ela não tem como deixar de ser foco das atenções mundiais. Segunda questão, ela está no centro de uma região que durante todo o século XX, a partir da década de 1930 principalmente, foi centro das atenções mundiais por causa da extração de petróleo, e todo tipo de medida tomada no Oriente Médio tinha isto em mente, o que acontecerá com a extração do petróleo se aquela ou outra ação for tomada? Inclusive a criação de Israel também está dentro deste quadro. Também tem o interesse econômico, mesmo a Palestina não tendo petróleo, ela faz parte deste interesse econômico e esta divisão do Oriente Médio esteve influenciada por este interesse econômico. Por uma questão política internacional, por uma questão de impacto da Segunda-Guerra Mundial e do Holocausto e por uma questão de economia internacional, a questão israelo-palestina está então no centro do furacão e dos olhos do mundo. Ela está no centro das atenções mundiais pela história da questão israelo-palestina, pelo Holocausto, pela divisão desta terra. Ela é uma questão internacional, foi partilhada internacionalmente e precisa receber atenção internacional.

R.M.: Tanto dentro da Palestina como dentro de Israel existem movimentos políticos e sociais que se opõem ao *status quo*, as coisas como elas estão caminhando. Como você vê a efetividade e eficácia da ação destes movimentos, tanto israelenses quanto palestinos?

A.C.: É uma pena que estes movimentos da sociedade civil estejam na verdade tão reduzidos em relação, por exemplo, à primeira Intifada. A primeira Intifada foi um período de maior atuação da sociedade nas questões, tanto israelense como palestina. Mas eu vejo como a única centelha de esperança dentro de tudo isto, é o envolvimento das pessoas. E por isto que ações como o muro, de despolitização, o pior impacto do muro é este, é a despolitização, porque a atuação destes grupos é muito importante, é o que pode permitir... Enfim, tudo. Do lado israelense, você tem grupos de defesa dos

direitos humanos dos palestinos, são vários, eu nem saberia citar todos, tem o *B'T selem*, *Machsom Watch*, grupos palestinos dentro de Israel, *Peace Now*, *Zochrot*, tem até os *Shministim*, jovens que não servem no exército, estes grupos são fundamentais em manter, juntamente com os palestinos, o contato com a população palestina, quer dizer, todo o âmbito que puder, por menor que seja a dimensão daquilo naquele momento, mas todo âmbito que puder romper a segregação é precioso, porque a tendência hoje é de segregação cada vez maior e de crescimento da luta armada. Então estes grupos são fundamentais nisso, em manter a ponte, em manter o contato, manter o olhar humano, humanista, manter a possibilidade de crescimento de um verdadeiro movimento de emancipação dentro da região. E os movimentos palestinos idem, o *Badil*, o *Al-Haq*, que na verdade acho que existe dentro de Israel, mas é palestino, o *Stop the Wall...* Tem o prédio do AIC, *Alternative Information Center*, o *Badil* que já falei, também existe o *Alternative Tourism Group*, que também faz um trabalho espetacular, são vários e eu nem saberia agora dizer de cabeça e citar todos. E sem falar nos comitês populares, os comitês populares que estão ali, organizando a população para resistir à construção do muro, à expansão dos assentamentos, vilarejo por vilarejo, e isto é fundamental. Porque, se não for isto, vai ser o que? Esperar a ONU? Impossível! Entrar para a luta armada? É um tiro no pé – ou na cabeça digamos. Então eu não vejo outra alternativa. Recentemente, eu estive em uma conferência do Conselho Mundial de Igrejas, na Palestina, e é impressionante o trabalho que o Conselho Mundial de Igrejas pode fazer, positivo, de conscientização, de trabalho com o turismo religioso para tentar consertar deturpações que acontecem dentro do turismo religioso. Tem inúmeros âmbitos de atuação, que são todos muito importantes. Mas esta atuação do contato entre sociedade civil israelense e palestinos é fundamental, e só acontece por obra destes grupos, ou as vezes por pessoas, muitas vezes jornalistas, pessoas mais atuantes, é muito importante.

R.M.: Para finalizarmos, gostaríamos de questioná-la sobre antissemitismo e islamofobia. Nós tivemos eleições europeias para o parlamento europeu, que refletiram o crescimento da extrema-direita europeia, recentemente o atentado ao museu em Bruxelas e também, não há muito tempo, um atentado nos Estados Unidos, num centro de convivência cultural judaico. Como você avalia o aumento das manifestações de antissemitismo no contexto de hoje? E como explica o aumento dessas manifestações tanto no ocidente e na Europa, onde o antissemitismo é uma ferida recente, mas também

entre palestinos e árabes, mesmo que tenhamos que fazer uma ressalva e separar antissemitismo de antissionismo?

A.C.: Eu acho que dentro da Europa, em geral, as manifestações de antissemitismo que têm acontecido – e ao que tudo indica até crescido nos últimos anos –, ataques a sinagogas, centros, cemitérios, seja o que for, estão ligados a um crescimento da direita europeia mesmo, que é tradicionalmente antissemita e que atua e tem como objetivo o fomento de bodes expiatórios internos, vários, que também são islamofóbicos. Estes mesmo grupos são antissemitas e são islamofóbicos, muitas vezes não são coerentes em seus discursos, mas pouco importa, porque o que importa é fomentar o sentimento de medo, sentimento de vulnerabilidade da Europa, sentimento de uma Europa ameaçada, digamos, por fora e por dentro por possíveis ameaças tanto externas como internas, então o inimigo dentro de nós, tudo isso, que é típico de um discurso desta extrema-direita e que junto com o crescimento dela cresce este sentimento de antissemitismo. O antissemitismo nunca deixou de existir na Europa e, junto com ele hoje, cresce a islamofobia, mas depois tocamos nisto. Além deste antissemitismo tradicional, a gente tem bastante sentimento, seja entre árabes, mas principalmente no Oriente Médio, sentimentos de frustração, sentimento de indignação, sentimento de oposição às políticas israelenses contra os palestinos. Este sentimento de indignação com a opressão do povo palestino, este sentimento que vem junto com a ideia de que Israel ao atacar os palestinos, ao massacrar dois mil deles na Faixa de Gaza em menos de um mês e reiteradas vezes, “está nos atacando”, porque há um sentimento de irmandade com os palestinos. Então o ataque israelense com os palestinos para os árabes da região e para o Oriente Médio como um todo é visto como um ataque contra ele mesmo, contra todos, porque há um sentimento de solidariedade com estes palestinos. E esta indignação, esta revolta – e nós estamos falando de sentimentos, nós não estamos falando de processos racionais – e esse sentimento muito frequentemente têm a potencialidade, não digo que sempre, mas tem a potencialidade de transbordar para um sentimento contra judeus. Agora eu acho importante olhar para isto historicamente, e entender que antes do século XX não se podia falar de antissemitismo dentro do Oriente Médio ou regiões árabes, não havia perseguição do judeu por ser judeu. Esta é uma característica importante do antissemitismo: não tem como ele escapar desta condição de judeu, portanto não tem como ele escapar da perseguição, este é o antissemitismo. Então o antissemitismo ou a

perseguição ao judeu dentro do mundo árabe pelo fato de ser judeu nunca existiu antes do século XX e quando o sionismo começou a ser implantado no começo do século XX existem vários escritos e documentos que trazem lideranças árabes, poetas, intelectuais dizendo que há uma diferença entre o projeto sionista – a que eles se opunham – e os judeus que estavam lá há muito tempo e aos quais eles não se opunham. Porque estes intelectuais principalmente faziam questão de enunciar esta diferença: porque já havia uma confusão no começo do século XX, já estava havendo uma assimilação na percepção de muitos entre o projeto sionista e os judeus. Hoje, o Estado de Israel se apresenta como o Estado do povo judeu.

R.M.: Associação esta feita até para fortalecimento do discurso... Existe até um projeto de lei sendo debatido em Israel para aprovar o Estado de Israel como “Estado do Povo Judeu”, que inclusive gerou tanta disputa interna que desmantelou o parlamento e a coalizão de governo de Netanyahu.

A.C.: Exatamente. Há por todos os lados, tanto do lado israelense quanto do lado de lideranças muitas vezes mal conduzidas, atrozés até, dentro de mesquitas ou dentro de centros políticos, seja onde for, fazendo esta associação, entre o Estado – que é um Estado, uma entidade política, tem instituições, não pode ser personalizada – e a figura do judeu ou dos judeus. Então essa associação é promovida por vários, pró-israelenses e anti-israelenses, mas a associação é promovida, e a promoção desta associação acontece em detrimento da convivência entre árabes e judeus no Oriente Médio, porque promove a associação entre Estado e etnia judaica. Então podemos falar que hoje o antissionismo seja uma nova face do antissemitismo? Não. Por quê? Porque eu não estou falando que eles são iguais, estou falando que ele transborda, estou falando que o antissionismo transborda muitas vezes em ódio aos judeus – pelo simples fato de serem judeus – sem falar que isto vem ao encontro de um antissemitismo que existia na Europa e em outros lugares e que acaba entrando neste caldeirão de confusões, de preconceitos, e de problemas. Agora jamais eu diria que – e quem está fazendo pesquisa como vocês, e quem está neste campo tem sempre vontade de deixar muito claro – que jamais você pode, por este fato, pelo fato de haver um transbordamento, dizer que o antissionismo seja a nova face do antissemitismo. Porque são coisas diferentes, elas se confundem por

políticas equivocadas, por políticos equivocados, e assim por diante, mas são absolutamente diferentes.

R.M.: Você falou muito rapidamente sobre islamofobia e eu gostaria de voltar um pouco nisto. Aparentemente tem havido uma crescente islamofobia, dentro da Europa, dos Estados Unidos e em Israel. Como você avalia este movimento? Recentemente tivemos reações islamofóbicas com a divulgação do filme sobre Maomé e dois episódios envolvendo charges na Dinamarca e na França. Após o atentado ao *Charlie Hebdo*, vários muçulmanos foram alvos de islamofobia na Europa e houve relatos que muçulmanos até no Brasil passaram a sofrer ataques. Como você avalia estas manifestações?

A.C.: Eu avalio que a gente não conseguiu ainda superar uma... Vou começar dando um exemplo. Se antes da Segunda Guerra Mundial havia tanto antissemitismo como islamofobia – porque os dois existiam, apesar do antissemitismo estar em muito mais evidência que a islamofobia –, hoje a gente continua vendo a mesma coisa, só que a islamofobia está em maior evidência. Porque tanto o antissemitismo como a islamofobia fazem parte de um mesmo quadro, de um mesmo cenário, que tem como raiz a criação de um inimigo, a criação de um bode expiatório e um sentimento de superioridade inferiorizando o outro, ou seja, e a divisão do mundo, entre Ocidente/Oriente, nós/eles e assim por diante. Antes da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, o antissemitismo estava muito mais em evidência, como eu estava dizendo, mas, somente para darmos um exemplo, quando nos atentamos para o termo em Auschwitz que os nazistas usavam para designar os judeus internos em estado terminal, doentes, que já não pareciam figuras humanas, era “muçulmano”. Chamavam os internos judeus em estado terminal de “os muçulmanos”. Alias existem depoimentos terríveis de como que este grupo de “muçulmanos” eram indescritíveis, soldados que entraram para libertação do campo dizendo que não conseguiam olhar para estes “muçulmanos”, era algo que feria o próprio sentimento de humanidade de qualquer um que estivesse ali, e eram chamados de “muçulmanos”, e eram chamados assim porque andavam curvados. E por que justamente o sentimento de outro? O que é o outro? É o judeu, é o muçulmano, é aquele inimigo infiltrado. Com o Holocausto e este choque que foi, e esta necessidade de reparação do mal que foi o Holocausto, passou a crescer, não imediatamente, mas dependendo do período mais ou menos, mas no período atual, a crescer a islamofobia, e

com características muito semelhantes ao que era o tipo de sentimento antissemita, dizendo que eram infiltrados, que queriam dominar a Europa, e é o tipo de discurso que existe por setores da direita europeia dizendo que os muçulmanos estão infiltrados, que através das mesquitas querem formar uma rede de contatos que irá subverter a população europeia...

R.M.: ... e acabar com os princípios e valores europeus e criar ou resgatar uma suposta identidade endógena europeia, mas que na realidade nunca existiu sem este intercâmbio, já que este trânsito Ocidente/Oriente é histórico e não existe esta purificação do que é ser europeu ou do que é ser francês...

A.C.: Exatamente. A islamofobia hoje tem espantosamente características muito semelhantes ao que era o antissemitismo no período de ascensão do nazismo, por exemplo. Agora, lembrando que quando a gente fala de antissemitismo, antijudaísmo, islamofobia e para entender estes preconceitos e estes sentimentos, temos que olhar para aqueles que geram este sentimento, que não são nem os judeus e nem os muçulmanos. Ou seja, a islamofobia e o antissemitismo existem independentemente do que façam ou possam fazer os muçulmanos e os judeus. É claro que um atentado como o do *Charlie Hebdo* vai incentivar o sentimento islamofóbico, mas eles existem independentemente, como traços característicos e próprios e gerados pela sociedade europeia, e na verdade no mundo inteiro. Não estou falando somente europeia, mas pode acontecer e acontece nos Estados Unidos, e acontece como vocês estão dizendo no Brasil em graus maiores ou menores devido à história do problema. Mas entender estes preconceitos é preciso olhar para as sociedades que produzem este preconceito, muito mais do que olhar para os alvos deste preconceito, digamos assim. E é o que está acontecendo hoje na Europa com a islamofobia. E é só lembrarmos que os franceses pensam que tem muito mais muçulmano do que tem, de fato, na França, e assim por diante.

BOLETÍN *MALALA*, UNIVERSIDAD DE SÃO PAULO: DESAFÍOS, RESISTENCIAS Y ESPACIO EN BRASIL PARA DEBATES SOBRE EL ISLAM Y EL MUNDO MUSULMÁN

Ariel Finguerut²

Cila Lima³

Resumo:

A criação de uma publicação para o Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano (GT-OMMM), em 2013, coordenada pelo professor Peter Robert Demant, ocorreu apenas quatro anos após a fundação do GT, vinculado ao Laboratório de Estudos da Ásia (LEA), no departamento de História da Universidade de São Paulo. O boletim Malala, a começar pela proposta do seu nome suscitou uma série de reflexões sobre disputas político-acadêmicas e questões metodológicas. A experiência com o Boletim tem nos levado a alguns questionamentos: quem estuda Oriente Médio e mundo muçulmano no Brasil, como são e o que se espera desses estudos. A proposta deste *paper* é abordar a implantação, os primeiros resultados e as percepções que o Boletim recebeu durante este um ano de vida, pontuando a recepção da comunidade acadêmica e as perspectivas que se abrem para se pensar a metodologia para os estudos sobre Oriente Médio e mundo muçulmano no Brasil.

Palavras-chave: divulgação científica sobre o Islã; islamofilia versus islamofobia; metodologia para estudos sobre Oriente Médio e Mundo Muçulmano

Abstract:

The creation of a publication for the Working Group Middle East and the Muslim World (GT-OMMM) in 2013, coordinated by Professor Peter Robert Demant, occurred just four years after the foundation of the GT, linked to the Laboratory for the Study of Asia (LEA) in the Department of History, University of São Paulo. The Malala Electronic Bulletin, starting with the proposal of its name creates a series of reflections and political and academic disputes and on methodological issues. The experience with the Bulletin has led us to some questions: who studies Middle Eastern and Muslim world in Brazil and what is expected on these studies and work. The purpose of this paper is to address the deployment, to discuss the initial results and the perceptions that the Bulletin received during this first year of existence. In this paper we will also discuss the methodology for the study of Middle Eastern and Muslim world in Brazil.

² Doctor en Ciencia Política. Contacto: arielfing@gmail.com

³ Doctoranda en Historia Social por la Universidade de São Paulo (USP). Contactos: cila.li@usp.br, <https://usp-br.academia.edu/cilalima>, autora do livro *Women and Islamism: the cases of Egypt and Turkey*, 2013.

Introducción

La propuesta de este *paper* es el debate de los temas, los conceptos y los problemas que la iniciativa del *Boletín Electrónico Malala* suscitaron. Vale destacar que nuestra perspectiva es la de una reflexión como *insiders*, una vez que los autores son cofundadores y miembros de la comisión editorial. En el primer momento, presentamos y contextualizamos la propuesta del Boletín, aliando las percepciones y las reacciones iniciales a los apuntes sobre los posibles caminos metodológicos, que ultrapasan los límites de los estudios brasileños sobre el Islam, el Medio Oriente, el mundo musulmán y sus diásporas, inseridos inevitablemente también en las publicaciones de ese Boletín.

El Boletín Malala surgió el 2013, como parte de las actividades del Grupo de Trabajo Medio Oriente y el Mundo Musulmán⁴ vinculado al Laboratorio de Estudios de Asia-LEA, en el departamento de Historia, de la Universidade de São Paulo-USP). El GT-OMMM existe desde el 2009 y su coordinador es el Profesor Doctor Peter Robert Demant, tiene diez integrantes (estudiantes de maestría y doctorado de la USP y de otras instituciones). Además de los autores de este *paper*, Ariel Finguerut y Cila Lima, son también cofundadores del Boletín el Profesor Peter Demant y el investigador científico Danilo Guiral Bassi. Actualmente, tenemos también la colaboración de una investigadora más, Natália Nahas Maia Carneiro.

La iniciativa de trabajar con un formato electrónico surgió teniendo por objetivo llegar a un público más amplio, más allá del medio académico, pretendiendo, incluso, un proyecto que puede ser realizado totalmente sin financiamiento (no por el motivo de no quererlo, sino por todavía no tenerlo). El Boletín Electrónico, como formato, pretende contar con la colaboración autónoma de autores plural sin, necesariamente, estar vinculado al GT, a la USP o, incluso, estar en Brasil. De la misma manera, proyectamos un público lector, amplio, plural, no solamente académico, pero de algún modo interesados por el Islam y el mundo musulmán. Este ha sido un primer punto que observamos cierta resistencia: adoptar el formato de un boletín, es decir, algo periódico con formato electrónico. Ante tal propuesta, la primera reacción que pudimos notar ha sido por la preferencia a un formato tradicional – en papel – y no por algo periódico, tal vez un libro o un sello editorial para publicar libros. La gran dificultad para crear nuestra publicación o hasta lanzar libros es la falta de recursos y la dificultad de formar un consejo de

⁴ En portugués – Grupo de Trabalho Oriente Médio Mundo Muçulmanos (GT OMMM).

editores y de establecer alianzas, mantener un director de arte, además de revisores, traductores y equipos para otros trabajos técnicos (como impresión, transcripción de entrevistas, divulgación, comercialización etc.).

Definido el formato electrónico, los colaboradores técnicos (comisión editorial compuesta por los nombres mencionados anteriormente) y las posibilidades de contribución (entrevista, ensayo, artículo, reseña de libro o de película, texto de opinión, relato de investigación o de viajes, retrato intelectual y resumen de disertación o de tesis, con relación a la propuesta del Boletín), el gran desafío sería, en este momento, nombrar el Boletín. De las posibilidades más técnicas y descriptivas a un nombre propio, se optó por la segunda posibilidad. En esta coyuntura, surgió la propuesta de hiciéramos un homenaje y una referencia a la lucha simbólica de la joven pakistaní Malala Yousafzai (1997 -) atacada por el Talibán en respuesta a su campaña por el derecho a la educación para las mujeres. El intento de asesinarla ocurrió en octubre de 2012, sin embargo frustrando a los extremistas, que no consiguieron callarle. A partir del 2013 Malala ganó aún más visibilidad, especialmente fuera del Pakistán, teniendo destaque en las Naciones Unidas y siendo recibida por muchos liderazgos internacionales. A pesar del exagero de la ONU y de esos liderazgos en su manifestación de apoyo, mercadorizando y convirtiendo Malala en una heroína (como si ella participase anteriormente de movimientos de mujeres y tuviese tenido fuerzas políticas para el duro combate que las mujeres enfrentan en el Pakistán). Malala, como ella propia dijo, en su discurso en la ONU cuando cumplió sus 16 años, “era solamente una chica como las otras”, la diferencia es que su campaña por la educación se cayó en las manos de la media internacional y, por ello, ella se volvió en objeto fácil de críticas y violencias en su país (donde muchas niñas y mujeres son asesinadas todos los días). No obstante, la divulgación de su caso sensibilizó el mundo y trajo consigo nuevamente el debate sobre la región del Pakistán y sus inúmeros grupos extremistas.

El caso Malala, distinto de otros casos semejantes, fue discutido internacionalmente por muchos intelectuales de las más variadas tendencias, feministas, historiadores, economistas, políticos, sociólogos, antropólogos etc., pues, si en gran parte se debe a la misoginia y al sexismo de estos grupos extremistas, había un componente más: Malala sería agredida aunque fuera un chico. El mensaje de los talibanes fue claro, su poder militar era, todavía, grande y muy vigente. Nadie podría desafiarlos, especialmente en el ámbito internacional, aunque tal desafío fuera simbólico.

Por esto elegimos nombrar el Boletín como Malala, su símbolo no se asocia exclusivamente a las luchas de las mujeres, sino a las luchas por la libertad, por el derecho a las leyes de protección y por posibilidades de una vida sin sufrimientos y conflictos armados. Nuestra propuesta, bien como su inspiración académica del nombre Malala, es ultrapasar la barrera entre un discurso tan establecido en Brasil, en el que las producciones críticas tienen sido definidas, por lo general, en rótulos dicotómicos como orientalistas/islamofóbicas o universalistas/relativistas. La intención del Boletín es romper prejuicios, manteniendo un diálogo abierto entre las más diversas corrientes de pensamiento, con el intuito de producir lecturas lúcidas, transparentes y, sobretodo, científicas acerca de las realidades del pueblo musulmán. Buscamos en las actividades del GT-OMMM y en las publicaciones del Boletín Electrónico Malala un debate plural no dejando, sin embargo, perder las balizas de las Ciencias Sociales, como demuestran nuestras palabras en el Boletín sobre o nombre Malala⁵:

Malala Yousafzai el día 12 de julio de 2013, al cumplir dieciséis años, habló en el plenario de las Naciones Unidas sobre educación, lucha y coraje, declarando, ya en el inicio, que “no sabe al cierto qué las personas esperan de ella”. Malala despierta desconfianzas y también expectativas. Con sus 16 años recién cumplidos, ella puede todavía cambiar de opinión, de postura o incluso puede rever sus banderas y relación con el Islam. Por lo tanto, sabemos de los riesgos que estamos aceptando al elegir Malala como nombre de nuestro boletín electrónico. Su trayectoria, de una chica pakistaní que, el día 9 de octubre de 2012, fue agredida en el rostro, en ataque asumido por el grupo extremista Talibán, en respuesta a su lucha por educación, tanto por la internet como en dimensión internacional, con divulgación por la gran media, hasta su discurso en la ONU en conmemoración a sus 16 años y recuperada del atentado despierta gran conmoción.

El mundo conoció la lucha de esa joven musulmana por educación, igualdad y en contra el extremismo religioso. Sin dejarse vencer o callarse (puesto que se salvó del ataque), ni poniéndose como víctima, tampoco prometiendo vengarse o declarando “guerra”, Malala mostró la fuerza de sus (delicadas, pero asertivas) palabras, declarando en la ONU que ella, Malala, es “una chica entre muchas”. Para nosotros, Malala, más que un símbolo político, es una inspiración académica. Ella nos lleva a pensar que podemos trascender y vencer prejuicios, superar estereotipos y crear un espacio para discusión e intercambiar ideas sin miedo, con pluralidad, coraje y apertura, sin abrir mano de textos

⁵ Ver Boletim Malala nº 1 e 2 in www.sites.usp.br/malala

claros, de investigaciones serias y de debates con ideas que muchas veces pueden ser contradictorias sobre el Medio Oriente y el mundo musulmán.

Reflexiones metodológicas

Comentar sobre metodología para los estudios sobre el Islam y el mundo musulmán en el Brasil es un tema delicado, extremadamente polémico y susceptible a comprensiones exaltadas o, incluso, no raramente, confundidas. Por esto, en el primer momento se hace necesario definir muy bien los términos usados en este presente artículo: el término Islam aquí usado se refiere a la religión fundada por Mahoma y sus conjuntos de dogmas, teniendo ese un largo proceso de expansión, involucrando la aplastante mayoría de los países de la región Sur de Asia, del Medio Oriente y del Norte de África; Países musulmanes y/o mundo musulmán se refieren al conjunto de países en que la mayoría del pueblo es seguidor del Islam y las estructuras basilares de sus culturas vienen de esta práctica religiosa; Islamismo se refiere específicamente a la militancia político-religiosa, sea moderada o extremista, de pequeña (pero, creciente) parte de la población, por el cumplimiento religioso islámico, con raíz ideológica fundamentalista y que se declara, en un continuo permanente, en oposición al Occidente; Mujeres musulmanas se refieren a las poblaciones de mujeres seguidoras del Islam, cuyas prácticas culturales, en las esferas pública y privada, son estructuradas basilarmente en conformidad con sus prácticas religiosas; Por fin, modernidad que se refiere al irreversible proceso de cambios sociales en los modos de vida del planeta, que está en adaptación, transformación, adecuación y autenticación en cada uno de los países, sea en el mundo cristiano, judaico, islámico u otro.

En el segundo momento, es importante destacar que mirar ese Universo como investigadores científicos no musulmanes, en el intento de fomentar un debate dentro de la comunidad académica sobre metodología y el esquema científico, implica buscar entender los argumentos de todos los actores, sin dejarse caer en una visión maniquea, por ejemplo, de clasificar cada una de las grandes religiones monoteístas como superior a o inferior a. Si buscamos las raíces más profundas de los estudios sobre el Islam y el mundo musulmán tendríamos que partir de la propia idea de Occidente y de su relación con el Islam, tendríamos que desarrollar una larga pesquisa y no solamente un *paper*.

Sin embargo es inevitable que hablemos aquí del Occidente y de su relación con el Islam, una vez que el propio movimiento de renovar islámico se autodefine por esa oposición y colocamos en el debate el mundo musulmán actual es, necesariamente, hablar aún de esos movimientos sociales islámicos.

A pesar de la importancia y de la respetuosidad de muchos intelectuales brasileños estudiosos de los más diversos aspectos sobre el mundo musulmán, que ultrapasan la barrera de la defensa y de la crítica infundada, en Brasil se puede observar una línea académica bastante proteccionista del Islam. Proteccionismo este caracterizado por tres ejes: a) la defensa antiamericanista, b) la defensa inconsecuente y desinformada y c) la defensa fundamentalista. En el primer caso, independientemente del nivel de seriedad y de relevancia del análisis, el discurso está atravesado por palabras clave que nos sugieren entender que todas los males en el mundo musulmán resulta de un largo embate de los EEUU en contra los pueblos musulmanes; en el segundo caso (que se compone, infelizmente, de un significativo grupo) el discurso está impregnado de un profundo desprecio con el trabajo científico, estando al borde de una muestra bastante amplia de lo que suelen decir aquí en Brasil “de la filosofía de bar”, donde no hay interés en buscar la veracidad de la información o en desarrollar lecturas analíticas sobre la realidad; y, la tercero caso se compone de aquellos que defienden ardorosamente todos los grupos musulmanes fundamentalistas, independientemente de sus extremismos, violencias, terrorismos, negando, asimismo, toda la suerte de opresión y de martirio vivido por las poblaciones musulmanas en las últimas décadas.

En el caso, por ejemplo, de los poquísimos estudiosos sobre género, llega, incluso, a una militancia por el Islam, en el que los estudiosos no siendo musulmanes y tampoco declarándose como tal, no solo usan y se saludan haciendo reverencias y protocolos musulmanes, pero también conmemoran surgimientos de nuevas mezquitas e de nuevos convertidos (o revertidos, concepto usado extensamente y equivocadamente por esos estudiosos militantes, que solamente habría sentido si usado por la propia boca de un musulmán, ya que quiere decir que todo ser humano en su esencia es musulmán, entonces él no se convierte, únicamente vuelve a su origen). Aunque el estudio científico no sea completamente imbuido de neutralidad como desearía Max Weber, y la militancia, por veces, es considerada inherente, como afirma Antonio Gramsci en su concepto de intelectual orgánico, confundirse con el propio objeto de estudio, solamente perjudica el análisis y nubla cualquier posibilidad de comprensión de la complejidad de

ese debate/confronto cultural, debate multicultural y/o agresivo anhelo de expansión de la modernidad, del propio Islam y de los fundamentalismos en el mundo.

Al realizar la discusión metodológica propuesta aquí, mencionaremos las implicaciones y las dificultades de lidiar con la sombra de algunos conceptos, como por ejemplo de: orientalismo, islamofobia, antiamericanismo y relativismo. Pues estos si no son pensados analíticamente y con el máximo de exención posible, pueden producir grandes dificultades al debate abierto académico. Saber distinguir discursos de odio de los posibles discursos críticos es fundamental.

Una primera dificultad es lidiar con el concepto de orientalismo, aceptando su límite en los tiempos actuales. La importancia y la contribución del rumbo metodológico propuesto por el orientalismo de Edward Said eran enormes (cuando das lecturas de poco conocimiento sobre las poblaciones musulmanas años hacia atrás), bastantes relevantes, tanto que se propagaron rápidamente. Sin embargo, no se puede negar que hoy esto es un concepto de menor extensión, pues el mundo se globalizó intensamente con relación al intercambio cultural y a las posibilidades de comunicación intercultural. La gama de informaciones, especialmente después de los años 80, aunque deturpadas en y por todas las naciones, no nos permite decir que el Islam es un tema totalmente incógnita para las poblaciones externas. La inmensa producción escrita por los propios intelectuales musulmanes dentro de sus países o en diásporas revela ese mundo y permiten a los intelectuales no musulmanes hablar de él con mucho más proximidad. En los discursos externos actuales no se imperan más los términos de completa ignorancia sobre el Islam o los pueblos musulmanes, pero se sobresalen mucho más los términos en que aparecen una relación automática entre el Islam y el terrorismo. Esa imagen que el mundo pasó a tener de los pueblos musulmanes ligados a la violencia, no tiene nada que ver con una formulación orientalista, se debe en casi su totalidad a los propios eventos terroristas y al deseo de esos grupos terroristas musulmanes de mostrar al mundo su fuerza y su capacidad destructiva. Por supuesto que aquí, no podemos exentar la media internacional y nacional, que colabora con el terrorismo, al hacer también una imagen automática de un Islam violento y el Medio Oriente en guerra. Vale recordar, un ejemplo, que el Profesor Samuel Feldberg citó, en entrevista a ser publicada en el Boletín Malala3, acerca del conflicto Israel/Palestina: “el número de muertos en todos los años de conflicto entre Israel y Palestina es menor que el número de muertes por asesinatos en un año en Brasil o el número de muertos en un año de conflicto en Siria, no obstante la

media hace parecer ser mucho mayor”. Sin embargo, nuevamente aquí no se trata de una visión orientalista, sino del deseo mercantil en el cual el sensacionalismo vende más.

La segunda dificultad es lidiar con el concepto de islamofobia, que es un neologismo y como tal puede tener múltiples usos y utilidades. El concepto ganó fuerza a partir de los textos de autores populares como Tariq Ramadan y Slavoj Žižek que pasaron a usar y a reflexionar el término. Islamofobia puede tener dos sentidos principales: el primer se aplica a casos de manifestaciones de odio, violencia, discriminación y xenofobia en contra el Islam o pueblos musulmanes. En esos términos, cuando un autor usa, por ejemplo, trechos del Corán para construir una visión de mundo, que generaliza y alimenta prejuicios sobre el Islam. El segundo sentido, se aplica a casos en que autores o militantes del islamismo intentan protegerse de críticas, descalificando el interlocutor. De un lado, podemos hacer algunas preguntas como, por ejemplo, ¿es posible criticar el Islam sin ser orientalista o islamofóbico? ¿Cualquier crítica al Islam o a los países musulmanes alimenta conspiraciones islamofóbicas? ¿No musulmanes cuando critican el Islam están siendo hostiles? Por otro lado, cuando autores no musulmanes, no, necesariamente, simpáticos al Islam, comparan el discurso antimusulmanes con discursos históricos de odio y de persecución, como, por ejemplo, los dirigidos a los judíos, también hay serios problemas y resistencias. ¿Es aceptable comparar el discurso de odio en contra los musulmanes a, por ejemplo, el antisemitismo? El Profesor Wolfgang Benz, investigador acerca del antisemitismo en Alemania, hizo esta comparación y relata la hostilidad con la cual sus ideas fueron recibidas, siendo rápidamente descalificado y tachado, entre otras cosas, de antisemita. Astrit Bötticher sintetiza el obstáculo alrededor del concepto de islamofobia, presentándolo como “nada además de una mordaza usada para silenciar los críticos, así como una forma de musulmanes extremistas dominar el debate”. Una variable de la segunda definición de islamofobia, como muestra Bötticher, está dirigida a musulmanes liberales, que critican o argumentan en el sentido de una reforma en el Islam incorporando ideas y prácticas como los Derechos Humanos, Estado Secular y Derechos Civiles. En esta línea, autores como Ayaan Hirsi Ali, Walid Phares, Khaled Abu Toameh y Irshad Manji argumentan, muchas veces bajo amenaza de muerte, que democracia, derechos humanos, emancipación de las mujeres y diferencias con relación a orientaciones sexuales, no hieren el honor o la teología del Islam.

La tercera dificultad para el debate abierto sobre el Islam y el mundo musulmán es lidiar con el antiamericanismo. Como argumentamos (Finguerut, 2014): el antiamericanismo tiene raíces culturales e históricas. Sin duda, hubo y todavía habrá intervenciones militares, invasiones y posturas imperialistas por parte de los EEUU, pero estos hechos históricos son insuficientes para explicar una percepción de que los Estados Unidos son una nación arrogante, violenta o imperialista, pudiendo justificar levantes de ataques terroristas o acciones violentas en el Medio Oriente y entre los musulmanes. Culpar a los EEUU muchas veces funciona como una panacea, un remedio para todos los males. Como juega Kenneth M. Pollack (2013), es fácil ser un especialista en Medio Oriente cuando basta tener dos respuestas “depende” o culpar a los Estados Unidos.

Este frívolo debate en el que, independientemente del contexto, siempre se le imputa a los EEUU la tutela de los movimientos sociales musulmanes, solamente refuerza la idea de *inferioridad* muy usada por los islamofóbicos, pues una población que no produciría sus propios movimientos sociales sólo podría ser una población débil, que carece de capacidades. En este sentido, consideramos aquí que los fundamentalismos musulmanes y los feminismos musulmanes (seculares o islámicos), son movimientos internos, no únicamente en términos de actuación política, sino de producción teórica. Recibir influencia o inspiración en movimientos externos, no significa necesariamente ser forzados o que no tengan producción propia. En el caso, por ejemplo, de los feminismos, no hay un solo país en el mundo cuyos movimientos feministas no hayan sido inspirados por los feminismos franceses, estadounidenses o ingleses. Sin embargo, no se puede decir que los movimientos feministas postcoloniales en la América Latina, en África o en el Medio Oriente no sean frutos de deseos internos y no tengan su autenticidad o no estén produciendo sus propios lenguajes y formulaciones feministas. Criticar a los Estados Unidos sea por la interferencia indebida o por la inercia es necesario, pero imputar a ese país o germinar y la permanencia de esos movimientos en los países musulmanes es un error nocivo que está al servicio de los propios fundamentalismos y de las formulaciones islamófilas.

Cuando se critica el Islam a través de las denuncias de violencias, no se quiere, necesariamente, condescender con la idea de un Islam bárbaro, pero ser una representación de una faceta de la realidad, que no sólo los no musulmanes pueden ver, pero los propios musulmanes críticos están mostrando. Hablar de la violencia y de la

falta de protección en países musulmanes no es exclusividad del Occidente o de los Estados Unidos. La RAWA (*Revolutionary Association of the Women of Afghanistan*), por ejemplo, ONG feminista con sede en Kabul, en el Afganistán y en Lahore, en el Pakistán, no es una organización occidental, sus miembros son mujeres afganas y pakistaníes, muchas declaradamente musulmanas que actúan con una mirada feminista secular. Esa organización es combativa en contra los grupos fundamentalistas en la región, especialmente el Talibán, es extremadamente combativa en contra la presencia de los EEUU y, después, de desilusionarse con la ex-URSS, también combate intervenciones de Rusia. Las publicaciones de esa ONG en su página en el Facebook son impactantes, absolutamente tristes, con imágenes de violencias muy difíciles de mirarse. La propia presentación del sitio web de esa ONG es espantosa.

En cambio, pensando en un contexto comparativo, si hacemos denuncias feministas sobre la realidad brasileña, por ejemplo, siendo uno de los temas de esa denuncia la violencia, tendremos la misma sensación de repudio y voluntad de no leer los reportajes, porque son imágenes dolorosas, deshumanas y crueles. ¿Por qué podemos hacer esa denuncia de la realidad brasileña, o de cualquier país con la mayoría cristiana y no podemos hacer esas denuncias de países con mayoría musulmana?

Sin duda, los países musulmanes preservan un atraso si considerado con relación las leyes de protección y de derechos humanos. Las causas son inúmeras, desde regímenes autoritarios, dictatoriales, ortodoxia religiosa y fundamentalismo muy influyentes en las políticas y estructuras sociales hasta el conservadorismo y los tradicionalismos étnicos. Reconocerlo, no significa no reconocer que los derechos humanos son infringidos en todos los rincones del planeta, pero solo identificar un punto en el cual las poblaciones musulmanas pueden estar en desventaja con relación a otras poblaciones y, en este sentido, reconocer también que organismos internacionales de protección como la ONU (puesto que ésta no se restringe a su Consejería de Seguridad), CEDAW (Convention on the Elimination of Discrimination Against Women) y demás tratados internacionales de derechos humanos, pueden ser importantes para el fortalecimiento de esas poblaciones, en el sentido de ofrecerles leyes de protección internacional. Considerando, por ejemplo, el propio Afganistán y el Pakistán, que por los acuerdos de la ONU y el vínculo estrecho de los movimientos de mujeres locales a los organismos internacionales de protección, algunas importantes conquistas fueron establecidas con relación a la situación de las mujeres en los días actuales, por ejemplo,

respectivamente, en virtud de los sistemas de cuotas implantados, el Afganistán cuenta con un 27,7% de mujeres en el parlamento y el Pakistán cuenta con un 22,5%⁶. En este semestre de 2014, ejemplificando, el Pakistán pasó a tener una comisaría de la mujer (fuertemente armada), donde se promueve la protección de algunas víctimas, como el primer caso de desfiguración por ácido llevado a la condenación.

El propio feminismo islámico y movimientos de mujeres musulmanas denuncian la malévolta situación de las mujeres en muchos países musulmanes. ¿Por qué nosotros, no musulmanes, estudiosos del género y del Islam, no podemos hablar de la cuestión de la violencia en contra las mujeres musulmanas, si ellas mismas están denunciándola? Por ejemplo, como lo hacen, entre otras, las feministas islámicas: Asma Barlas (pakistaní, autora del libro, *"Believing women" in Islam: unreading patriarchal interpretations of the Qur'an*) declarando, en su pronunciamiento en el congreso feminista islámico de 2005, que en muchas sociedades musulmanas la mujer es tratada "como ciudadana de segunda clase" y a menudo "perseguida violenta y moralmente". Para ella "ni todas las cosas que hace el musulmán es islámico, mucho menos coránico" y las lecturas sobre la posición de la mujer en el Corán fueron hechas de modos muy diferentes, pues hay una lejanía entre los términos musulmán e islámico, dijo ella: "aun habiendo profunda correlación, esos términos no son idénticos y tampoco intercambiables". Barlas defiende que la opresión es oriunda del patriarcado unido a esas diferentes interpretaciones. Patriarcado es definido por ella en dos dimensiones: en términos religiosos, las reglas societarias y familiares siendo "dictadas por el padre que asume un tan real como simbólico continuo entre padre (Dios)/ padre (hombre) (...) extendiendo a los objetivos del marido el regular de la vida de sus esposas y niños"; en términos seculares, "hay una política sexual que favorece los hombres por transformar el sexo biológico en género politizado, priorizando el hombre mientras piensa la mujer como diferente (desigual), menos que (o el otro)" (traducciones nuestras- 2005); y, la iraní Ziba Mir-Hosseini declarando: "como muchas mujeres iraníes yo apoyé la revolución de 1979 y creí en la justicia del Islam, pero pronto descubrí que en un Estado islámico, comprometido con la sharía – el eje principal del proyecto islamista – yo era una ciudadana de segunda clase" (1996: 2). Sus reflexiones se basan en las cuestiones: "¿si la equidad y la justicia son inherentes al Islam, ellas no deberían estar expresadas en las leyes regulatorias entre hombres y

⁶ Table 6a - Women in Parliament, last update: december 2012, <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/indwm/default.htm>

mujeres y sus respectivos derechos?” Y “¿por qué las mujeres son tratadas como ciudadanas de segunda clase en los libros del *fiqh* que definen los términos de la sharía?” (Traducciones nuestras- 2004: 2).

En la tradición islámica, bien como en todas las otras religiones monoteístas, hay indicaciones explícitas con relación a la distribución de *status* entre los géneros, en las cuales se propone la supremacía masculina. Pero, el Islam como una religión legalista (Roded, 1999: 93) trae prescripciones religiosas para todos los comportamientos de la vida. Muchos autores debaten ese *status* dividiéndose en grupos que consideran real la opresión y la subordinación de la mujer, pero las ven como extrínseca al Islam; otros consideran la opresión no mayor en los países musulmanes que en otras partes del mundo; otros consideran el Islam irrevocablemente no igualitario con respecto a los géneros; y, hay los que desconocen cualquier tipo de opresión en el Islam, como, por ejemplo, los fundamentalistas (Keddie, 1991: 2).

Las sociedades musulmanas priman por una ortodoxia religiosa en la que la religiosidad se centra fundamentalmente en las escrituras sagradas, sin embargo, musulmanes más modernos suavizan los versículos escriturales más conservadores o incluso, considerados, por el propio feminismo islámico, como misóginos, en el sentido de no los cuestionar, porque es sagrado, pero también de no los aplicar. No obstante, el contrario también puede ser verificado, islamistas tradicionalistas y/o extremistas defienden esos versículos y, muchas veces, se hacen cumplir estrictamente, como la violencia en contra la “mujer desobediente”. Ilustrativo de eso puede ser los cientos de mujeres que, aun en los días actuales, están siendo desfiguradas por ácido, debido a diversas cuestiones y muchas de ellas banales (como mostrar el cabello, uñas pintadas, ropas pegadas al cuerpo y tantas otras) o por no cumplir algún orden de sus maridos, fijémonos en los casos bastantes divulgados en el Pakistán.

El debate sobre el *status* de la mujer en el Islam también se condujo para un poco más lejano de la cuestión religiosa, como en el caso de Deniz Kandiyoti y Nawal el Saadawi, respectivamente estudiosas de la sexualidad de la mujer turca y de la mujer árabe. El Saadawi (2002: 11) hace una lectura economicista de la realidad egipcia y es categórica en eliminar el papel de la religión sobre la opresión y precarización de la mujer árabe, declarando que estas vienen de la sociedad patriarcal y dividida en clases. Kandiyoti, para quien el enfoque de la opresión no se da en la religión, considera, no obstante, inconsistente eliminar el Islam como categoría de análisis en los intentos de

abarcar alguna especificidad de la subordinación de la mujer musulmana. En ese sentido, ella estudia el sistema patriarcado y su relación con el Islam en el artículo “Islam and Patriarchy: a comparative perspective” (1991: 23 - 42) en dos sistemas, uno siendo el de África subsahariana y el otro el conjunto de los países el Medio Oriente, Norte de África y Sur de Asia. En el primero, la autora encontró muchas formas de resistencia por las mujeres de inserción del patriarcado clásico, manteniendo varias estructuras familiares “indígenas” o autóctonas, a veces, con algunos aspectos matrilineales. En el segundo, encontró el predominio del patriarcado clásico, sistema patrilineal y patrilocal⁷, en el que jóvenes muchachas son llevadas al casamiento, donde pasa a la sumisión a todos los miembros masculinos de la familia del novio y a la subordinación a la suegra (en un tipo de matriarcado posmenopáusico, cuando la madre del novio pasa a tener plenos poderes).

Algunas cuestiones son neurálgicas para la mujer musulmana con respecto a las leyes y a sus derechos, en los países que persisten con la manutención de la segregación de género: la poligamia compulsoria, el divorcio y el testimonio. Poligamia en el Islam es la práctica que consiste en el que prescribe el verso del Corán “cásense con las mujeres que les gusten: dos, tres o cuatro de ellas. Pero si tienen el temor de no obrar con justicia, entonces con una sola”⁸. Muy común en los países árabes, aunque en la Siria y en el Líbano se lleve en cuenta la sumisión del cuidado justo con todas las mujeres casadas, por eso es una práctica más presente en las familias que tengan más posesiones y en Túnez y Turquía la poligamia es prohibida.

En la ley islámica⁹ del divorcio (o, del repudio) se reserva el derecho al hombre de iniciarlo, sin restricciones o juzgamiento (excepto por el límite de tres veces con la

⁷ Sobre la estructura patrilineal y patrilocal de las sociedades árabes ver Fatima Mernissi, 1987 y Emmanuel Todd, 1994.

⁸ “Marry of the women who seem good to you, two, three, or four, and if ye fear that ye cannot do justice [to so many] then one [only]” (Mernissi: 1987: 46).

⁹ Cuando uno se refiere a la ley islámica se quiere decir un conjunto de fuentes religiosas, EL Saadawi (2002: 274-traducción nuestra) dice que “la legislación islámica es (...) retirada del Corán, de los refranes de los *ahadith* del profeta Mahoma y de los estudios de pensadores musulmanes y hombres de saber que se empeñaron en explicar y desarrollar las ideas contenidas en aquellas dos fuentes. Los refranes del Profeta no están relacionadas con un único periodo, pero cubren muchos años. Una vez que cada versículo o refrán estaba relacionado a una circunstancia o incidente particular y a un ambiente especial en términos de lugar y tiempo, él frecuentemente tiende a englobar directivas o instrucciones conflictivas o, por lo menos, una orientación que no estaba siempre en conformidad con una línea uniforme de pensamiento. Esto es especialmente verdadero con relación a la vida de las mujeres y sus problemas”.

De acuerdo con Ruth Roded (1999: 95) “La fuente primaria de la ley islámica es, naturalmente, el Corán. El Corán contiene instrucciones detalladas sobre algunas cuestiones relativas a las mujeres, como herencia, orientaciones sobre otros temas, tales como el matrimonio y el divorcio, y principios u ordenanzas muy específicas (...). La segunda fuente de la ley islámica son las palabras y las acciones normativas (*sunna*) del

misma mujer, cuando ese pasa a ser definitivo, hasta que él se case y se divorcie nuevamente). En casos específicos, como por ejemplo, cuando no hay una consumación sexual del matrimonio, la mujer tiene el derecho de pedir el divorcio, pero deberá haber testimonios y ser juzgada por jueces islámicos (los ulemas) (ver Fatima Mernissi, 1987: 49, Nikki Keddie, 1991: 8 y Nawal El Saadawi, 2002: 274-95).

Y, por último, el testimonio, que según Ruth Roded es fundamental para entender el *status* de la mujer en las instancias juzgadoras y en la ley islámica, está basado en el versículo del Corán, en el que aparece el testimonio de un hombre equivalente al testimonio de dos mujeres: “y llamadas para testificar, de entre sus hombres, dos testigos. Y si dos hombres no estén disponibles, entonces un hombre y dos mujeres. De tal como ustedes aprobar como testigos, para que si una de las mujeres peca (aunque sea por olvido) la otra se acordará”¹⁰.

Ese *status* de la mujer musulmana, indicado principalmente en el Corán, en los *ahadith* y en la sharía, está siendo interpretado diferentemente en cada país, según el grado de modernización, la inserción del islamismo en los ámbitos políticos, las condiciones socioeconómicas y las tradiciones étnicas. Lo que permitió que en algunos países como, por ejemplo, Turquía, Túnez, Argelia y Líbano hubiera relevantes cambios en los códigos civil y penal en el sentido de una mayor emancipación. Sin embargo, en países gobernados por los partidos islamistas (pensados aquí, como dichos anteriormente, con raíz ideológica fundamentalista) ha habido considerable retroceso y estagnación social en los derechos de las mujeres, principalmente los formalizados en la legislación, es el caso del Egipto, del Pakistán, del Irán y del Afganistán.

Finalmente, la cuarta dificultad para un debate abierto y académico sobre el Islam y el mundo musulmán es lidiar con la influencia y con el discurso relativista que generalmente vigora. Muchas veces el enfoque relativista empieza presuponiendo que todo (comportamientos, instituciones, valores etc.) no pasa de una expresión cultural. Todo es cultural y cada cultura es única, luego, no existen patrones y, luego, todo se

Profeta que fueron transmitidos por sus compañeros para las generaciones futuras a través de una cadena de transmisores. Otra fuente fue el consenso de las autoridades legales de la comunidad islámica (*ijma'*). El cuarto pilar de la ley islámica es la analogía (*qiyas*) con base en el Corán o en la *Sunna*. A partir del siglo VIII, los juristas, en varias partes del imperio islámico, desarrollaron esa ley empleando las fuentes y raciocinio independiente en diferentes grados” (traducción nuestra).

¹⁰ And call to witness, from among your men, two witnesses.

And if two men be not (at hand) then a man and two women,

Of such as ye approve as witnesses, so that if one [of the women RR] erreth (through forgetfulness) the other will remember. (Roded, 1999: 104).

vuelve relativo. La cultura que dentro de una comunidad define las ideas básicas sobre verdad, bien común, belleza, convívio etc. ¿Poligamia compulsoria? ¿Mutilaciones genitales? ¿Ataques suicidas? ¿Intolerancia religiosa? ¿Matrimonios (estupros legalizados) con niñas? Quiénes seríamos “nosotros” para decir algo. Rápidamente, estamos sometidos a ser acusados de “juzgar” una “otra cultura” que no conocemos y, supuestamente, jamás podríamos conocer. Como indica Ernest Gellner, el relativismo lleva al nihilismo. El relativismo según este autor, coloca la moralidad dentro de los “grandes conjuntos” de la cultura y del conocimiento, en sus palabras (Gellner, 1997: 83): “o relativismo presupone o postula un mundo simétrico: la cultura. La A tiene una versión propia de sí misma y de la cultura B y, recíprocamente, la B tiene una visión propia de sí misma y de la A”. El investigador en esos términos se vuelve solamente en un “traductor neutro”, lo que, en los casos de los estudios sobre el Islam y el mundo musulmán implica en un gran riesgo de encontrar trabajos que, si no justifican, son renuentes en llamar la violencia en contra la mujer o el terrorismo y la intolerancia religiosa como tales y se dejan caer en un limbo discursivo. Nuevamente volviendo a Gellner (1997: 69): “si todo en el mundo es fragmentado y multiforme, si nada se asemeja realmente a la nada, si nadie es capaz de conocer el otro (o a sí propio) y si nadie es capaz de comunicarse, ¿qué más resta que la expresión, en una prosa impenetrable, de la angustia generada por esa situación.”

Muchas veces, intelectuales defienden lo que popularmente quedó conocido como lo “políticamente correcto”, esto es, reclaman por más cuidados y nuevas reglas en la escritura, en las formulaciones y en los conceptos, fomentando y alimentando discursos relativistas. Si no se puede criticarlos, ¿se debe aceptarlos? El filósofo marxista Slavoj Žižek (2013) argumenta que clasificar un segmento del debate político como fascista, por ejemplo, es una forma de descalificación peligrosa, pues excluye del papel político actores que desean el poder, tal como otros actores socialistas o socialdemócratas. En el caso del debate sobre el Islam, lo políticamente correcto se manifiesta en dos momentos: en el debate acerca del terrorismo y en las manifestaciones de humor. Muchas manifestaciones de humor juegan con el exagero y con estereotipos. Entre musulmanes, bien como entre cualquier grupo de personas, hay humor y los chistes circulan, teniendo los gobernantes como objeto, otras religiones, otros países y muchas veces, expresa prejuicios raciales, religiosos, de género, pero

funcionan como una “válvula de escape” o como una microsociología, que enseña a las personas a lidiar y a expresar sus sentimientos.

Joseph Telushkin (1998), que estudió el humor judío, identificó en su origen un elemento fuertemente religioso, pues encontró el humor en textos sagrados y la reproducción de chistes y de situaciones jocosas como forma de transmitir aprendizajes y mensajes religiosos. En el caso del Islam, habitualmente, manifestaciones de humor, críticas o no, son consideradas blasfemias. Como Az Zaqqum (2008) que corajosamente escribió un libro de humor sobre el Islam, enfatiza que no se trata de una religión sin humor, sino que gracias a una rígida élite religiosa, que refuerza una percepción de que no hay espacio para el humor en el Islam y todo intento de cuestionar la “seriedad” religiosa es forma de blasfemia y como tal no puede ser tolerada.

Por otro lado, la misma élite religiosa que condena el humor – aceptado por el Occidente – muchas veces es renuente en la condena – vehemente en el Occidente – de los ataques terroristas motivados por cuestiones nacionales religiosas perpetradas por musulmanes. El “terrorista” es, para la media occidental, el “mártir” entre círculos religiosos conservadores en el mundo musulmán. O, son vistos como “radicales” que no representan el Islam, aunque sean de alguna forma financiados, entrenados y motivados para actuar y para reclutar. Gellner (1992) es enfático sobre los riesgos de relativizar o mismo de tener un enfoque tolerante y multiculturalista delante de los fundamentalistas o, incluso, del terrorismo. Tolerar lo intolerante es una dirección única, un suicidio de significado altruista.

Ese debate alimenta, principalmente en el Occidente, las discusiones alrededor de la libertad de expresión y de los límites del multiculturalismo. Lo políticamente correcto surge en ese contexto como una forma de censura, una censura en los términos de Timothy G. Ash (2013) que funciona en nombre de una supuesta armonía entre diferentes comunidades. Si hay “fundamentalistas islámicos” puede haber también “fundamentalistas iluministas” y el futuro del Occidente pasaría por una armonización entre las fuerzas que se ponen como judía-cristiana, musulmana o humanista secular. Para Ash (2013), la solución está en encontrar y moldar una coyuntura, en que todas las creencias sean permitidas y la grande cuestión sería discutir “cómo podemos vivir juntos”. La libertad de expresión y lo políticamente correcto de las sociedades occidentales multiculturales intentan definir no exactamente en el que se debe concordar, pero, especialmente, en cómo discordar. En este aspecto, los intelectuales

ganan importancia y extrema relevancia, pues son ellos quienes ejercen y actúan en el convencimiento de la opinión pública, que por consiguiente, influencia las políticas públicas y los posicionamientos del Estado.

Para Ash (2013), muchas veces en el Occidente, los intelectuales parten de una visión de mundo liberal que, en sus palabras, es algo que “amamos pero no osamos pronunciar su nombre” o sea, muchas veces intelectuales argumentan como liberales, pero temen ser nombrados “liberales”. A pesar del histórico de tolerancia que carga el concepto de liberalismo, presuponiendo igualdad ante la ley y la libertad religiosa y la tolerancia. Como recuerda Thomas Sowell (2012): dice más la tolerancia al proselitismo, a la herejía y a la apostasía que propiamente al relativismo cultural. No obstante, Sowell (2012) también recuerda que el liberalismo históricamente convive bien con las interferencias y la propia censura, en una buena medida porque los intelectuales de inspiración liberal juzgan poder movilizar y educar a las personas llevando el “conocimiento” o las “luces” a la vida de las personas comunes.

El mes de agosto de 2013, lanzamos la primera versión del Boletín Electrónico Malala, contando con la entrevista “Las divisiones internas funcionan como freno estructural a las revoluciones de la “primavera árabe” de Peter Demant, el artículo “Entre George W. Bush y Obama: la relación de los EEUU con el Islam y el mundo musulmán” y la reseña “Nuevas perspectivas en los estudios sobre movimientos sociales en el Islam y en el mundo musulmán- *Social, Mobilization and Contestation in the Middle East and North Africa* (Joel Beinin e Frédéric Vairel)” de Ariel Finguerut, el ensayo “La “primavera” para las mujeres árabes: ideales y realidades” de Cila Lima, un artículo “Una mirada sobre Hezbollah: el terrorismo frente al reformismo socioeconómico del partido y la teoría de la sociedad de resistencia” de Natália Nahas Carneiro Maia, “Palestina e Israel: relatos de una pesquisa de campo” de Danilo Guiral Bassi y “*Saving Face*- reseña” de Joana Marinho.

¿Existiría un perfil o un direccionamiento común para esos textos? En común podemos indicar que algunas tesis tradicionales fueron cuestionadas. Maia (2013) cuestiona la asociación muchas veces automáticas que encontramos entre el Hezbollah y el terrorismo. Lima (2013) enfatiza que al contrario de la visión generalmente divulgada sobre la auto sumisión de las mujeres musulmanas, ellas participan activamente de movimientos por emancipación, afirmándose como feministas, con paradigmas seculares, o islámicos. Finguerut (2013) enfatiza las raíces culturales y conductuales

para entender el antiamericanismo en el Medio Oriente y entre musulmanes y Marinho (2013) brutalidad de los ataques con ácido que no se restringen al Islam o al Pakistán.

En el Boletín de número dos contamos con la entrevista “Derechos Humanos, los Baha’is y el Medio Oriente” de Marcos Alan S. V. Ferreira y Flavio Rassekh; el artículo (parte I) “Imperialismo y guerra civil en el mundo árabe: la tragedia Siria” de Peter Demant; el artículo “El Egipto en un cruce de caminos: la influencia de los militares en la política y una sociedad dividida” de José Antônio Lima; el relato de viaje “Un diario vikingo sueco en Dubái” de Katarina Ausenius (traducido por Daniella Kohnen Abramovay); la reseña de la película *The Gatekeepers* “La mayoría de los israelíes no está escuchando” de Natália Nahas Carneiro Maia; y, la reseña del libro *What’s really wrong with the Middle East* “La costumbre y la estructura en el Medio Oriente: de la dinámica familiar a los regímenes políticos” de Alcindo Gabriel Francisco.

La estructura del Boletín Electrónico Malala

Artículos

El carácter más académico se manifiesta en la propuesta de los artículos. Lo que se espera de un artículo es la presentación de ideas o tesis más consolidadas, con referencias bibliográficas. En ese formato se espera que algunas cuestiones de investigación sean presentadas, problematizadas y, eventualmente, respondidas. En un artículo se espera del autor una capacidad clara de expresión, uso de citas fidedignas y precisas que corroboren para el dominio del tema en discusión. Hay algunas variedades, pero un artículo académico debe tener una línea conductora presentada en la introducción, indicando para donde el texto irá, tanto en las cuestiones teóricas, como en el que se refiere a la pesquisa que fue desarrollada. Un buen artículo, como muestra Ellen Lupton (2012), presenta más que resultados, consigue también involucra al lector con una escritura creativa, con *insights* e confronta diferentes lados, perspectivas y argumentos. En un artículo se espera que los argumentos del autor sean más analíticos, es necesario clarezza también con las fuentes. Muchas veces los artículos se proponen a hacer una comparación, sea entre dos países, dos autores o dos líneas teóricas. En los términos de Jean Leca (2009), los estudios comparativos buscan “encontrar una

explicación que sea unívoco con moderación para ser aplicado a diferentes contextos¹¹". En síntesis, como una vez más nos indica Leca, el objetivo de un artículo que se propone a ser comparativo en última instancia busca una singularización y, al atingirla, está produciendo un conocimiento de esfera universal.

Ensayos

Si un artículo presupone presentar un resultado, una síntesis, una singularización, un ensayo es, en especial, un ejercicio intelectual, un intento, una experiencia. Y tratándose de experiencia del GT-OMMM y todas las dificultades propias de estudiar el Medio Oriente y el mundo musulmán en el Brasil, la propuesta de los ensayos gana importancia singular. En los términos de Max Bense (2014: 213): "escribir ensaísticamente es escribir intentando capturar su objetivo por vía experimental, descubrir o inventar su objetivo en el hecho propio de escribir, dar forma, comunicar, interrogar, andar a tientas, probar, iluminar e indicar todo que puede darse a ver bajo las condiciones morales e intelectuales del autor". El ensayo es un intento de extraer una idea, es un proceso intelectual, con idas y vueltas, que traduce una investigación o una reflexión en curso, en marcha. En otras palabras, al contrario de un artículo, que se tiene claro un resultado a alcanzar, mostrar, en un ensayo lo que se tiene, muchas veces, es sólo una idea inicial, sin una llegada clara. El autor de un ensayo tiene posibilidades y libertades que otros formatos académicos difícilmente lo proporcionarían. Bense (2013) recuerda los autores clásicos que utilizaron el formato del ensayo, justamente para encontrar la libertad (driblando la censura o respondiendo a los críticos) y romper barreras formalistas. En un ensayo, al contrario de un artículo, no se anuncia de o se delimita el objeto que será discutido en el texto, ese proceso ocurre a lo largo del texto como en camadas o a los pocos con idas y vueltas. Ese proceso, para Francisco Iglésias (1971), exige de los ensayistas cautela, pues abre escapatorias para los textos de gran amplitud y ambigüedad. Un ensayo, para Iglesias, no es patrimonio de un género y está entre la digresión y la objetividad. La objetividad, sin duda, es una preocupación que no podemos perder de vista, como nos muestra Bense (2013): es la objetividad del ensayo que determinará su *status* científico o no.

¹¹ En el original: (comparative studies seeks) to find an explanation that is as univocal and parsimonious as possible and applicable to different contexts.

Reseñas de libros o de películas

Mantenemos disponible una lista de libros y películas sugeridos para reseñas, pero dejamos abierto para que sean publicados otros que no estén en la lista. Las reseñas de los libros pueden tener variados formatos, desde la crítica contundente hasta una amplia síntesis y libro informe. Incentivamos los autores para colocar sus interpretaciones, opiniones propias y críticas, pero siempre basados en informaciones de fuentes fiables, con el intuito de realmente establecer un debate acerca del libro y no una descalificación barata del trabajo ajeno.

La producción cinematográfica sobre OMMM es vasta y tiene un papel central en las percepciones y reflexiones sobre ese tema y asunto tanto si pensamos en el Occidente, como también en las barreras impuestas por la lengua, cuando pensamos en la literatura autóctona. Martin Scorsese (2013), caracterizando la producción cinematográfica, dice que el cine en síntesis, traduce verdades emocionales, codificadas, son en otras palabras, gestos, miradas, reacciones, que no solamente despiertan la fantasía en el telespectador, como ejerce sobre él gran poder, el poder de crear discursos, hacer invocaciones, crear y recrear el propio mundo y la vida. Para Scorsese, hacer cine es lidiar con la metáfora de la luz, que significa tanto una analogía técnica – es necesaria una sala oscura para pasar una película (que alumbra el sitio) – como también es una metáfora para la creación. Una película – cuyo diferencial está en tratar imágenes como lenguaje – así como en la escritura – cuyo lenguaje tiene la mediación de las palabras – puede tener diferentes géneros, estilos y escuelas. Él indica (2013) que tal como por detrás de un libro, por detrás de una película hay un autor que pretende construir una “narrativa” inicialmente visual, pero que en los términos de Alfred Hitchcock (apud Scorsese, 2013: 135): “las imágenes en secuencia en una película, nos comunica mucho”.

Relatos de investigación y/o de viaje

Lo que no podríamos excluir del Boletín Electrónico Malala era un espacio para que los investigadores relatasen sus experiencias y pesquisas en el Medio Oriente o países y diásporas musulmanas. Como estamos lejos, tener un espacio para que los investigadores cuenten sus experiencias en pesquisa de campo se vuelve una fundamental importancia. En esa sesión hay muchas posibilidades de narrativas, oscilando entre textos estrictamente académicos, hasta narrativas centradas en el relato

de un viaje. La narrativa académica enfoca en una pesquisa que fue realizada o está para ser realizada en el Medio Oriente. En ella, el autor presenta sus hipótesis de pesquisa, describe el contacto con las fuentes, relata algunas entrevistas hechas o que se pretendían hacer. En esa perspectiva, el texto se acerca a un proyecto de pesquisa, enfatizando la percepción que el investigador tuvo a partir del contacto con el trabajo de campo. La narrativa de viaje presenta las emociones, sensaciones e impresiones delante de algo o un sitio. En ese sentido, el “viaje” funciona como una metáfora para que se busque algo, puede ser una ruptura, una inmersión en una otra cultura y el relato de esa experiencia mezcla experiencias personales con posibles referencias a la etnología, a la filosofía, a la psicología o a la historia. Como muestra Christoph Otterbeck (2013), el viajante es un “extraño para el mundo”, viajar puede despertar sentimientos dispares como la nostalgia, el deslumbramiento. Otterbeck recuerda Fernando Pessoa enfatizando que a veces elegimos nuestros destinos de forma voluntaria, pero la vida es un viaje experimental, hecho involuntariamente.

Retratos intelectuales

Todavía inédito en nuestro Boletín, tenemos esa otra posibilidad, la propuesta de retratos intelectuales. En esa sesión, se espera una presentación amplia y bien construida de un intelectual, cuya obra mantenga relación con el OMMM. El gran desafío para ese formato es, al mismo tiempo, encontrar un autor que conozca y tenga familiaridad con la producción del intelectual a ser retratado y que consiga construir un texto conciso, presentando las principales obras, conceptos y momentos de la trayectoria de ese intelectual elegido.

Resúmenes de disertaciones y tesis

Los trabajos académicos sobre el Islam y/o el mundo musulmán son aún muy escasos y están concentrados en su mayoría en las universidades de São Paulo, Rio de Janeiro y Santa Catarina. Por ello, nos parece importante que esas pesquisas sean mostradas de alguna manera, lo ideal sería si para cada número del Boletín Malala pudiésemos presentar una pesquisa diferente, pero este tópico todavía se mantiene inédito, tal vez, por timidez de los investigadores o por falta, aún, de mayor divulgación de ese vehículo.

Otras posibilidades de contribución

Otras posibilidades de contribución para el Boletín son las entrevistas y textos de opinión. Las entrevistas son evaluadas por la comisión editorial, conforme la temática propuesta para cada edición, pudiendo éstas, así como todas las otras modalidades, estar en portugués o en inglés. Los textos de opinión siguen un formato periodístico y buscan fomentar el debate y ser un espacio para que el autor exprese sus opiniones y consideraciones sin cualquier vínculo con evaluaciones o interferencia de la comisión editorial del Boletín.

Consideraciones finales

Muchas veces el escepticismo académico-científico nos hace más reactivos que propositivos. Mostrar obstáculos y dificultades en el debate tiene su valor, pero por si sola no indica soluciones metodológicas. Como bien sintetiza Van Evera (1997): como investigadores, muchas veces, necesitamos mucho para explicar poco. En nuestra percepción hay una tendencia dominante en el debate brasileño sobre OMMM que desborda el ámbito académico para un proteccionismo al Islam y en esa defensa, a veces, posibles críticos son descalificados y puestos en líneas teóricas – como orientalismo o islamofobia – que sólo alimenta el embate, pero poco ayuda en la explicación de los fenómenos.

Una alternativa sería retomar los instrumentos de las Ciencias Sociales, enfocando en una argumentación clara, con buena recolecta de datos y colaborando para un debate pertinente. Parece simple, pero no lo es. El investigador, principalmente en el inicio de la pesquisa, en iniciación científica o en la maestría, se refleja en una generación de intelectuales que propusieron grandes teorías e intervenciones en el mundo social. En otras palabras, es una generación que intenta seguir estrictamente el alerta de Karl Marx “los filósofos se limitan a pensar en el mundo, pero lo que importa es transformarlo”, siendo ese llamado no exclusivo de Marx o de los marxistas, él resuena en inúmeros intelectuales y tradiciones intelectuales como, por ejemplo, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Florestan Fernandes, Edward Said, Stuart Hall, Frantz Fanon, Jean Paul Satre y muchos otros.

Muchas veces, en la búsqueda de hacer un trabajo de impacto, se pierde en la argumentación y lidia de forma apresurada con el debate teórico. Otras veces, es el contrario, temiendo desagradar, sea los orientadores, las instituciones de fomento o incluso los propios interlocutores de la pesquisa, el investigador remonta un dibujo de pesquisa “complejo” e intrincado, que se siente como caminando en un “campo minado”. Entre el investigador “que desea transformar el mundo” y el investigador “que teme no tener financiamiento” notamos que temas y cuestiones importantes del debate sobre el Medio Oriente y el mundo musulmán están quedando para atrás. Es necesario volver las atenciones a los problemas y a las contradicciones del mundo real. Es casi un dilema existencial, pero todo investigador necesitaría, de cierta forma – de algún modo –, rebelarse en contra el direccionamiento intelectual construido por las generaciones anteriores, sin esto no creamos, únicamente reproducimos. Y por mencionar el estilo intelectual, como nos muestra Van Evera (1997), no hay problemas en “imitar (no copiar) sus ídolos intelectuales”, pero es necesario que rescatemos la importancia del argumento, de los hechos, de la objetividad. Sin la libertad de expresión, no importa ni siquiera criticar o defender el Islam, todos pierden. Nuestro deber como investigadores sociales es, especialmente, que seamos relevantes, respondiendo cuestiones sociales urgentes, avanzando con el debate y rompiendo con prejuicios y barreras que impiden el avance del conocimiento. Con ese objetivo creamos el Boletín Electrónico Malala.

Referencias

ASH, Timothy Garton. **Os Fatos são subversivos**. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 2013.

BARLAS, Asma. "Believing women" in Islam: unreading patriarchal interpretations of the Qur'an. University of Texas Press, 2002.

BARLAS, Asma. Qur'anic hermeneutics and women's liberation. *International Congress on Islamic Feminism*, Barcelona, Spain, October 29, 2005.

BENSE, Max. O ensaio e sua prosa. In *Serrote # 16*. São Paulo, 2014.

BENZ, Wolfgang. Entrevista com Astrid Wolfgang. 2009. Disponível em <http://www.cepsr.com/clanek.php?ID=372> . Acessado em 14/06/2014.

BOLETIM ELETRÔNICO MALALA - *NÚMERO 1 e 2*. Disponível em www.sites.usp.br/malala, último acesso em 13.05.2014.

BOTTICHER, Astrit. Islamophobia? The German discussion about islamophobia. In *Central European Political Studies Review*, 2009 (<http://www.cepsr.com/clanek.php?ID=372>), Acessado em 14/06/2014.

EL SAADAWI, Nawal. A face oculta de Eva: as mulheres do mundo árabe. SP: Editora Global, 2002.

ELTAHAWY, Mona. Why do they hate us? *Foreign Policy* April, 23, 2012.

EVERA, Stephen Van. Guide to methods for students of political science. Ed. Cornell, NY. 1997.

FINGUERUT, Ariel. Entre George W. Bush (2000 – 2008) e Barack H. Obama (2009): a efetividade da nova direita no consenso político norte-americano. São Paulo, Tese de doutorado defendida na Unicamp, 2014.

GELLNER, Ernest. Pós-modernismo, razão e religião. São Paulo: Ed. Instituto Piaget, 1992.

GELLNER, Ernest. Muslim society. NY: Ed. Cambridge Studies in Social and Cultural Anthropology. 3ª edição, 1997.

IGLÉSIAS, Francisco. História e ideologia. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1971.

KANDIYOTI, Deniz. Women, Islam & the state. Philadelphia: Temple University Press, 1991.

KEDDIE, Nikkie & BARON, Beth. Women in Middle Eastern history. Shifting boundaries in sex and gender. London e New Haven: Yale University press, 1991.

LECA, Jean. Comparative, Arab, and European studies: still a French exceptionalism? In *International Political Science Review* V. 30 n. 5 Nov. 2009.

LUPTON, Ellen. Thinking with type. Ny: Ed. Princeton Press, 2012.

MERNISSI, Fatima. Beyond the veil. Male-female dynamics in modern Muslim society. Indiana University Press, 1987.

MIR-HOSSEINI, Ziba. "stretching the limits: a feminist reading of the Sharia in post-khomeini Iran", in YAMANI, Mai. Feminism and Islam: legal and literary perspectives, New York: New York University Press, 1996.

MIR-HOSSEINI, Ziba. The quest for gender justice Emerging feminist voices in Islam. Appeared in Islam 21, Issue No. 36, May 2004.

OTTERBECK, Christoph. Sobre expedições científicas e experimentos estéticos. In *Humboldt # 107*, 2013. Disponível em < [www. goethe.de/Humboldt](http://www.goethe.de/Humboldt)> Acessado em 20.04.2014.

POLLACK, Kenneth M. Unthinkable: Iran, the bomb, and American strategy. NY: Ed. Simon & Schuster, 2013.

RODED, Ruth. Women in Islam and the Middle East: a reader. London &NY: Tauris, 1999.

SCORSESE, MARTIN. A imagem persistente. In *Serrote # 16*. São Paulo, 2014.

SOWELL, Thomas. Intellectuals and society. NY: Ed. Basic Books, 2012.

TELUSHKIN, Joseph. Jewish humor: what the best Jewish jokes say about the Jews. NY: Ed. William Morrow Paperbacks, 1998.

TODD, Emmanuel. Le destin des immigrés. Assimilation et ségrégation dans les démocraties occidentales. Éditions du Seuil, octobre 1994.

ZAQQUM, Az. The humor of Islam...You'll die laughing. Chicago: Ed. BookSurge Publishing, 2008.

ZIZEK, Slavoj. Alguém disse totalitarismo? SP: Ed. Boitempo, 2013.

DE MARTIN BUBER A EDWARD SAID

UM ESTADO BINACIONAL NA PALESTINA HISTÓRICA: UMA ANTIGA PROPOSTA QUE RESSURGE

Danilo Guiral Bassi¹

Resumo: O presente ensaio tem por objetivo traçar um breve histórico da proposta de um Estado binacional na Palestina histórica para judeus e árabes-palestinos; trazer os principais argumentos dos defensores deste modelo de Estado; fazer uma periodização da evolução da proposta e, finalmente, abordar e problematizar o debate sobre a questão atualmente entre palestinos e israelenses.

Palavras-chave: binacional; binacionalismo; conflito israelo-palestino; Israel; Palestina

Introdução

Em 1947, a Assembleia Geral da recém-criada Organização das Nações Unidas vota a Resolução 181, o famoso Plano de Partilha do então mandato britânico da Palestina, consolidando a proposta de “dois Estados para dois povos”, até então uma solução pouco aceita publicamente, inclusive pelo próprio movimento sionista. Desde as primeiras décadas do século XX, a ideia da partilha aparece no debate político como uma possibilidade para conciliar os interesses e o direito de autodeterminação de populações etnicamente diferenciadas. Em 1936, uma das muitas comissões designadas para propor soluções para as tensões entre as populações judaica e árabe da Palestina, a Comissão Peel, foi um marco na história da proposta da partilha do território, mas até a segunda metade dos anos 40, novas comissões se opuseram a esta solução.

¹ Bacharel em Relações Internacionais, mestrando do Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e membro-fundador da Rede Educacional pelos Direitos Humanos em Palestina/Israel (FFIPP) do Brasil.

A partir da criação e consolidação do Estado de Israel, no campo da diplomacia internacional, a ideia de dois Estados se cristalizou como caminho irreversível para a região. A Declaração de Independência de 1988 por parte da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) foi um passo inicial decisivo para a construção de uma negociação bilateral entre palestinos e israelenses rumo a esse destino. Cinco anos depois, Yasser Arafat, líder da OLP, na esteira de negociações dos anos 90 que culminaram nos acordos de Oslo, reconhece em nome dos palestinos o Estado de Israel. Em 2011, Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), discursa na ONU e encaminha o pedido de reconhecimento da Palestina como Estado-membro da organização. No ano seguinte, a Palestina ganha o status de Estado observador da organização.

A solução de dois Estados (*two-state solution*) parece assim incontestável e inevitável. A criação efetiva de um Estado da Palestina seria, aparentemente, apenas questão de tempo, apesar das negociações hoje inexistentes entre um governo palestino com o Hamas e um governo israelense liderado pelo Likud².

É preciso, todavia, ressaltar que os caminhos propostos para a criação de dois Estados não representam os anseios de todos os palestinos e israelenses. Para muitos deles (hoje mais palestinos que israelenses), a criação de um Estado binacional, ao mesmo tempo árabe e judeu, é a solução efetiva para uma tensão que já perdura por décadas e, de tempos em tempos, desagua em conflito, tensões e massacres.

Tentaremos aqui trazer parte de uma pesquisa em andamento sobre a história da proposta de um Estado binacional, incluindo uma parcela do debate atual sobre a questão. Num primeiro momento, trataremos das questões cruciais que impõem o argumento da impossibilidade de dois Estados como um discurso legítimo e válido no debate israelo-palestino. Em seguida, buscaremos periodizar – de forma ainda hipotética – o debate acerca da proposta de um único Estado binacional na Palestina histórica³. Finalmente, será feita uma breve análise sobre o debate atual, sempre em comparação com o discurso de períodos anteriores.

² Ambos os partidos, Likud e Hamas, possuem programas políticos que negam, respectivamente, um Estado palestino e um Estado judaico.

³ Optamos por usar o termo “Palestina histórica” para designar o território que abriga o território reconhecido internacionalmente como o Estado de Israel e os territórios palestinos de Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Ficam excluídos dessa definição, portanto, os territórios sírios das Colinas do Golã ocupados por Israel – mas considerados como parte da Terra de Israel (*Eretz Yisrael*) pelo Estado israelense.

Dois Estados na Palestina histórica: uma real possibilidade?

Um dos argumentos centrais dos propositores de um único Estado na Palestina é a suposta impossibilidade de dois Estados na Palestina histórica. Questões cruciais há décadas discutidas e que nunca foram resolvidas – mesmo no período do auge de otimismo e das negociações, nos anos 90 – reforçam o lado da proposta de um Estado na região (*one-state solution*).

O status final de Jerusalém, a solução para a situação dos refugiados palestinos e seus descendentes, os assentamentos na Cisjordânia, o futuro da defesa militar de um possível Estado palestino e o controle dos recursos naturais são pontos que ainda não encontraram solução efetiva – no máximo alguma maquiagem – nas negociações israelo-palestinas.

*Status de Jerusalém/al-Quds*⁴

No momento da guerra árabe-israelense de 1947-1949, Jerusalém/al-Quds foi cindida em dois, com a Linha Verde (linha do Armistício de 1949) cruzando e dividindo a cidade entre Jerusalém/al-Quds Ocidental – de maioria judaica e reconhecida internacionalmente como parte do recém-criado Estado de Israel – e Jerusalém/al-Quds Oriental – de maioria árabe-palestina e reconhecida internacionalmente como parte dos territórios palestinos. Em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias, Israel ocupa integralmente os territórios palestinos: Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém/al-Quds Oriental. Embora à revelia do direito internacional, Israel passa a considerar Jerusalém como “reunificada” e em julho de 1980, o Knesset, parlamento israelense, chancela a proposta de decreto-lei do primeiro-ministro conservador, Menachem Begin, instituindo formalmente Jerusalém como capital una e indivisível de Israel⁵.

⁴ Sempre que possível, por questões de justiça histórica, optaremos por usar os nomes que contemplem israelenses e palestinos. Em português, o nome da cidade de Jerusalém deriva do nome hebraico (ירושלים, *Yerushalaym*, na transliteração mais aceita), mas entre a população arabófona usa-se o nome al-Quds (القدس).

⁵ Texto da chamada Lei de Jerusalém, traduzida em inglês disponível em: <https://www.knesset.gov.il/laws/special/eng/basic10_eng.htm>. Acesso em: 5 out. 2014.

Apesar de uma pincelada de abertura formalizada nas negociações dos anos 90 – com a possibilidade de instalar o governo do futuro Estado da Palestina em Abu Dis, subúrbio de Jerusalém/al-Quds oriental, distante do coração da cidade (a Cidade Velha) –, o posicionamento do atual e popular governo de direita israelense, formado pelo conservador Likud e pelo partido de extrema-direita Yisrael Beiteinu de Avigdor Lieberman, demonstrado pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu é de que “Jerusalém pertence ao povo judeu e ficará sob soberania israelense para a eternidade”⁶.

Refugiados

Com a guerra árabe-israelense de 1947-1949 e a estratégia militar de criação de um Estado de Israel o mais judaico possível através de uma expulsão planejada da maioria árabe da região, conhecida como Plano τ (Dalet)⁷, centenas de milhares de árabes-palestinos tornaram-se refugiados. Estima-se que entre 700 mil⁸ e 1 milhão^{9,10} de árabes-palestinos foram empurrados – pela força militar ou pelo temor da violência – de suas terras para fora do futuro Estado de Israel, no processo conhecido como *Nakba* (النكبة, “desastre” em árabe) pela historiografia crítica sobre a história israelo-palestina.

Em 1967, com a ocupação por Israel dos territórios palestinos remanescentes então controlados pela Jordânia e pelo Egito e uma política militar de deslocamento de populações civis palestinas, uma nova onda de refugiados deslocou mais centenas de milhares de refugiados palestinos¹¹. Hoje, os refugiados palestinos e seus descendentes somam aproximadamente 5 milhões de indivíduos, dos quais 1,5 milhão distribuídos em 58 campos de refugiados na própria Palestina ou em Estados árabes vizinhos¹².

⁶ HAARETZ. “Netanyahu to Bush: J’lem to stay under Israeli control for eternity” in: *Haaretz*, 10 jan. 2008.

⁷ PAPPE, Ilan. *The Ethnic Cleansing of Palestine*. Londres: One World Publications, 2006.

⁸ ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. *Rapport Final de la Mission Economique d’Étude des Nations Unies pour le Moyen-Orient*, 28 dez. 1949. Disponível em: <<http://unispal.un.org/pdfs/AAC256Part1f.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2014.

⁹ PEDAHZUR, Ami; PERLIGER, Arie. “The Consequences of Counterterrorist Policies in Israel” in: CRENSHAW, Martha (org.) *The consequences of counterterrorism*. Nova Iorque: Russell Sage Foundation, 2010, p. 356.

¹⁰ UNRWA. Disponível em: <<http://www.unrwa.org/palestine-refugees>>. Acesso em: 2 out. 2014.

¹¹ ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. *Report of the Special Committee to investigate Israeli practices affecting the Human Rights of the Population of the Occupied Territories*. 5 out. 1971. Disponível em: <<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/858C88EB973847F4802564B5003D1083>>. Acesso em: 2 out. 2014.

¹² UNRWA, *op. cit.*

Embora a Autoridade Nacional Palestina aceite o retorno negociado de apenas parte dos refugiados e de seus descendentes, os sucessivos governos israelenses, temerosos de um “desequilíbrio” populacional, negam qualquer possibilidade de retorno de refugiados a suas terras ancestrais nos atuais territórios israelenses reconhecidos internacionalmente ou ilegalmente ocupados na Cisjordânia. O temor é de que os atuais 6 milhões de judeus israelenses se tornem, paulatinamente, uma minoria em Israel, tornando assim insustentável o caráter judaico do Estado judeu.

Assentamentos na Cisjordânia e em Jerusalém/al-Quds oriental e judaização dos territórios palestinos

Com a Guerra de 1967 e a ocupação dos territórios palestinos de Jerusalém/al-Quds oriental, Cisjordânia, Faixa de Gaza, sírios das Colinas do Golã e egípcios da Península do Sinai, o Estado de Israel implanta uma política de assentamentos, construindo colônias (pequenas cidades, bairros ou comunidades agrícolas) nos territórios anexados e estimulando a ocupação por civis judeus israelenses. Desde a devolução do Sinai ao Egito na esteira das negociações de Camp David nos anos 80 e com a retirada unilateral da Faixa de Gaza, as atenções para a política de assentamentos estão hoje focadas na Cisjordânia e em Jerusalém/al-Quds, onde hoje mais de 500 mil judeus israelenses participam de um processo de judaização dos territórios palestinos ocupados¹³, seja por motivos econômicos e menos politizados (colonos econômicos), seja por uma crença no direito do povo judeu àquelas terras em detrimento dos demais povos (colonos ideológicos).

Se por um lado o Direito Internacional considera a colonização de territórios ocupados após um conflito como uma ação ilegal, por outro, cada passo dado pelos representantes palestinos em direção à criação de um Estado independente em fóruns internacionais é retaliado pelo anúncio governamental israelense de novas anexações e novos assentamentos na Cisjordânia e em bairros árabes-palestinos em áreas já urbanizadas de Jerusalém/al-Quds ou em Hebron/al-Khalil.

¹³ HUBERMAN, Bruno. *Judaização da Palestina Ocupada: Colonização, Desapropriação e Descolamento em Jerusalém, Cisjordânia e Faixa de Gaza entre 1967 e 2013*. Dissertação (mestrado em relações internacionais). Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2014.

A política de judaização dos territórios palestinos não se restringe à política de assentamentos, mas forma um amplo leque de ações, como a demolição de casas nos territórios ocupados ou dentro das próprias fronteiras israelenses¹⁴, a renomeação de territórios com nomes bíblicos e conseqüente apagamento do histórico toponímico acompanhado da negação de nomes árabes. O exemplo mais emblemático é o da própria Cisjordânia, cujo nome formal para Israel deste “território em disputa” (já que oficialmente Israel não reconhece o território como palestino) é Judeia e Samaria.

Em Jerusalém/al-Quds, além da ocupação consentida pelo governo israelense de bairros árabes por judeus¹⁵ e dos assentamentos que formam novos bairros inteiros que cercam os bairros tradicionais de maioria árabe-palestina, a política de judaização, sob o temor de uma possível futura “maioria árabe”, mostra sua face com a negação de direitos políticos aos árabes-palestinos do lado oriental da cidade, que possuem direito de residência, mas não direito a voto, daí o fato de não haver nenhum palestino entre os representantes de uma municipalidade onde eles formam mais de um terço da população.

Outras questões: autodefesa, fronteiras e recursos naturais

Outros pontos, como o futuro da defesa de um possível Estado palestino, a definição das fronteiras e o controle dos recursos naturais, formam entraves nas negociações para a solução de dois Estados. Por um lado, os sucessivos governos israelenses tendem a propor uma soberania limitada (rascunhada e implantada pelos Acordos de Oslo), em que um futuro Estado palestino não teria Forças Armadas propriamente ditas e nem controle aéreo e fronteiro pleno.

Além disso, embora proibida pelo Direito Internacional, a plena exploração dos recursos naturais da Cisjordânia ocupada por Israel (tanto pelo Estado quanto por

¹⁴ O Comitê Israelense para a Demolição de Casas (ICAH, na sigla em inglês) e o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação dos Direitos Humanos nos Territórios Palestinos Ocupados (OCHA-oPt, na sigla em inglês) emitem relatórios periódicos e atualizados da política de demolições sistemáticas de casas de árabes-palestinos e de palestinos e beduínos com cidadania israelense, diretamente ligada ao citado processo de judaização.

¹⁵ Um caso recente chamou a atenção no bairro de Silwan, próximo à Cidade Velha de Jerusalém/al-Quds, em que judeus israelenses ocuparam casas de famílias palestinas e o Ministro da Habitação, Uri Ariel, saudou a ação. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/09/colonos-israelenses-se-apoderam-de-apartamentos-em-jerusalem-oriental.html>> e <<http://news.yahoo.com/israeli-settlers-over-25-homes-e-jerusalem-residents-224044530.html>>. Acesso em: 8 out. 2014.

empresas e cidadãos israelenses) é um fato incontestável, praticamente impossível de desmantelar sem um enorme desgaste político, já que a medida afetaria a economia israelense, cada vez mais dependente da exploração econômica dos recursos dos territórios palestinos.

Finalmente, a questão das fronteiras é um último impasse levantado por parte dos defensores de um único Estado que gostaríamos de trazer aqui. O estabelecimento de uma realidade complexa, geradora de uma rede de territórios com peculiaridades, interligados (ou, ao contrário, ao mesmo tempo vizinhos e na realidade apartados) torna quase impossível o estabelecimento de fronteiras viáveis. Enclaves de assentamentos ilegais israelenses em territórios palestinos e áreas mais ou menos controladas pela Autoridade Nacional Palestina são divididas umas das outras por áreas de controle militar israelense e uma rede de estradas segregadas, formando uma espécie de arquipélago sob controle civil palestino, permeado por apêndices civis judaicos controlados por Israel, ambos amalgamados por uma ocupação militar com jurisprudências e limites confusos e, ao mesmo tempo, rígidos.

Embora sinalize para a possibilidade de trocas territoriais, o frágil governo palestino do Fatah e do Hamas luta internacionalmente, com certo êxito, pelo reconhecimento de uma Palestina com as fronteiras de 1949-1967 (Linha Verde), com a integralidade da Cisjordânia e da Faixa de Gaza como parte do futuro Estado da Palestina. Enquanto isso, os sucessivos governos israelenses, nas últimas três décadas, indicam a impossibilidade de aceitarem essa proposta, defendendo trocas territoriais – com propostas variando de trocas negociadas a até mesmo trocas forçadas, com expulsão *de facto* de uma proporção da população palestina com cidadania israelense¹⁶.

“Facts on the ground”

Os pontos acima apresentados, que representariam uma comprovação da impossibilidade da criação de dois Estados independentes e soberanos de forma justa e legal na Palestina histórica, formam o arcabouço argumentativo de grande parte dos partidários de um único Estado árabe-judeu na região: a instituição de um Estado

¹⁶ A proposta de trocas territoriais com populações de “árabes israelenses” (terminologia oficial para os árabes-palestinos com cidadania israelense) é parte fundante do programa do partido governista de extrema-direita Yisrael Beiteinu.

binacional é apenas a formalização do que já existe de fato desde o fim da Guerra dos Seis Dias, de 1967, e a única solução possível – sem que se opte para uma solução do tipo *Apartheid* – para um território pouco extenso com tamanha complexidade na repartição de sua população¹⁷.

A realidade complexa dada nos territórios ocupados, com os famosos *facts on the ground*, presente no debate político israelense conservador¹⁸, sobretudo para relativizar a aplicação do Direito Internacional e do Direito Humanitário na Palestina e em Israel, na realidade cada vez mais servem de argumento para a impossibilidade de um Estado puramente judeu e outro puramente árabe independentes devido ao grau de interdependência criado pela ocupação.

Periodização hipotética

A pesquisa em desenvolvimento sobre a história da ideia de um Estado árabe-judeu na Palestina histórica tem nos levado a uma hipótese de periodização que considera a criação do Estado de Israel, a Guerra dos Seis Dias e a Segunda Intifada como marcos de transformação da proposta binacional.

Do surgimento do sionismo político à criação do Estado de Israel (1895-1948)

O primeiro período inicia-se com a publicação de *O Estado dos judeus* de Theodor Herzl, em 1895 e segue até a criação do Estado de Israel, em 1948. Durante essas mais de cinco décadas, o sionismo organizou-se, consolidou-se e atingiu seu objetivo: instituiu um Estado judeu. E foi nesse período em que surgiu a proposta de um Estado moderno árabe-judeu, já nos anos 20.

Embora a estratégia rumo ao objetivo de criar um Estado judeu na Palestina, guia do movimento sionista do início do século XX, deixasse (estrategicamente talvez) nebuloso o status da população árabe presente naquele território, determinados grupos propunham uma solução: construir conjuntamente um mesmo Estado, ao mesmo tempo

¹⁷ LEVY, Gideon. "Israel binationalism is old News" in: *Haaretz*, 5 out. 2014. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/opinion/.premium-1.619119>>. Acesso em: 9 out. 2014.

¹⁸ Em hebraico, עובדות בשטח (Uvdot Ba'Shetach)

judeu e árabe-palestino. Foi assim que, durante o mandato britânico na Palestina (1923-1948), a ideia de um Estado binacional foi uma bandeira sobretudo de judeus, geralmente imigrantes de origem europeia recém-instalados na região e autodefinidos como sionistas. Em 1925, era criado, por intelectuais judeus sionistas, o pequeno grupo Brit Shalom, que levantava a bandeira de um Estado binacional por discordar da perspectiva do sionismo de Herzl, que desconsiderava, na prática, a existência de centenas de milhares de árabes na região do futuro Estado de Israel. Apesar do apoio de nomes como Martin Buber, Arthur Ruppin, Henrietta Szold, Gershom Scholem, Ernst Simon e Hugo Bergmann, o grupo teve vida breve.

Após a desintegração de Brit Shalom na década seguinte, parte do grupo fundou o partido Ihud (Unidade), junto a Judah Leon Magnes, cuja campanha por um Estado binacional, árabe e judeu, recebeu a chancela de nomes como Hannah Arendt, defensora de um Estado federalista, composto pelas comunidades árabes e judias na região¹⁹. O Ihud teve importante (e exitosa) participação na Comissão Anglo-Americana de Inquérito de 1946, que propôs, ao fim de seus trabalhos, uma união econômica na Palestina²⁰. O Mapam, partido da esquerda marxista e sionista, advogava, igualmente, antes da Partilha da ONU de 1947, uma solução binacional para a Palestina.

A transição: da partilha da Palestina histórica ao domínio israelense total (1948-1967)

A proposta da Partilha, a declaração de fundação do Estado de Israel e as subsequentes guerra e Nakba afastaram o binacionalismo do debate político. A perspectiva do sionismo autodeclarado de esquerda e governista, que pregava a construção de um Estado majoritariamente judeu ainda que num território reduzido, se tornou a principal diretriz do novo país e que dita as condições de negociação que perduram até hoje: dois Estados para dois povos. Dentro do sionismo, embora este não seja um grupo homogêneo, o ideário binacional está, a partir daí, quase liquidado.

¹⁹ BENHABIB, Seyla. *The Reluctant Modernism of Hannah Arendt*. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, 2000, p. 39.

²⁰ REISEL, Daniel. *The History of the original Brit Shalom*. Disponível em: <<http://www.britshalom.org/background.htm>>. Acesso em 10 nov. 2011.

Embora os membros do *Ihud* tenham permanecido politicamente ativos, eles não possuíam força para influenciar significativamente a classe política do novo Estado. Por outro lado, o movimento nacional palestino passava a falar de uma única “Palestina democrática e secular”, sem grande aprofundamento da formulação de tal Estado único a ser criado no que diz respeito a direitos e identidades nacionais.

A Guerra dos Seis abalará todo o contexto político da região e dará início a nosso terceiro período.

Da Guerra dos Seis Dias aos Acordos de Oslo (1967-2000)

O segundo período, de transição, encontra seu fim com a guerra que culmina com a ocupação da totalidade dos territórios palestinos por Israel. Porém, paradoxalmente, é com a ocupação dos territórios palestinos (alguns poderiam – e o fazem – falar em anexação e, portanto, criação de um único Estado) que se inicia o terceiro período, de cristalização e consolidação da solução de dois Estados, tanto entre palestinos quanto entre israelenses e para a opinião pública internacional, simbolizado pelos Acordos de Oslo, nos anos 90.

É neste período que o movimento nacional palestino se organiza, encontra reconhecimento, legitimidade e representação internacional. É também aí o momento em que a sociedade israelense se depara com algo ocultado pelos pais do sionismo: uma gigantesca população árabe-palestina que, na prática, impede a existência de um único Estado que seja ao mesmo tempo judeu e democrático entre o Mediterrâneo e o Jordão. Este é, por fim, o período das negociações de Israel com o Egito, com a Jordânia e com o movimento nacional palestino, que levam, assim, à normalização de relações com Estados vizinhos e ao reconhecimento do Estado judeu por três membros da Liga Árabe.

Nos anos 90, na esteira do otimismo do pós-Guerra Fria, os Acordos de Oslo significaram o abandono pelo nacionalismo judeu e palestino da hipótese binacional, com o reconhecimento mútuo e com a criação da Autoridade Nacional Palestina (ANP). As ideias incompatíveis do Grande Israel e de uma Palestina única, democrática e secular foram colocadas de lado, inclusive por grupos que historicamente defendiam a solução uniestatal, como a FDLP. A criação do Estado da Palestina parecia inevitável, mas o sonho durou pouco.

A desilusão: do fracasso de Oslo aos dias atuais (a partir de 2000)

A Primeira Intifada, nos anos 80, teve como resultado uma grande repercussão internacional e a legitimação do direito dos palestinos a seu próprio Estado, formalizada na década seguinte nos Acordos de Oslo. Em setembro de 2000, porém, estoura a Segunda Intifada, paralelamente ao grande apoio às forças de direita no cenário político israelense. O sonho de Oslo estava prematuramente começando a se desmantelar, dando espaço posteriormente – e cada vez mais – ao ressurgimento da ideia de um Estado binacional como solução para o conflito isrelo-palestino. É a desilusão com Oslo, o ensaio dos dois Estados na Palestina histórica, que dá origem ao quarto e atual período proposto.

Debate atual

A proposta de um Estado binacional na Palestina tem várias facetas e características próprias, que fazem com que ela difira da solução de um Estado do tipo proposto por grupos ultranacionalistas conservadores, como os da tradição de Jabotinsky e o Hamas, em que uma nação ou uma religião prevaleceria de forma mais ou menos autoritária sobre as demais. Difundido sobretudo entre intelectuais, o binacionalismo, visto como solução para o conflito Israel-Palestina, conheceu uma evolução instigante, passando dos judeus progressistas no início do século XX às vozes pró causa Palestina quase um século depois; de Martin Buber a Edward Said.

Em janeiro de 2004, insatisfeito com as negociações entre a OLP e o Estado de Israel, o primeiro-ministro da ANP, Ahmed Qurei, afirmou publicamente que, caso não houvesse avanço significativo na construção de um Estado palestino, os palestinos poderiam abandonar o projeto de solução de dois Estados e passar a exigir que se tornassem cidadãos plenos de um Estado árabe e judeu²¹ que englobasse toda a Palestina histórica, algo semelhante ao que já havia defendido Edward Said, palestino da

²¹ MYRE, Greg. "Leadership Says Palestinians Reserve Right to Declare State". *The New York Times*, 11 jan. 2004

diáspora, alguns anos antes, diante do que ele viu como o caminho para um fracasso iminente para os palestinos com os Acordos de Oslo^{22,23}

Nas primeiras décadas após a criação do Estado judeu, dentro do cenário israelense, a solução de Estado único, do Mediterrâneo ao Jordão, provinha geralmente dos meios da direita, herdeiros da tradição pouco democrática de Jabotinsky; por outro lado, determinados movimentos de libertação da Palestina defendiam um Estado árabe. Ambos, portanto, diferiam da proposta binacional. Entre trabalhistas e conservadores do Likud, o debate sobre os assentamentos nos territórios ocupados na Guerra dos Seis Dias, de 1967, era exatamente sobre como não fazer ruir o sionismo com o binacionalismo. Além disso, as taxas de crescimento demográfico superior entre árabes do que entre judeus e a redução dos fluxos migratórios de judeus para Israel – apesar do período posterior à dissolução da União Soviética e a consequente chegada de novos imigrantes judeus deste país – preocupavam os políticos do sionismo tradicional. Apenas vozes isoladas, como algumas de grupos minoritários dentro da OLP – como os marxistas do terceiro maior grupo da organização, a Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP) –, pregavam a construção de um Estado binacional, mas a opção da organização, a partir dos anos 80, pela solução de dois Estados fez apenas reduzir ainda mais seu eco já limitado.

Com o aparente fracasso dos Acordos de Oslo, dos anos 90, e a segunda Intifada, a solução binacional parece ressurgir – ainda que possivelmente de forma marginal – no debate israelense e palestino. Em 2003, após as insistentes defesas de Edward Said já na década anterior, Tony Judt escreveu um artigo em que tentou demonstrar as impossibilidades de sucesso de uma solução de dois Estados²⁴. Na última década, uma série de debates, físicos ou via imprensa²⁵, entre intelectuais ou mesmo entre políticos sobre o binacionalismo indica um possível ressurgimento²⁶ da proposta de solução de

²² SAID, Edward. “The One-State Solution”. *The New York Times*, 10 jan. 1999.

²³ Ainda mais recentemente, no início de 2009, até mesmo Muammar al-Qaddafi, antigo líder da Líbia e histórico patrocinador da OLP, em artigo publicado no *The New York Times*, reconheceu o direito dos judeus e dos palestinos a um Estado, o direito ao retorno dos refugiados palestinos e o direito à permanência dos colonos judeus na Cisjordânia, o que seria apenas conciliável com a criação de um único Estado, que ele chamou de Isratina. (QADDAFI, Muammar. “The One-State Solution”. *The New York Times*. 22 jan. 2009.)

²⁴ JUDT, Tony. “Israel: the Alternative”. *New York Review of Books*, 23 out. 2003.

²⁵ O principal periódico israelense, Haaretz, tem sido um espaço privilegiado deste debate. Na bibliografia, indicamos alguns dos artigos que demonstram que o debate não está enterrado na sociedade israelense.

²⁶ HERMANN, Tamar. “The bi-national idea in Israel/Palestine: past and present”. *Nations and Nationalism*, 2005.

um único Estado onde sejam reconhecidos, num mesmo território, o direito à autodeterminação de dois povos: árabe-palestino e judeu.

Uma espécie de padrão interessante de reconhecer tanto no passado quando na atualidade é o da adoção do discurso binacionalista majoritariamente pela esquerda, mas igualmente pela parcela mais fraca no embate de forças. No passado, os judeus na Palestina; hoje, os árabes-palestinos.

Mas, além dessa observação, ao invés de buscar fechar artificialmente um debate atual ainda aberto e (cada vez mais) em construção, optamos por encerrar este ensaio com questionamentos que podem ajudar na compreensão, ou pelo menos na problematização, por parte dos que se interessam no assunto sobre o debate entre binacionalistas e biestadistas.

O que é, afinal, binacionalismo? Quais modelos de Estado binacional na Palestina foram e continuam sendo propostos por esses grupos, com relevância variável no debate político-intelectual? Como as propostas lidam com a Lei de Retorno (dos judeus) e o Direito ao Retorno (dos palestinos)? Segundo cada proposta, qual tipo de autonomia seria dada aos grupos nacionais num suposto Estado binacional? Seriam estes modelos próximos de um federalismo dual próximo do bem-sucedido modelo suíço (e defendido nos anos 40 pelo Ihud, por exemplo) ou de um sistema de cantões no estilo do desgastado modelo libanês? Como seriam garantidas a segurança e a manutenção de direitos nacionais das comunidades?

Como o conceito evoluiu e quem lhe foi ou é partidário? Quais as relações do binacionalismo com as ideologias – políticas ou mesmo religiosas – da região? As propostas de solução binacional foram (e são) honestas ou serviram (e servem) como fórmula oportunista por parte de grupos uninacionalistas?

O espaço reduzido não nos permite responder a essas perguntas com hipóteses com a profundidade merecida de forma conjunta, mas podemos concluir que a proposta nacional, ideia heterogênea, em constante construção e remodelação, possuiu no passado e possui no presente defensores majoritariamente seculares²⁷ e de esquerda, tanto judeus sionistas (que hoje seriam definidos como pós-sionistas) quanto árabes-palestinos; e que a criação de uma nova e única entidade estatal na região integrando

²⁷ Vale ressaltar caso de Martin Buber, que optamos por incluir no título do ensaio, que representa um caso notável de judeu sionista religioso e defensor de um Estado binacional árabe-judeu na Palestina.

Israel e a Palestina seria um fato inovador, mas incluído num grupo de outras experiências multinacionais.

AS LEIS DISCRIMINATÓRIAS DE ISRAEL À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL

Julia Caligiorne Santos¹

Resumo:

Desde a criação do Direito Internacional até a instituição das normas de *jus cogens*, consideráveis evoluções têm sido observadas nas lógicas de poder no âmbito jurídico internacional. O presente resumo de pesquisa procurará elucidar, em um primeiro momento, os fundamentos primevos e atuais do Direito Internacional, no que tange à relação norma interna *versus* norma internacional. Para ilustrar as teorias, traz-se o exemplo do Estado de Israel e o rol de leis discriminatórias presentes em sua constituição, mesmo o tal sendo signatários de numerosas convenções internacionais de proteção racial.

Palavras chaves: Direito Internacional. Estado de Israel. Leis Discriminatórias.

Abstract:

From the creation of international law to the imposition of *jus cogens* norms, considerable developments have been observed in the logics of power in the international legal framework. This research summary seeks to elucidate at first the primeval and current fundamentals of international law, with respect to internal norm versus international norm conflict. To illustrate the theories, the paper bring the example of the State of Israel and the role of discriminatory laws present in its constitution, even if the State has being signatory of numerous international conventions of racial protection.

Keywords: International Law. State of Israel. Discriminatory laws.

Introdução

O direito internacional tem regulamentado as relações entre os Estados (ou Nações, povos) desde os primeiros indícios de sua existência na Antiguidade, através de práticas comerciais e diplomáticas, até os dias atuais. Logo após a Paz de Vestfália, em 1648, houve grande reformulação do conceito, que passou a considerar o Estado-nação como fonte e sujeito primordial da ordem pública internacional. Desde então o conceito apenas tem crescido e granjeado novas conotações, assim como ampliado seu destaque no seio das dinâmicas políticas internacionais.

¹ Pós-graduanda em Direito Internacional pelo Centro de Direito Internacional de Belo Horizonte (Cedin) e Bacharel em Relações Internacionais pela PUC Minas. Estagiou no departamento de Advocacia Internacional do Centro Legal para os Direitos da Minoria Árabe em Israel, que tornou possível o desenvolvimento da pesquisa, a qual diz respeito este resumo.

Com o aparecimento gradativo dos tratados internacionais sobre direitos humanos e a estabelecimento das normas de *jus cogens*, as influências positivas e negativas do direito internacional na política têm ganhado contornos bem delineados: o peso moral do não cumprimento e da não convenção tem sido cada vez maior, por mais que as consequências ainda permaneçam no nível abstrato.

O Estado de Israel, desde sua criação em 1948, tem aderido a importantes convenções internacionais, inclusive de direitos humanos dos direitos das minorias étnicas. Tal adesão, mesmo que provocada por interesses políticos, não exclui a sua obrigatoriedade e, portanto, sua responsabilidade para com o que foi acordado. Curiosamente, na sua legislação interna, o Estado possui um rol de leis discriminatórias que vão absolutamente contra normas pactuadas externamente. Leis fundamentais, na visão de convenções tão importantes como a ICERD (*International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination*), da qual Israel é um signatário.

Por conseguinte, esta pesquisa abordará, em um primeiro momento, preceitos básicos sobre os fundamentos e objetivos do direito internacional como órgão regulador do sistema de Estados. Posteriormente, discorrerá sobre a contradição das normas internacionais pactuadas e as normas internas do Estado de Israel, através de breves exemplos de legislações aplicáveis.

1. Os Princípios do Direito Internacional

“Entre fortes e fracos, a liberdade oprime e o direito liberta”
Padre Henri Lacordaire

A fundação do Direito Internacional pode ser ilustrada de óticas distintas, porém é frequentemente visualizada sob a vertente da racionalidade instrumental, que procura abarcar sua natureza e seus objetivos. Logo, a origem de ordem jurídica internacional é historicamente entendida como consequência da necessidade de manter o *status quo* e o equilíbrio entre as nações, buscando a cooperação no âmbito universal. Ou seja, o objetivo inicial da criação do direito internacional é puramente racional, com pouca ou nula atenção à promoção de desenvolvimento e preservação da vida humana. A utilização de normas internacionais pré-acordadas serviria principalmente como um

curso de ação propício devido ao menor custo-benefício. Inúmeros pensadores apontam as raízes da necessidade de cooperação como sendo a partir da Primeira Guerra Mundial: com a invenção da metralhadora e outros avanços bélicos consideráveis, a guerra passou a não mais ‘compensar’ racionalmente (pois se tornou dispendiosa) levando a criação de outros meios menos onerosos, como a criação de instituições que regulassem as relações entre as nações. Entretanto, como pontua Accioly (2009), devido ao princípio da soberania, o Estado encontra-se acima dos demais sujeitos de direito, constituindo autoridade máxima em seu território. Externamente, porém, o Estado está em pé de igualdade com os demais Estados soberanos que compõem a sociedade internacional.

Desta forma, sendo o direito internacional um conjunto de normas coesas que busca regulamentar as interações entre os Estados soberanos, existem alguns elementos básicos que devem ser considerados para a sua concepção. A sociedade internacional, contrariamente às sociedades nacionais organizadas em Estados, é *descentralizada*, ou seja, não há um órgão central produtor das regras a serem dirigidas e vincularem, de modo geral, os sujeitos de direito internacional. Outra característica é a de que, pelos Estados serem considerados juridicamente iguais, e, portanto não existir uma entidade superior que tenha o poder de impor o cumprimento da ordem jurídica internacional, a relação neste âmbito é de *coordenação* (ao contrário do que é observado no direito interno, em que a relação é de subordinação). E, justamente por não possuir órgão central e superior dotado de prerrogativas, os Estados são os próprios autores e destinatários das normas internacionais. A lógica principal do direito internacional repousa-se sobre o *consentimento*, tradicionalmente expresso no princípio *pacta sunt servanda*², em que um Estado é obrigado no plano internacional apenas na medida em que consentir a vincular-se juridicamente. (REZEK, 2011)

A relação entre direito internacional e direito interno, um dos focos estruturais deste trabalho, é entendida por pensadores de algumas formas distintas. A teoria dualista, que possui em sua formulação autores de destaque como Triepel e Anzilotti,

² Pacta sunt servanda – o princípio segundo o qual o que foi pactuado deve ser cumprido – é um modelo de norma fundada no consentimento perceptivo. Regras resultantes do consentimento criativo são aquelas das quais a comunidade internacional poderia *prescindir*. São aquelas que evoluíram em determinado sentido, quando perfeitamente poderiam ter assumido sentido diverso, ou mesmo contrário. E é impossível, em definitivo, conceber que a mais rudimentar das comunidades sobreviva sem que seus integrantes reconheçam, quando menos, o dever de honrar as obrigações livremente assumidas. (REZEK, Direito Internacional Público: curso elementar. 2011, p. 27)

pontua que o direito internacional e direito interno de cada Estado são dois sistemas rigorosamente independentes, de modo que a validade jurídica de uma norma interna não se condiciona à sua sintonia com a ordem internacional. (REZEK, 2011)

Dentro da lógica dualista, para que uma norma de direito internacional seja aplicada na ordem interna de um Estado, primeiramente deve-se transformá-la em norma de direito interno, incorporando-a ao seu ordenamento jurídico doméstico. Também chamada de teoria da incorporação, a doutrina diz que não existiria a possibilidade de conflito entre as duas ordens jurídicas, por serem completamente independentes. (Accioly. Tratado de Direito Internacional Público. 2009)

Os autores monistas se divergem em duas correntes distintas: a primeira sustenta a unicidade jurídica sob o primado do direito internacional, a que se ajustariam todas as ordens internas, também denominado monismo com supremacia do direito internacional.

Formulada por Hans Kelsen, Alfred Verdross, Léon Duguit e outros, a doutrina do monismo com supremacia do direito internacional não consente a existência de duas ordens jurídicas independentes, alegando haver apenas um único ordenamento jurídico, no qual o direito internacional é considerado superior ao direito interno. Baseando-se na pirâmide normativa kelseniana, os proponentes entendem que a norma fundamental (no vértice da pirâmide) seria uma regra de Direito Internacional, *pacta sunt servanda*, da qual derivariam sua validade as demais. Segundo os seus defensores, não seria possível o conflito entre o direito internacional e o direito interno, pois prevaleceria a norma hierarquicamente superior. (Accioly. Tratado de Direito Internacional Público. 2009)

A outra vertente, o monismo com supremacia do direito interno, apregoa o primado do direito nacional de cada Estado soberano, sob cuja ótica a adoção de preceitos do direito internacional aparece como uma faculdade arbitrária. (REZEK, 2011)

Com raízes no hegelianismo, a doutrina defende que o Estado é dotado de soberania absoluta e que, portanto, somente se sujeita a um sistema jurídico que emane de si próprio. Desta forma, o direito internacional derivaria sua obrigatoriedade do direito interno, e o fundamento daquele seria apenas a autolimitação do Estado. Esta teoria enxerga a existência de uma exclusiva ordem jurídica, mas identifica-a com a interna - o direito internacional seria simplesmente a continuação do direito interno, aplicado às relações exteriores do Estado. Esposaram esta doutrina Georg Jellinek, Georges Burdeau e os juristas soviéticos. (Accioly. Tratado de Direito Internacional Público. 2009)

Nenhuma das três proposições são invulneráveis às críticas, contudo, cada uma pode ser valorizada com mérito para explicar a constante dicotomia, existente ainda hoje, de ambos cenários jurídicos. (REZEK, 2011)

Se o direito internacional foi visto, e ainda o é, como um instrumento de otimização dos ganhos individuais dos Estados através da prevenção da guerra, pode-se

dizer que atualmente é possível falar de outros benefícios para a adesão à ordem jurídica internacional. A crescente normatização das ações politicamente aceitas e a imperatividade das normas de *jus cogens*, trouxeram ao Estado um peso moral para as suas ações unilaterais que vão contra normas internacionalmente construídas. Desta forma, não cooperar ou não aderir aos tratados internacionais tornou-se um custo extra a ser analisado pelo Estado, quando da aplicação de sua política externa. Outros, porém, apontam tal ênfase do direito internacional na política contemporânea como mais um meio eficaz de controle, por parte dos sujeitos internacionais influentes, da sociedade internacional.

Sejam quais for as razões que fundamentam a adesão dos Estados às fontes de direito internacional, uma vez realizado o pacto, o Estado está sujeito à Responsabilidade Internacional, que configura “responsabilidade pela prática de um ato ilícito segundo o direito internacional, devendo arcar com as reparações adequadas” (REZEK, 2011). Não há escusa para o ato internacionalmente ilícito no argumento de sua licitude ante a ordem jurídica local, uma vez que a norma foi pactuada em algum fórum internacional. A punição para tal penalidade, assim como as demais punições, ainda é bastante abstrata, e talvez seja essa a grande dificuldade do direito internacional. Pelo direito e política internacional estarem intimamente atrelados, a aplicabilidade do primeiro torna-se quase que condicional ao segundo. Todavia, já se pode falar de constrangimento internacional e certo grau de deslegitimação política dos sujeitos que infringem as normas das quais são signatários, afinal, procura-se ainda acreditar na importância do direito internacional como plataforma primordial para estabelecimento da paz, igualdade e justiça mundial, e seus adeptos como sujeitos empenhados na perpetuação de tais valores.

The objectives of international law appear differently depending on one's standpoint. International law certainly seeks to realize the political values, interests, and preferences of various international actors. But it also appears as a standard of criticism and means of controlling those in powerful positions. Beyond pointing to the oscillation between instrumentalism and formalism as styles of legal thought and practice, however, the question 'what is international law for?' also invokes popular aspirations about peace, justice, and human rights, and thus acts as a platform for an international political community. Whatever its shortcomings, international law also exists as a promise of justice, and thus as encouragement for political transformation. (KOSKENNIEMI, *What is International Law for?* p.89)

2. Leis Internacionais de Proteção Racial *versus* Leis Domésticas Discriminatórias do Estado de Israel

O Estado de Israel, apesar de ser um Estado democrático *de facto*, possui uma constituição repleta de leis discriminatórias à etnia árabe, com o intuito de desmoralizar a densa parcela de cidadãos palestinos habitantes do seu território.

Cidadãos palestinos de Israel são os palestinos que ficaram para trás no que se tornou o Estado de Israel após a Nakba (1947-9), ou "catástrofe palestina", quando cerca de 750 mil palestinos foram expulsos de suas casas e terras pelas forças sionistas, a fim de abrir caminho para um Estado judeu de maioria³.

Desigualdade em Israel assume muitas formas. Algumas das principais linhas divisórias da sociedade israelense, criando grupos relativamente privilegiados e privados, são Asquenazim *versus* Mizrahim⁴; homens *versus* mulheres; judeus nascidos em Israel (Sabar) *versus* os novos imigrantes (Olim); judeus ortodoxos *versus* judeus seculares; moradores rurais *versus* moradores urbanos; ricos *versus* pobres; partidários de esquerda *versus* partidários de direita; e homossexuais *versus* heterossexuais. Neste trabalho abranger-se-á as desigualdades entre os cidadãos judeus de Israel - a maioria - e os cidadãos árabe-palestinos de Israel, uma minoria nacional, não imigrante, vivendo em sua pátria histórica. (ADALAH, 2011)

Entre 1948 (quando Israel declarou a independência) e 1966, os palestinos que viviam em Israel foram banidos de quaisquer direitos políticos e estavam sujeitos ao regime militar israelense. Depois de 1966, foram concedidos o direito de voto e outros direitos civis, mas até hoje eles continuam a sofrer de discriminação generalizada, sistemática e institucionalizada que afeta tudo, desde a propriedade da terra e as oportunidades de emprego até os direitos de unificação familiar. Hoje, existem cerca de 1,2 milhões de cidadãos palestinos de Israel, cerca de 20% da população⁵. Eles permaneceram em sua terra natal, após a criação do Estado de Israel em 1948,

³ Dados de 2011, retirados do portal virtual do IMEU – Institute for Middle East Understanding, contemplado na bibliografia.

⁴ Asquenazim é o nome dado aos judeus provenientes da Europa Central e Europa Oriental. O termo provém do termo do hebraico medieval para a Alemanha, chamada Ashkenaz (אַשכּנַז). Os judeus mizrahim são aqueles originários das comunidades do Oriente Médio. Geralmente o termo se aplica aos judeus que vivem ou viveram no mundo islâmico. Trata-se de comunidades fortemente arabizadas nas suas tradições linguísticas, alimentares e culturais. (Dados retirados da Wikipedia.org, acesso em 22 de Maio de 2014).

⁵ Dados de 2011, retirados do portal virtual do IMEU – Institute for Middle East Understanding, contemplado na bibliografia.

tornando-se uma minoria involuntária. Uma parte do povo palestino, que atualmente vive na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e os refugiados, pertencem a três principais comunidades religiosas: muçulmana (82%), cristã (9,5%) e drusa (8,5%)⁶.

O seu *status* no âmbito dos instrumentos internacionais de direitos humanos dos quais Israel é um Estado parte, é a de uma minoria nacional, étnica, linguística e religiosa. No entanto, apesar desse *status*, a minoria palestina não é declarada como uma minoria nacional nas Leis Básicas de Israel. Em 1948, Israel foi estabelecido como um Estado judeu e a definição de Israel como "Estado judeu" ou "o Estado do povo judeu" apresenta na prática a desigualdade como uma realidade política e ideológica para os cidadãos palestinos do mesmo, que são marginalizados e discriminados com base na sua pertença nacional e filiação religiosa como "Não-judeus". (ADALAH, 2011) Além disso, essa percepção não se restringe às autoridades estaduais: de acordo com o Instituto de Democracia de Israel, em 2010, 53% do público judeu defendeu que o estado tinha direito a encorajar os árabes a emigrar de Israel⁷. De acordo com uma pesquisa recente retirada do relatório anual da Adalah⁸, uma organização não governamental que defende os direitos da minoria árabe dentro de Israel, apenas 51% dos judeus cidadãos de Israel apoiam a plena igualdade de direitos entre os cidadãos judeus e árabes no país. A mesma atitude prevalece entre os jovens judeus, com 49,5% dos judeus de 15 a 18 anos respondendo negativamente, em uma pesquisa realizada em 2010⁹, à questão de saber se aos cidadãos árabes deveriam ser concedidos direitos iguais aos dos judeus.

Numerosos grupos de cidadãos palestinos de Israel enfrentam "discriminação composta" ou múltiplas formas de discriminação com base tanto na sua pertença nacional quanto na sua participação em um ou mais subgrupos distintos. Por exemplo, as mulheres árabes em Israel sofrem discriminação, como membros da minoria árabe e como mulheres, e os árabes beduínos enfrentam uma camada adicional de discriminação institucional e social. No que diz respeito a certos grupos marginalizados, Israel tem algumas das leis e políticas mais visionárias e progressistas do mundo. O

⁶ Dados do Israeli Central Bureau of Statistics (CBS), Statistical Abstract of Israel 2009, No. 60, Tabelas 2.2, 2.8, 2.10, contemplado na bibliografia.

⁷ Israel Democracy Institute, Auditing Israeli Democracy—2010, (Inglês), disponível em: http://www.idi.org.il/PublicationsCatalog/Documents/Book_7114/madad_2010_eng_abstract.pdf Acesso em 22 de Maio de 2014.

⁸ Adalah Annual Report, disponível em: <http://adalah.org/eng/category/52/Reports/1/0/0/>. Acesso em 22 de Maio de 2014.

⁹ Pesquisa encomendada pelo Instituto de Pesquisa Maagar Mochot: "Metade dos estudantes do ensino médio israelenses se opõem a igualdade de direitos para os árabes", Haaretz (versão em Inglês), 11 de Março de 2010.

Knesset de Israel, por exemplo, aprovou uma consistente legislação anti-discriminatória e proteções legais para as mulheres e os deficientes físicos, no entanto, o mesmo não foi estendido para a minoria palestina. Como resultado, os palestinos, que também são membros de outros grupos marginalizados não recebem os benefícios de tais proteções. Mais de 30 Leis Principais discriminam, direta ou indiretamente, contra cidadãos palestinos de Israel, e a coalizão de governo atual tem proposto uma enxurrada de novas leis racistas e discriminatórias que estão em várias fases do processo legislativo.

Não obstante a todo esse quadro de leis discriminatórias, Israel ratificou todos os principais tratados de direitos humanos da ONU e é obrigado a estas convenções. Israel também é obrigado a seguir vários acordos UE-Israel que contêm obrigações sérias de direitos humanos. Desta forma, havendo o país assinado tais tratados internacionais vinculantes, tais como a Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (ICERD, do inglês *International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination*), e seu governo se comprometido com as obrigações dos mesmos, apresentar-se-á alguns exemplos da disparidade legal existente entre a sua constituição e a legislação internacional a qual está submetido. Os princípios da igualdade e da não-discriminação são uma pedra angular do direito internacional dos direitos humanos. A fim de garantir o princípio da igualdade, instrumentos de direitos humanos apontam inúmeras razões pelas quais é proibida a discriminação, incluindo raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e opinião política. Os Estados Partes dos instrumentos internacionais de direitos humanos são requeridos a promulgar estas disposições nas suas legislações nacionais. No entanto, em Israel o direito à igualdade e à liberdade de discriminação não é explicitamente consagrado na legislação como um direito constitucional, nem é protegido por lei.

Cidadania e Identidade

As leis mais importantes de imigração, incluindo a Lei do Retorno (1950) e a Lei de Cidadania (1952) privilegiam judeus e imigração judaica sobre os não-judeus. Aos

judeus é concedido o direito de imigrar e tornar-se cidadãos israelenses, mesmo se estes não tiverem nenhuma conexão com Israel, enquanto 750 mil palestinos e seus descendentes expulsos em 1948 não têm esse direito. É quase impossível para os palestinos fora de Israel se tornarem cidadãos israelenses¹⁰.

Lei de Registro Populacional (1965) - Exige que todos os moradores de Israel registrem sua etnia (isto é, judeus, árabes, drusos) no Registro de População e obter um cartão de identidade divulgando esta informação. O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos diz: "um sistema duplo de leis que discriminam entre judeus israelenses e palestinos com base no status construído de nacionalidade judaica. Esta aplicação prejudicial de direito é evidente em todos os processos do sistema jurídico, dos direitos à informação e julgamento justo à detenção e tratamento de prisão"¹¹.

Unificação familiar (2003) - No âmbito da política de 2003 para "reagrupamento familiar", cônjuges não cidadãos e filhos de cidadãos israelenses árabes são proibidos de entrar em Israel (e viver com seu cônjuge / pai). Isto significa que se você é um palestino de fora de Israel, casado com uma israelense, você está impedido de viver com o seu cônjuge em Israel. Isto não se aplica a qualquer outra etnia exceto a árabe. Esta disposição tem sido regularmente prorrogada, mais recentemente, em janeiro de 2011¹².

Servir as Forças Armadas - Judeus israelenses (com exceção de alguns judeus ortodoxos) tem que servir no exército de Israel quando completam 18 anos. A maioria dos palestinos é proibida de servir no exército. Muitos dos benefícios da sociedade são dados às pessoas que tenham anteriormente servido, como tratamento preferencial de habitação, educação e outros serviços¹³.

A Lei de Cidadania (2008) - Várias tentativas têm sido feitas nos últimos anos para tornar possível a revogação da cidadania israelense por parte do Estado, através de alegações de "deslealdade" para o Estado ou "quebra de confiança" (termos amplamente definidos). Todas essas tentativas têm indiretamente como alvo os direitos de cidadania dos cidadãos palestinos¹⁴.

¹⁰ Dados retirados do instituto Israel Law Resource Center – disponível em (<http://www.israellawresourcecenter.org/>) Acesso em: 14 de Junho de 2014.

¹¹ *Ibid.*

¹² *Ibid.*

¹³ Dados retirados do instituto Israel Law Resource Center – disponível em (<http://www.israellawresourcecenter.org/>) Acesso em: 14 de Junho de 2014.

¹⁴ *Ibid.*

E o que o direito internacional diz?

Article 1. In this Convention, the term "racial discrimination" shall mean any distinction, exclusion, restriction or preference based on race, colour, descent, or national or ethnic origin which has the purpose or effect of nullifying or impairing the recognition, enjoyment or exercise, on an equal footing, of human rights and fundamental freedoms in the political, economic, social, cultural or any other field of public life.

Article 2. States Parties condemn racial discrimination and undertake to pursue by all appropriate means and without delay a policy of eliminating racial discrimination in all its forms and promoting understanding among all races, and, to this end: (a) Each State Party undertakes to engage in no act or practice of racial discrimination against persons, groups of persons or institutions and to ensure that all public authorities and public institutions, national and local, shall act in conformity with this obligation; (ICERD, International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination, 1965)

O direito de Ir e Vir

Os cidadãos palestinos de Israel não podem viajar para a maioria dos países árabes, que compartilham do mesmo quadro étnico-cultural e que estão a poucos quilômetros de distância (uma vez que Israel faz fronteira com quatro nações árabes). Existe a possibilidade de autorização de viagem do governo israelense mediante demanda formal no Ministério, entretanto, as aplicações por cidadãos palestinos para viajar para esses países são geralmente recusadas. São duas leis israelenses que condenam tal ato:

Seção 2ª da Lei de Infiltração (1954) e Seção 5a da Lei de Emergência (1948) - impor uma proibição abrangente sobre todas as pessoas com cidadania israelense ou residência, de viajar para países que são designados por Israel como "Estados inimigos", que incluem muitos países árabes e muçulmanos, independentemente do motivo da viagem, tais como visitas de familiares, viagens profissionais ou eventos culturais. (Adalah, 2011)

E o que o direito internacional diz?

Artigo 2º - as pessoas pertencentes à minorias têm o direito de estabelecer e manter, sem qualquer discriminação, livre e pacificamente, contatos com outros membros de seu grupo e com pessoas pertencentes a outras minorias, assim como contatos através das fronteiras com os cidadãos de outros Estados a quem eles estão relacionados por laços nacionais ou étnicos, religiosos ou linguísticos. (Declaração da ONU sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Étnicas, Religiosas e Linguísticas, 1992)

Conclusão

O presente trabalho buscou brevemente fundamentar a lógica do Direito Internacional e explicar as dinâmicas políticas contemporâneas em que se insere o mesmo, corroborando-as através de um exemplo real. Por meio do contexto legal do Estado de Israel e suas várias contradições estruturais, comprova-se o que ainda acontece no cenário internacional: a constante dicotomia entre o que é julgado internamente e o desempenho do Estado externamente.

Sabe-se, e o presente trabalho não procurou negar, que o peso político para que os Estados se tornem parte de convenções internacionais existe, de fato. Contudo, analisando o exemplo israelense, conclui-se que muito pouco ainda é feito em termos de coesão e regulação a respeito do comportamento ilegítimo dos Estados, tornando o Direito Internacional mais uma vez fraco e insuficiente. Volta-se ao eterno dilema que enfrenta o Direito Internacional desde a origem: suas falhas são o que torna possível sua existência.

Bibliografia

ACCIOLY, Hildebrando. *Tratado de Direito Internacional Público*. São Paulo: Quartier Latin, 2009, 3 v.

ADALAH – The Legal Center for Arab Minority Right in Israel. *Leis Discriminatórias*. Disponível em: <http://adalah.org>; Acesso em: 22 de Maio de 2014.

FREITAS, Luna. *O Direito Internacional E A Teoria Das Fontes: Reflexões Sobre As Normas Peremptórias Do Jus Cogens*. Disponível em: <http://www.ebah.com.br>; Acesso em: 14 de Junho de 2014;

IMEU – Institute for Middle East Understanding. Disponível em: <http://imeu.org/>. Acesso em: 11 de Junho de 2014.

Israel Democracy Institute, *Auditing Israeli Democracy—2010*, (Inglês). Disponível em: <http://www.idi.org.il>; Acesso em: 22 de Maio de 2014.

Israel Law Resource Center. Disponível em: <http://www.israellawresourcecenter.org/>;
Acesso em: 22 de Maio de 2014.

Israeli Central Bureau of Statistics (CBS), *Statistical Abstract of Israel 2009*, No. 60,
Tabelas 2.2, 2.8, 2.10

KOSKENNIEMI, Martti. *What is International Law for?* in INTERNATIONAL LAW 57, 59
(Malcolm Evans, ed., 2d 2006).

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito Internacional Público*, Biblioteca Jurídica
Freitas Bastos, 8a edição, 1986, 2 v.

OHCHR – Office of the High Commissioner for Human Rights. Disponível em:
<http://www.ohchr.org/EN>. Acesso em: 30 de Maio de 2014.

REZEK, J.F. *Direito Internacional Público - Curso Elementar*, Ed. Saraiva, 8a edição, 2000.

UNITED NATIONS TREATY COLLECTION. Disponível em: <https://treaties.un.org>; Acesso
em: 30 de Maio de 2014.

ALIENATION AND VIOLENCE: FRANTZ FANON AND THE ISRAELI-PALESTINIAN CONFLICT

Mauro Saccol¹

Abstract:

The paper aims at analysing the Israeli-Palestinian conflict through the words of Frantz Fanon. In particular, the concept of alienation developed by this author is taken into consideration, in order to try to understand the psychological effects of the colonization on native people. Moreover, the focus is put on violence as a consequence of alienation, with the purpose of highlighting some of the features of the Palestinian resistance. The paper starts with a biography of Fanon, in order to prepare the ground for the examination of his works. After that, the accent is put on that branch of Israeli historiography that began to talk about colonization, so to build the appropriate framework where to carry on the analysis. The third part explains the concept of alienation as developed by Fanon, as well as how the concept is applied to the case study taken into account. The final section deals with violence, with the aim of enhancing its relation with alienation and, thus, contribute to a major understanding of the Palestinian resistance and the whole conflict.

“When we consider the resources deployed to achieve the cultural alienation so typical of the colonial period, we realize that nothing was left to chance and that the final aim of colonization was to convince the indigenous population it would save them from darkness. The result was to hammer into the heads of indigenous population that if the colonist were to leave they would regress into barbarism, degradation, and bestiality. At the level of the unconscious, therefore, colonialism was not seeking to be perceived by the indigenous population as a sweet, kind-hearted mother who protects her child from a hostile environment, but rather a mother who constantly prevents her basically perverse child from committing suicide or giving free rein to malevolent instincts. The colonial mother is protecting the child from itself, from its ego, its physiology, its biology, and its ontological misfortune”.

Frantz Fanon, *The Wretched of the Earth* (1967), p. 168

¹ PhD candidate in Democracy and Human Rights at the Department of Political Sciences, University of Genoa, Italy. Main fields of study is Egypt, especially the human rights situation during the Mubarak presidency and the Muslim Brotherhood theory and practice about human rights. Member of FIMAM (Foro de Investigación sobre el Mundo Árabe-Musulmán) board committee, Hermes Mundus scholarship at University of Jordan year 2014-2015.

Introduction

The recent resurgence of the conflict between Israel and Palestine has caused, as always happens in these situations, a great number of reactions all over the world. Pro-Palestinians, human rights groups and some Arab countries have deeply criticized the Israeli bombing of Gaza and the massacre of thousands of innocent people. Conversely, Zionists and pro-Israelis have focused on Hamas terrorism as the main cause of Netanyahu's military intervention, in this particular case the kidnapping and killing of three Israeli students. Whatever the reason of all this, the disproportioned suffering caused by Israel to the Gaza population seems hard to hide. If one takes into consideration the number of casualties and the damages caused by the Operation Protective Edge, it is evident that the Palestinians have suffered the major losses.

If one looks back in time, however, this state of things repeats itself almost regularly since the Thirties, when waves of Jews fleeing from Europe reversed themselves on what the Zionists call "the promised land". In the following years, indeed, all the wars fought between Israel and the Palestinians provoked great sufferings for the latter, while the former progressively gained more strength, as well as increasingly occupied portions of land. This 'colonization' has continued until today, when harsh political battles are fought, both at national and international level, in order to stop the construction of new settlements in the West Bank².

Despite the mythology that surrounds the state of Israel, from the 1980s on a group of scholars later called "the new historians" have started deconstructing the ideological foundations of the country that, since the last decade of the XIX century, have been elaborated by the Zionists. Instead of referring to Israel as the promised land, those historians based their researches on archive documents that, contrary to what had been written until then, showed the brutal way Zionists had seized land from the original inhabitants and had forced them to move away from their houses. As a consequence, the debate shifted from the myths of *terra nullius* and promised land to the colonization Israel had operated in that area, occupying a land that was not empty and, moreover, provoking great sufferings to the local population.

² See, for example, the considerable number of UN resolutions issued on this topic.

One of the most important scholars of this movement, Ilan Pappé, has accused Israel of carrying out an authentic ethnic cleansing, while Baruch Kimmerling has overcome the old myths stating that the process of construction of the state of Israel could fall under the term of colonization³. Looking at the current events, it seems that this debate is still open to new contributions. After the recent coalition government formed by the Palestinians, Netanyahu has implemented a new plan to build settlements in West Bank and Jerusalem, which has been condemned also by the US ambassador in Israel. According to Abdelmajid Sweilem, professor at al-Quds University, “the Israelis want to increase land grab measures in case they come up with their own solution to the conflict or one is imposed on them⁴.”

Even if colonization represents a main feature of the XX century, the Israeli-Palestinian case deserves a further analysis. Indeed, while the conflict has been analysed mainly in terms of international relations and human rights, the colonization aspect seems less explored, mostly because of the myths spread by the Zionists, as well as the mainstream narrative, that tends to identify the Palestinians with terrorism. Being colonization a topic that could be examined from a huge variety of perspectives, this paper will try to focus on a specific aspect, that is, natives’ alienation. To this end, the works of Frantz Fanon, a major figure in colonialist literature, will be taken into consideration. In particular, his two main books, *Black skins, white masks* and *The wretched of the Earth*, will be used as main points of reference.

The purpose of the paper, then, consists in the analysis of the alienation that the Israeli colonization has generated in the Palestinians. First of all, a brief historical background on the conflict will be given, using mainly the “new historians” works in order to shed some light on the main aspects of colonization. After that, the article focuses on two central concepts that characterize the Israeli-Palestinian troubled relations. First of all, the alleged feeling of strangeness perceived by the Palestinians in their homeland, an aspect that Fanon has treated when analysing French colonization in Algeria and Martinica. After that, the paper tries to analyse the consequences of this

³ See Pappé, Ilan, *The ethnic cleansing of Palestine*, Oneworld Publications, 2006, and Kimmerling, Baruch, *The invention and decline of Israeliness: state, society and military*, University of California Press, 2001. In this work the Italian translation of Pappé’s book will be used, see *La pulizia etnica della Palestina*, Fazi editore, Roma, 2008.

⁴ See Hatuqa, Dalia, *New Israeli settlement expansion condemned*, al-Jazeera online, 5 June 2014, <http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2014/06/israel-announces-new-settlement-expansion-20146553145984773.html>.

perception on the population, concentrating particularly on violence, which has characterized most of the Palestinian resistance to the occupation⁵.

Fanon's life: struggling for freedom⁶

Despite its brevity, Fanon's life has been really intense, especially with regard to the battles he carried out against colonialism. Born in the French colony of Martinica in 1925 from a middle class family, he studied at Lyceé Schoelcher where one of his teachers was Aimé Césaire, one of the main figures of anti-colonialist literature. Influenced by his denouncement of colonial racism, the young Fanon agitated against the Vichy regime while in Martinica, and then moved to France, where he joined the resistance against the Nazi occupying forces. It was during his military service in France that he explicitly experienced racism, noticing how French women avoided black men that were fighting for freedom. After the war, he won a scholarship to study medicine and psychiatry in Lyon, where he met José Dublé, a French woman who became his wife in 1952 and that shared his convictions against racism and colonialism. It is in this period that Fanon started to apply psychoanalysis to the study of the effects of racism on individuals, especially on the self-perception of black people.

The cultural vivacity of the 1950s made him familiarize with the ideas of Jean-Paul Sartre, as well as he became friend with Octave Mannoni, a psychoanalyst author of the book *Psychology of colonization*. Moreover, he was influenced by the publication of another important work on colonialism, *Vacation de l'Islam*, by the Algerian social philosopher Malek Bennabi. The book written by Bennabi distinguished between a country simply conquered or occupied and a colonised country. The latter, as the author explained, had lost its cultural bearings and internalized the idea of the inherent superiority of the colonizing culture.

In those years, furthermore, Fanon started identifying himself with the freedom fighters coming to France in order to seek allies against European colonialism, becoming

⁵ Violent resistance is not the only way of reaction to the occupation, although it is the one that has attracted most of the attention of politicians and academic. Other non-violent forms of resistance has developed in recent years, of which BDS is one of the most widespread all over the world. However, these are not the object of concern in this article.

⁶ The following information, except from different indication, are taken from Bhabha, Homi K., *Foreword*, in Fanon, Frantz, *Black Skins, White Masks*, Pluto Press, London, 1986, pp. VII-X.

active in the anti-colonialist struggle. In 1953, he accepted a job offer at Bilda Joinville Hospital in Algiers; therefore, he could concretely observe the fight against the Europeans. Shocked by the racist treatment the Arabs underwent, he developed a close relationship with the Algerian poor and used group therapy to help his patients.

After the brutal repression of the Algerian revolt in 1954, involving torture, killing, physical abuse and barbaric repression, Fanon secretly supported the revolutionaries and two years later, in 1956, he openly joined the National Liberation Front (FLN). He then travelled throughout Africa speaking on behalf of the movement, serving also as an ambassador in Ghana for the provisional government of Algeria. In this period, however, he was diagnosed with leukemia and, despite undergoing medical treatment in USSR and United States, he died on 6 December 1961.

His fame rose steadily in the 1960s and the 1970s, as he was considered a Third World hero. His works inspired young generations of radical students all around Europe, and they influenced the Black Power movement in the United States. At the same rapidity, his name had arisen, so it was discredited and forgotten. Conservative writers reacted against his views on violence and leftist intellectuals dismissed his revolutionary statements as outdated and naïve. However, postcolonial studies in the 1990s heralded a new interest in Fanon, whose works have undergone a large process of reinterpretation. As this paper tries to show, there is still place for applying Fanon's thought even to contemporary events, namely the Israeli-Palestinian conflict. His works, indeed, can represent a good starting point to both analyse it from a historical point of view and understand the current developments.

The colonization of Palestine

The opinions on the Israeli-Palestinian conflict cover a wide spectrum, going from the right of Israel to live in the promised land to the genocide of Palestinians. Few times, however the term colonization has been used to define what is happening in that region. In particular, most of the historiography had not employed this term until the emergence of the so-called "new historians" that, having access to archives covering the events that developed from the thirties until 1948, started providing a different

perspective on the myths⁷ that surrounded the foundation of the state of Israel. Simha Flapan, in particular, explicitly used the term “Zionist colonization” in his work *Zionism and the Palestinians*, published in 1979.

According to the Arab version, there was a colonial dispossession of a native people by a white settler class bent on expansion at their expense. In the Zionist version, Jewish immigration to Palestine brought the benefits of development to all inhabitants of the country, but met with the resistance of the feudal landlord class whose vested interests were jeopardized by the modernisation of the country, and it was the intransigence of this class that brought calamity to the Palestinian people⁸.

Flapan, however, states “no doubt certain features of Israeli Arab relations since the establishment of the state in 1948 have resembled a colonialist pattern. [...] An historical analysis, however, is crucial to determining whether the colonialist pattern was inherent in Zionist policy during the Mandatory period”⁹.

The beginning of the Jewish colonization in Palestine could not be considered as a ‘classic’ one. This difference could find its explanation in the fact that Great Britain was the Mandatory power in that area and, therefore, it would not have allowed another actor to grow in strength. Indeed, the Balfour Declaration allowed the Jews to gradually settle in the new land. Moreover, as Kimmerling states, the Zionist project elaborated by Herzl, based on the myth of *terra nullius* and on strong nationalist elements, envisaged the formation of a separate market for Jews, which did not consider the exploitation of Palestinians¹⁰. Therefore,

the [initial] relations between Jews and Arabs were not those of the colonisers and natives. This is borne out by comparing Palestine to the [French colonies]. The structure of employment and land ownership was such as to reduce the native population to dependence [...]. By contrast, in Palestine, the Arab sector of the economy developed at a quickened pace in 1917-48; [therefore], what emerged was not the exploitation of one sector by another, but the competition between two separate national economies, each growing rapidly¹¹.

The economic separation of the two communities, which then had a profound impact on the possibilities of cooperation, was the result of two factors. First, the Zionists aimed at the establishment of a fully autonomous and independent Jewish economic sector, in order to create a new type of Jewish society. Secondly, the use of economic boycott as a political weapon by Palestinians and counter-boycott organized

⁷ The word myths is especially used by Baruch Kimmerling in *The invention and decline of Israeliness*, and Simha Flapan in *The birth of Israel: myths and realities*, Pantheon Books, New York, 1987.

⁸ Flapan, Simha, *Zionism and the Palestinians*, Croom Helm, London, 1979, p. 194.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Kimmerling, *The invention*, p. 27.

¹¹ Ibid., p. 195.

by Yishuv increased the division and, to say it with Fanon words, the compartmentation between the two communities, even in non-economic sectors¹².

One of the most important voices of the “new Israeli history”, Ilan Pappé, has given another description of the events that unfolded by the Thirties, and especially in 1947-1948. He has started from defining colonization, which could be of two types. First, exploitative, where colonizers exploit the resources for the benefit of the empire they come from. Second, as seen in Australia, North America and South Africa, where colons separate themselves from their motherland and want to live independently in the new lands, eliminating the native population”¹³. In the former category, the French and British ones could be included, while Pappé inserts Israel in the latter. Indeed, in his work *The ethnic cleansing of Palestine*¹⁴, he claims that what happened in 1947-48 can fall under the definition of ethnic cleansing, because the intention of the Israelis was to push the Palestinians out of their land, in order to allow the settlers and the newcomers to live in the “promised land”. With this work, Pappé objected to two powerful myths of the Zionist ideology. First, the *terra nullius* one, which claimed that the land was not inhabited before the Jews arrival; the second, instead, consisted in the voluntary flee of the Palestinians, with the aim to organize themselves in order to reconquer the lost land¹⁵.

Another important factor underlined by Pappé, which represents a peculiar feature of the Zionist colonization, consists in the “judaization” process carried out by all Israeli governments, “especially in Galilee, [which] is a fundamental aspect from the colonialist perspective, as it leads to the alienation of Palestinians, until they become strangers in their country”¹⁶. Here, Pappé uses the keyword of the analysis carried out in this article: alienation.

Despite the various intellectuals that analysed this concept, like Marx, Weber and Tönnies, the paper will refer to Frantz Fanon works in order to treat it, as this author explicitly applies it to the colonial context. In the following paragraphs, therefore, the works – and the words – of Fanon will be used with the purpose to try to analyse the

¹² Ibid., p. 199.

¹³ <http://osservatorioiraq.it/node/9570>.

¹⁴ Ilan Pappé, *La pulizia etnica della Palestina*.

¹⁵ Avi Shlaim, *The debate about 1948*, in Benny Morris, *Making Israel*, Michigan University press, 2007, p. 131, <http://www.press.umich.edu/pdf/9780472115419-ch5.pdf>; or in *International Journal of Middle East Studies*, 27:3, 1995, http://insct.syr.edu/academic_programs/Arab-Israeli%20Conflict-Tal/Shlaim%20Article.pdf.

¹⁶ <http://osservatorioiraq.it/node/9570>.

living conditions of the Palestinians both in Gaza and West Bank. In particular, Fanon will represent a useful tool in order to understand past and contemporary events, from the PLO activity to the intellectuals commitment, from the Hamas victory in 2007 Gaza elections to the last massacres that took place in summer of 2014. Indeed, the paper will also focus on violence, which, as put forth by Fanon, is strictly correlated to the feeling of alienation. Hence, a possible interpretation of the periodical resurgence of the conflict will be given.

Palestinians alienation

Although a precise definition of the term alienation is not given by Fanon, the analysis can start from the Oxford dictionary, which defines it, as “making someone feel isolated or estranged”¹⁷. What can be understood by the reading of his main works, *Blask skins, white masks* and *The wretched of the Earth*, indeed, is related to this definition.

To begin with, Fanon puts forth a very important concept that reveals itself fundamental in this article, compartmentation, which implies mutual exclusion and no complementarity between two peoples, where one of the two is superfluous¹⁸. This feature perfectly fits the Israeli-Palestinian reality. Since the beginning of the colonization, as showed by Flapan in his above-mentioned work, the two peoples developed separated economies. This division between the communities, however, has progressively reduced due to the huge migration in the 1930s, during the Second World War and after the establishment of the state of Israel. As Pappé has claimed, after the ethnic cleansing of 1947-48, which produced waves of refugees fleeing to Jordan and the neighbouring countries, Zionists began the process of “judaization” of the country, which represents the major cause of alienation of the Palestinian population.

This concept has been further elaborated by Yiftachel, who has classified Israel as an ethnocracy. This kind of political model is composed by the fusion of three forces. First, a settler society, which “pursues a deliberate strategy of ethnic migration and settlement that aims to alter the country’s ethnic structure”. The Israeli one, in

¹⁷ http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/alienate#alienate_3.

¹⁸ Fanon, Frantz, *Les damnés de la terre*, Maspero, Paris, 1961. Here the edition used is *The wretched of the earth*, Grove Press, New York, 2004, pp. 3-4.

particular, is defined as ‘pure settlement colony’, divided into three main ethno-classes: a) a founding charter group, that is, the first Jews that arrived after the Balfour declaration; b) a group of later migrants, such as the waves that arrived in the 1930s and the 1940s; c) dispossessed indigenous groups (the Palestinians). The second force is ethno-nationalism, which fuses the post-Westphalian division of the world into sovereign states and the principle of self-determination. Third, the ethnic logic of capital, where the dominant ethnic group occupies the highest positions in the economic scale, while the indigenous people are excluded from capital or mobility in the labour market¹⁹.

The economic discrimination is also central in Fanon discourse. Indeed, he argues that colonial alienation is fundamentally economic: “If there is an inferiority complex, it is the outcome of a double process: primarily, economic; subsequently, the internalization or, better, the ‘epidermalization’ – of this inferiority”²⁰.

As explained by Hansen, “originally economic, this subjection is later rationalized in cultural, psychological, and religious terms, and applied to the whole of native population, which can easily be identified because of its colour”²¹.

Discrimination, thus, plays a substantial role in enhancing alienation of the native inhabitants. To follow Fanon’s discourse, the relation that develops between colonizers and colonized is based on a sense of superiority of the former with the respect to the latter. To be more precise, “colonial rule and the relations it fashioned tried to rob the people under subjugation of their status of human beings”²². Consequently, instead of feeling inferior, the colonized is pervaded by a feeling of nonexistence²³. “Because it is a systematized negation of the other, a frenzied determination to deny the other any attribute of humanity, colonialism forces the colonized to constantly ask the question: “Who am I in reality?””²⁴.

The words of Fanon, though written in the 1960s, sound particularly up-to-date when one analyses the current situation in Israel/Palestine. As the author was told by

¹⁹ Yiftachel, Oren, “ ‘Ethnocracy’: the politics of judaizing Israel/Palestine”, *Constellations: International Journal of Critical and Democratic Theory*, Vol. 6: 3: 364-390 (1999), pp 365-367.

²⁰ Fanon, *Black Skins*, p. 4.

²¹ Hansen, Emmanuel, *Frantz Fanon: social and political thought*, Columbus, Ohio State University Press, 1977, p. 80.

²² *Ibid.*, p. 83.

²³ Fanon, *Black Skins*, p- 106.

²⁴ Fanon, *Wretched*, p. 182.

two Arab-Israeli students, discrimination in universities is a daily reality²⁵, confirmed by the in-depth analysis carried out by Golan-Agnon²⁶. Worse, it has been calculated that discrimination can be found, directly or indirectly, in more than fifty laws of the state of Israel. As summed up by a report in 2011, inequality characterizes practically all the main fields of private and public life, such as citizenship rights, income, social welfare, employment, land, educational access, health and political participation²⁷. Furthermore, “the right to equality and freedom from discrimination is not explicitly enshrined in Israeli law as a constitutional right, nor is it protected by statute”²⁸.

Palestinians, thus, are constantly made feeling as second-class citizens or, worse, strangers, in their homeland, what produces a deep sense of alienation. In his preface of *Black Skins, White Masks*, referring to the Algerians, Sartre wrote, “the Arab, permanently alien in his own country, lives in a state of absolute depersonalization”²⁹.

In his analysis of Fanon’s alienation Hansen indicates two main fields where alienation is mostly perceived. First, political oppression, as

The colonizer controls the political destiny of the colonized, who is not allowed to participate in the political processes that affect him. All decisions that affect him are made by the colonizers, and thus the colonized also suffers political oppression. *He is made to feel alien in his own country* [italics mine]. Such conditions lead to feelings of humiliation, inferiority and powerlessness³⁰.

As reported by Adalah, several motions to prevent Arab parties to participate to elections has been proposed in the last decade, as well as another bill has been put forth requesting all the members of Knesset to swear loyalty to Israel as a Jewish, Zionist and democratic state³¹. Racism, thus, is contained even in the legislation, what poses Israel on the same level as former European colonial powers.

However, the law that, under the lens of this work, seems to contribute more to the enhancement of alienation is the *Nationality Law* of 1952. Indeed, article 13 states

²⁵ Interview conducted by the author in Amman, Jordan, September 2014.

²⁶ Golan-Agnon, Daphna, “Separate but not equal: discrimination against palestinian arab students in Israel”, *American Behavioral Scientist*, Volume 49 Number 8, April 2006, pp. 1075-1084.

²⁷ Hesketh, Katie, et al., *The inequality report: the palestinian arab minority in Israel*, Adalah, Haifa, March 2011, pp. 8-12. As regards discrimination, see also a report issued by the Mossawa Center for the US State Department, on 24th October 2013, titled *Discrimination against the Arab minority in Israel*, that can be consulted at <http://www.usacbi.org/wp-content/uploads/2013/11/US-State-Dept-2013-Report-Mossawa-Submission.pdf>, as well as the UN General Assembly *Report of the Committee against racial discrimination*, 18th session (13 February -9 March 2012), pp. 15-23, that can be consulted at <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G12/428/69/PDF/G1242869.pdf?OpenElement>.

²⁸ *Ibid.*, p. 7

²⁹ Sartre, Jean-Paul, preface to *Black Skins*, p. XXIII.

³⁰ Hansen, *Frantz Fanon*, p. 92.

³¹ Hesketh, *Inequality report*, pp. 53-54.

that “‘foreign nationality’ includes foreign citizenship, and ‘foreign national’ includes a foreign citizen, but does not include a Palestinian citizen”³². Moreover, “Any reference in any provision of law to Palestinian citizenship or Palestinian citizens shall henceforth be read as a reference to Israel nationality or Israel nationals”³³. The judaization process recalled by Pappé and Yiftachel is definitively evident from this provision, where the Palestinians are assimilated to Israelis. This situation can be compared to the process carried out by France with respect to Algeria, a condition that Fanon widely described in his works.

The second powerful tool that Fanon indicated as provoking and increasing alienation is cultural degradation. As reported by Hansen,

Fanon discusses in some detail the cultural factors that lead to such alienation. Of these, perhaps the most important are education and the language of the colonizer, which remain the most potent instruments for the systematic alienation of the native. In the colonial territory, the colonizer first imposes its own language on the colonized. The language of the colonizer becomes the official language, the language of commerce and business. [...] the language of the colonizer is not only a medium of communication: it is a “social artefact”. Thus, to adopt the language of the colonizer is to assume his cultural forms of thought and patterns. [...] It is the adoption of the colonizer’s language that estranges the native³⁴.

The case of Israel and Palestine provides great evidence to this statement. Despite Arabic is recognized as an official language of the state of Israel,

“Arabic speakers in Israel have little opportunity to enjoy and use their language after completing their primary and secondary schooling, except in the private sphere and within their own community. As a result of government policy, the status of Arabic is vastly inferior to that of Hebrew in terms of the resources dedicated to its use, and there is clear inequality in the opportunities granted to Arabic speakers to enjoy and use their language in official and public fora. The minimal use of Arabic in the public sphere and by public institutions stands in stark contrast to its official status”³⁵.

Hebrew language has always represented a powerful tool used by Zionists to erase the previous Palestinian-Arab culture and replace it with the new one. Since 1948, as showed by a map accessible on Zochrot website, dozens of villages and cities have been cancelled “both physically and cartographically”³⁶. Furthermore, in 2009 “the Transport Minister made a decision to Hebraize all road signs in Israel, removing the Arabic names

³² *Nationality Law*, 1952, Art. 13, <http://adalah.org/Public/files/Discriminatory-Laws-Database/English/37-Citizenship-Law-1952.pdf>.

³³ *Ibid.*, Art. 18

³⁴ Hansen, *Frantz Fanon*, p. 93.

³⁵ Hesketh, *Inequality report*, p. 46.

³⁶ Lichfield, Gideon, “Behind the politics of road signs in Israel and Palestine”, *Quartz online*, 26-08-2014, <http://qz.com/255328/behind-the-politics-of-road-signs-in-israel-and-palestine/>.

of towns and villages from the signs and replacing them with the Hebrew names of the places using Arabic letters”³⁷, although it ran counter a 2002 judgement issued by the Israeli Supreme Court. In the first chapter of *Black Skins*, Fanon effectively resumed the problems envisaged by such condition of superiority attributed to a language: “The Negro of the Antilles will be proportionately whiter – that is, he will come closer to being a real human being – in direct ratio to his mastery of French language”³⁸. If one substitutes the word ‘Negro’ with ‘Palestinian’, the result does not change. As showed by the above-mentioned reports and laws, the status of Hebrew language is, *de facto*, superior with respect to that of the Arabic one. Indeed, the former is the language of politics, culture, education, that is, those fields that are fundamental in building citizen’s conscience and background. Alienation, therefore, represents a direct consequence for the Palestinians, as their language is considered a second-class one, like every native language at the times of European colonization. Moreover, if a Palestinian aims at reaching upper-class positions, he or she is obliged to learn Hebrew, otherwise he or she will not have the possibility to choose a work, as the choice will be restricted to some fields only.

Cultural degradation or alienation, furthermore, is enforced by the State Education Law, issued in 1953³⁹. As stated in article 2, “the object of state education is to base elementary education in the State on the values of Jewish culture and the achievements of science, on love of the homeland and loyalty to the state and the Jewish people”. Although it has been amended in the year 2000, adding, “that one of the objectives of education is to acknowledge the needs, culture and language of the Arab population in Israel”, the article has not been implemented and, thus the objective not realized⁴⁰. On the contrary, students in Arab state-run schools receive very little instruction in Palestinian or Arab history and culture, spending more time learning the Torah than the Qur’an. This hails from the fact that Arab state schools curricula are entirely determined by the state, as well as Arab educators and administrators are under-represented in the Ministry of education (6, 2%), so their decision-making power

³⁷ Hesketh, *Inequality report*, p. 47.

³⁸ Fanon, *Black Skins*, p. 8.

³⁹ *State Education Law*, 1953, <http://adalah.org/Public/files/Discriminatory-Laws-Database/English/24-State-Education-Law-1953.pdf>.

⁴⁰ Hesketh, *Inequality report*, p. 39.

is sensibly low⁴¹. Finally, a recent provision has imposed the removal of the term ‘Nakba’ from textbooks⁴².

Reaction to alienation: violence

What happens, then, when an entire population is forced to perceive itself as stranger in its land? Which are the processes triggered by the constant discrimination of one ethnic group with respect to the other? How does the colonized people consciously – or unconsciously – react to such a state of things? Taking into consideration Fanon’s works, the main answer to these questions can be summed up in one word: violence.

To begin with, alienation is not an individual question. Hansen states “since the entire group of natives of the colonized society is subject to the domination of the colonizers, the whole group is alienated. The colonized group as a whole suffers from colonial alienation”⁴³. Although violence existed in the indigenous community even before the arrival of the colonizers, Fanon states that it was the settler, or his intermediaries, that introduced violence into the relationship between the native and the settler⁴⁴. Indeed, “colonial rule was effected by a mixture of force, violence, persuasion, deceit and fraud. Whatever element was dominant depended on the particular circumstances of each case”⁴⁵. On this base, thus, it is easily understandable the reaction of the Palestinians since the 1930s, when they started struggling against Jews. Moreover, the various battles and conflicts between one part and another can be comprehended in this framework. Israel, indeed, took the Palestinians land with a mixture of force and violence (especially in the 1967 Six Days War), persuasion, deceit and fraud (see the request of 80 percent of the land to the UN committee in 1947, which led to the allocation of 56 percent of Palestine to the Israelis)⁴⁶.

⁴¹ Ibid., p. 40. See also Golan-Agnon, “Separate but not equal”, p. 1079, who states that of the “of thousands of people who work in the Ministry’s administrative headquarters, not even 10 are Arab, and most of them work in the cafeteria”. For an accurate statistics on Arab participation in higher education and academics, see Ali, Nohad, *Representation of Arab Citizens in the Institutions of Higher Education In Israel*, Sikkuy, Haifa and Jerusalem, November 2013, http://www.sikkuy.org.il/wp-content/uploads/2013/11/English_final-2014_representation_higher_education1.pdf.

⁴² Hesketh, *Inequality report*, p. 40.

⁴³ Hansen, *Frantz Fanon*, p. 76.

⁴⁴ Ibid, p. 87.

⁴⁵ Ibid, p. 84.

⁴⁶ Pappe, *La pulizia etnica*, p. 50. See also Khalidi, Walid, “Revisiting the UNGA Partition Resolution”, in *Journal of Palestine Studies*, n. 105, Fall, 1997, pp. 5-21, and Flapan, Simha, “Israelis and Palestinian: Can

As Fanon claimed, “the colonial regime owes its legitimacy to force and at no time does it ever endeavour to cover up this nature of things”⁴⁷. “Violence among the colonized spread in proportion to the violence exerted by the colonial regime”⁴⁸. Since violence has represented the main element of Israeli relation with Palestinians, the response could not be expected to be different. The existence of various armed groups that have fought against Israel could then be clearly understood if seen from a fanonian perspective. Ethnic cleansing, forced expulsion from the land, the building of a wall, as well as the various military operations conducted by Israel can only lead to a proportionate violent response. Hence, “the violence of the colonial regime and counter-violence of the colonized balance each other and respond to each other in an extraordinary reciprocal homogeneity. The greater the number of metropolitan settlers, the more terrible the violence will be”⁴⁹. “The arrival of the colonist”, Fanon explains, “signified syncretically the death of indigenous society, cultural lethargy, and petrification of the individual. For the colonized, life can only materialize from the rotting cadaver of the colonist. Such then is the term-for-term correspondence between the two arguments”⁵⁰.

Furthermore, the following sentence from *The wretched of the earth*, notwithstanding its reference to the Algerian resistance against colonizers, can be effectively applied to the Israeli-Palestinian conflict, particularly to the Operation Protective Edge in 2014:

once the colonized have opted for counter-violence, police reprisals automatically call for reprisals by the nationalist forces. The outcome, however, is profoundly unequal, for machine-gunning by planes or bombardments from naval vessels outweigh in horror and scope the response from the colonized. The most alienated of the colonized are once and for all demystified by this pendulum motion of terror and counter-terror. They see for themselves that any number of speeches on human equality cannot mask the absurdity whereby seven Frenchmen killed or wounded in an ambush at the Sakamody pass sparks the indignation of civilized consciences, whereas the sacking of the Guergour *douars*, the Djerah *dechra*, and the massacre of the population behind the ambush count for nothing. Terror, counter-terror, violence, counter-violence. This is what observers bitterly report when describing the circle of hatred which is so manifest and so tenacious in Algeria⁵¹.

They Make Peace?”, *Journal of Palestinian Studies*, Vol XV, No.1, Issue 57, Washington DC, Autumn 1985, pp. 19-42.

⁴⁷ Fanon, *Wretched*, p. 42.

⁴⁸ *Ibid*, p. 47.

⁴⁹ *Ibid.*, pp. 46-47.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 50.

⁵¹ *Ibidem*.

If one substitutes the Algerian natives mentioned with the Palestinians, the result is practically the same. The killing of three Israeli boys, which was used as justification for launching Operation Protective Edge, sparked indignation both in Israel and the West, while the massacres of thousands of innocent people “counts for nothing”. Moreover, no commissions has never been set up by the Israeli government to judge any single Israeli soldier, reflecting the vision of Fanon who claims that “the authorities oppression can appoint as many commissions of inquiry and investigation as they like. In the eyes of the colonized, these commissions do not exist. And in fact, [after] years of crimes committed in Algeria, [...] not a single Frenchman has been brought before a French court of justice for the murder of an Algerian”⁵².

The colonized life, trapped into this circle of violence, is thus transformed radically. Indeed, Fanon maintains that

for the colonized this violence is invested with positive, formative features because it constitutes their only work. This violent praxis is totalizing since each individual represents a violent link in the great chain, in the almighty body of violence rearing up in reaction to the primary violence of the colonizer. Factions recognize each other and the future nation is already indivisible. The armed struggle mobilizes the people, i.e., it pitches them in a single direction, from which there is no turning back⁵³.

Consequently, violence has become an integral part of Palestinians’ life, if not the main one. Indeed, it is considered ‘positive and formative’ because it is seen both as the only way to resist the occupying force and a ‘work’ for all the alienated youngsters. Indeed, as mentioned above, the very limited social, political and economic participation allowed to hundreds of young Palestinians, as well as the scarce educational possibilities, result in a powerful mix of alienation and frustration, whose relief valve is represented by violence itself.

Conclusion

The circle is therefore closed. Alienation provoked by colonial invasion finds its relief valve in violence, as a response to the use of force by the colonizer. As a result, violence itself represents one of the causes of natives alienation, as they are forced to

⁵² Ibid., p. 50.

⁵³ Ibidem.

live in an environment that does not follow its natural course, but rather constrains people to fight against an oppressor that wants to exclude them from the political life of the country, as well as endeavours to erase natives culture imposing its own.

Fanon analysis, despite dating back to the 1960s, still proves its usefulness when taking into consideration the Israel-Palestinian conflict. Its contribution on alienation, a topic that had never been considered before when examining colonization, could well explain and allow to understand the events that have unfolded in Palestine since the 1930s. The continuous process of 'judaization' carried out by all Israeli governments, indeed, has provoked a deep sense of estrangement between the Palestinian community.

Although a solution for this state of things seems not to appear at the horizon, after the various endeavours by the international community to put an end to this conflict, two possibilities could be put forth in order to break up alienation. First, the two-states solution, with the creation of a Palestinian nation, separated from Israel, that could allow Palestinians to retake the identity that Zionists have tried to erase. Otherwise, putting aside the ethnic elements that characterize the political and cultural life of both Palestinians and Israelis would be a preferable way out to the current status quo. Indeed, in this case the bases for a future peaceful cohabitation need to be prepared, guaranteeing equality of rights and duties to Arabs and Jews alike. This implies the commitment to set up pacific relations between citizens of both ethnic groups. As Fanon has showed, violence and alienation are strictly interrelated, therefore putting an end to the former that, so far, has represented the main element of 'communication' between the two sides, could only bring positive results in order to overcome the latter.

Bibliography

Books and articles

- Ali, Nohad, *Representation of Arab Citizens in the Institutions of Higher Education In Israel*, Sikkuy, Haifa and Jerusalem, November 2013.
- Fanon, Frantz, *Black Skins, White Masks*, Pluto Press, London, 1986.
- Fanon, Frantz, *The wretched of the earth*, Grove Press, New York, 2004.

- Flapan, Simha, “Israelis and Palestinian: Can They Make Peace?”, *Journal of Palestinian Studies*, Vol XV, No.1, Issue 57, Washington DC, Autumn 1985, pp. 19-42
- Flapan, Simha, *The birth of Israel: myths and realities*, Pantheon Books, New York, 1987.
- Flapan, Simha, *Zionism and the Palestinians*, Croom Helm, London, 1979.
- Golan-Agnon, Daphna, “Separate but not equal: discrimination against palestinian arab students in Israel”, *American Behavioral Scientist*, Volume 49 Number 8, April 2006, pp. 1075-1084.
- Hansen, Emmanuel, *Frantz Fanon: social and political thought*, Columbus, Ohio State University Press, 1977.
- Hatuqa, Dalia, “New Israeli settlement expansion condemned”, *al-Jazeera online*, 5 june 2014.
- Hesketh, Katie, et al., *The inequality report: the palestinian arab minority in Israel*, Adalah, Haifa, March 2011.
- Khalidi, Walid, “Revisiting the UNGA Partition Resolution”, in *Journal of Palestine Studies*, n. 105, Fall, 1997, pp. 5-21
- Kimmerling, Baruch, *The invention and decline of Israeliness: state, society and military*, University of California Press, 2001.
- Lichfield, Gideon, “Behind the politics of road signs in Israel and Palestine”, *Quartz online*, 26-08-2014.
- Morris, Benny, *Making Israel*, Michigan University press, 2007.
- Pappé, Ilan, *The ethnic cleansing of Palestine*, Oneworld Publications, 2006.
- Shlaim, Avi, “The debate about 1948”, *International Journal of Middle East Studies*, 27:3, 1995, pp. 287-304.
- The Mossawa Center’s briefing paper for the US State Department, *Human Rights report on Israel: discrimination against the Arab minority in Israel*, 24 october 2013.
- UN General Assembly *Report of the Committee against racial discrimination*, 18th session, 13 February -9 March 2012.

- Yiftachel, Oren, “ ‘Ethnocracy’: the politics of judaizing Israel/Palestine”, *Constellations: International Journal of Critical and Democratic Theory*, Vol. 6, 3, 1999, pp. 364-390.

Websites

- www.adalah.org
- www.aljazeera.net
- www.insct.syr.edu
- www.osservatorioiraq.it
- www.oxforddictionaries.com
- www.press.mich.edu
- www.qz.com
- www.sikkuy.org.il
- www.un.org
- www.usacbi.org,

IMPRESSÃO DAS IMPRESSÕES

RELATO DE VIAGEM A ISRAEL

Rogel Tavares¹

Eu nasci em 1975, seis meses após do início da guerra civil libanesa que aconteceu dois anos após a guerra do Yom Kippur, quando a região de Israel já estava reconfigurada há oito anos pelos conflitos de 1967 e o Estado de Israel e a Nakba completavam seus 27 anos. Todos esses eventos, em maior ou menor grau, sucederam como desdobramentos e readequações geradas pelo então quase sexagenário acordo Sykes-Picot.

Nada disso afetava a mim diretamente, que havia nascido no Hospital Israelita de São Paulo. Eu estava distante em tempo e espaço de todas essas coisas, as quais fui apresentado em primeira mão pela televisão. Lembro-me do dia do meu aniversário, quando completei seis anos de idade, e Hosni Mubarak assumiu o poder no Egito. Muitos estavam ligados em todas as notícias sobre a região. Eu me perguntava: “Como alguém pode se interessar mais por algo que acontece tão longe do que com o meu aniversário?”

Cresci com a ideia alimentada pela mídia de que o Oriente Médio era uma região habitada por gente indomável, lugar de conflitos insolúveis, um pedaço de chão no meio do mundo regado a sangue, e que somente a morte coletiva poderia trazer algum consolo, diante de tantas atrocidades.

Em 1997 ingressei no curso de teologia e me despertei para a questão da intolerância histórica entre judeus e cristãos, para o problema do antissemitismo em

¹ Rogel Maio Nogueira Tavares é formado em Teologia pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP). É responsável por dois projetos em Israel, Egito, Jordânia e Turquia: Mundo da Bíblia, e Intoleranciano. É também membro integrante do Grupo de Trabalho sobre Oriente Médio e Mundo Muçulmano GTOMMM - LEA/USP.

suas mais diversas formas e consequências, e também para o modo como o cristianismo foi moldado por estes conflitos viscerais.

Nove anos depois, já formado, eu desembarcava em Israel para tentar compreender de perto a essência de todos esses fenômenos. Até então, eu percebia a questão do Oriente Médio por meio de informações por vezes tendenciosas e a serviço de interesses outros, conceitos extraídos de livros esquecidos e de alguns documentários, de alguma forma tendenciosos, como é de se esperar daquilo que procede da interpretação humana.

Após uma pesada fiscalização no posto de controle do aeroporto Ben Gurion em Tel Aviv, segui em frente para me encontrar com aquilo que mudaria minha vida e meu modo de pensar de forma radical. Ao me deparar com a realidade da região, percebi que minha área de interesse tinha sua importância, mas que a questão do conflito em andamento e suas diversas subdivisões, me impressionavam mais do que o tema que eu estava pesquisando. Comecei a notar a quantidade de pontos de tensão entre árabes e judeus, muçulmanos e judeus, xiitas e israelenses, árabes cristãos e árabes muçulmanos, judeus e judeus, árabes e árabes e outros infinitos grupos e subdivisões com suas diversas narrativas. De fato, essa pluralidade de divergências me perturbou. O que começou com um interesse por entendimento mais amplo dos meandros históricos da religião acabou por evoluir para um despertar a respeito do panorama político em seus diversos cortes.

Em 2006, ao entrar em Israel, conheci pessoas que apresentavam discursos distintos. Pessoas com tendências de direita, ultradireita, nacionalistas, esquerdistas, militares, laicos e religiosos. Desse modo, entendi que, em Israel, apesar do forte apelo unificador em torno do discurso político do Estado, as pessoas não compartilhavam da mesma visão, principalmente acerca dos conflitos. O mesmo ocorreu também quando entrei nos territórios palestinos, onde havia um discurso dos grupos de interesse e tomadores de decisão. No entanto, as pessoas que eu conheci não possuíam a mesma forma de articular os motivos e soluções dos problemas entre Israel e Palestina. Toda fala era muito segmentada, dividida em visões políticas e religiosas distintas. Fiquei chocado e me lembrei das diversas vezes que ouvi: “Israel quer”, “os palestinos vão”, “os judeus acreditam que”, “o Egito quer” “os moradores de Gaza não querem mais”, “Israel decidiu”; pois esses coletivos não existiam na realidade. As visões eram muito mais fragmentadas.

Em 2008 novamente em Israel, liderei um grande grupo inter-religioso formado por cristãos, judeus e interessados em geral pela região. Eu era o responsável pela operação e por fornecer um conteúdo e contexto histórico aos interessados. Aquele era o momento em que o Hamas já havia se estabelecido em Gaza. O plano para manter a OLP no poder na região tinha fracassado. O Hamas dispunha de certo apoio popular e todos sabiam que algo estava para acontecer; contudo, havia relativa paz. Percebi que meu grupo, naquele ano, não se interessou muito pelo conflito.

Em 2009, também à frente de um grupo de turistas e estudantes, chegamos na região em Janeiro em plena operação "*Chumbo Fundido*". Os ataques entre Israel e Gaza estavam pesados. Elaborei o percurso propositalmente com guias de diversas linhas ideológicas: militares israelenses, judeus de direita e esquerda, palestinos cristãos e árabes. Podíamos ouvir os israelenses dizendo: "Olhem, eles estão nos atacando, por isso estamos revidando, isso a mídia não mostra [...] contem isso às pessoas no Brasil". Outros diziam: "Isso tem que acabar, não podemos mais suportar. Uma coisa dessas é injusta!"

Quando nos encontrávamos com os palestinos, ouvíamos: "Vejam a agressividade do ataque, estamos morrendo e o mundo não está vendo, não temos poder de fogo igual [...] contem isso no seu país, vocês têm que nos ajudar". Outros palestinos diziam: "Vejam o que o Hamas conseguiu. Vamos pagar com nossa vida suas provocações contra a Israel, nossos filhos não merecem isso, só queremos viver em paz, com dignidade e liberdade."

Muitos palestinos de Gaza e da Cisjordânia eram contra tudo o que estava ocorrendo, como muitos judeus israelenses também. Eu não conseguia dizer de que lado estava a razão, pois, de fato, os dois discursos eram genuínos. Cada lado tinha suas impressões baseadas em uma narrativa concisa de suas próprias interpretações. Assim, não havia um único modo de pensar ou uma narrativa única de cada lado. O grupo de viajantes que estava comigo ficou muito interessado com a dimensão do conflito, suas causas e desenvolvimento. Queriam saber quem era o culpado, mas não conseguiram. A verdade é que eram muitos e nenhum ao mesmo tempo, pois era difícil estabelecer uma continuidade no sentido das múltiplas narrativas. Voltamos para casa com uma mistura de impressões desequilibradas. Tudo dependia da narrativa que estávamos ouvindo no momento em nossas mentes. Este choque, gerado pelas diversas falas, acompanhado pela imagem de cada um deles - alguns se expressando com nervosismo, inconformados, com choro e raiva - resultou em uma mistura de impressões antagônicas. O que, do

ponto de vista educacional, era muito mais interessante na minha forma de pensar. Até hoje, boa parte desse grupo tem um grande interesse pelos acontecimentos da região, troca notícias, títulos de livros e artigos pelas redes sociais, avisa quando ocorre algum debate ou palestra interessante sobre aquilo que viu. Para eles, estar presente durante o conflito fez uma grande diferença na compreensão da situação e despertou grande interesse pela região.

Em 2010 estive mais de uma vez na região com grupos religiosos, documentaristas e etc... A viagem seguiu como se acontecesse em qualquer outro lugar do mundo. As pessoas visitaram locais turísticos, tiraram fotos, compraram seus *souvenirs*, experimentaram os sabores da região e voltaram para casa desconectadas dos acontecimentos políticos locais.

Em janeiro de 2011, chegamos ao Egito em plena revolução de Lotus, também conhecida como Revolução do Nilo. Vi milhões de pessoas na praça Tahrir, algo que nunca havia presenciado antes. O povo não suportava mais o regime de Hosni Mubarak, o país estava em pleno descontrole influenciado pela Primavera Árabe. Havia duas vertentes de pensamento. Por um lado, um grupo sinalizava apoiar um nome da Irmandade Muçulmana, por outro, muitos se opunham, principalmente por julgarem que alguém da Irmandade mudaria a tradição política egípcia que, desde Gamal Abdel Nasser, mantém fortes laços seculares. Os apoiadores da Irmandade Muçulmana argumentavam que somente a verdadeira essência religiosa poderia trazer paz, controle e poder ao país. Mas muitos egípcios não desejavam ser religiosos no modelo da Irmandade.

O povo nas ruas não queria Mubarak, mas tampouco sabia ao certo o que queria. Civis e militares estavam em descompasso. Tivemos de ficar um dia sem poder sair no hotel quando a agressividade chegou a níveis extremos. No primeiro momento que a fúria se deslocou de perto do nosso hotel, fugimos em dois ônibus escoltados por um comboio de militares, formado por caminhões de soldados e tanques de guerra em direção ao sul, para a região do Sinai, onde os eventos estavam aparentemente mais calmos. No Sinai, ficamos um dia estacionados e, na primeira oportunidade, fomos à fronteira com Israel, em Taba, por onde deixamos o país. Era um grupo grande, e todos até hoje se interessam por aquilo que a mídia apresenta sobre o Oriente Médio com um tom muito mais crítico. Leem livros sobre o assunto continuamente. Muitos voltaram mais de uma vez depois daqueles dias de fúria.

Em 2012, estive mais de uma vez entre Egito, Israel e Jordânia. Meus grupos foram fracionados entre Janeiro e Julho nestes países. Houve um sequestro envolvendo duas brasileiras na região do Sinai, no Egito, durante o mês de Março; membros do grupo cujo líder, chamado Mustáfa, era um grande amigo e professor meu. Tudo estava "quente" naquela geografia, mas conflitos só iriam acontecer no final do ano, após a morte de Ahmed Said al-Jabari². Sendo assim, não vimos nada de muito especial que mexeu com as pessoas. O padrão das fotos, explicações e lojas foi mantido. Posteriormente, ninguém desenvolveu muito interesse pelo Oriente Médio.

Em 2013 cheguei à região logo após a operação Coluna de Nuvem, feita por Israel em Gaza. Era um momento interessante, pois tanto líderes israelenses como do Hamas se julgavam vencedores e se sentiam mais fortes. Com Mohamed Morsi no poder do Egito, o Hamas se sentia fortalecido e com fontes inesgotáveis de abastecimento. É bom lembrar que a Irmandade Muçulmana e o Hamas tem um passado comum. A Irmandade foi muito oprimida sob o Egito de Nasser, pensou que teria seu momento de glória quando Anwar Sadat subiu ao poder e até mesmo no início do governo de Mubarak - que por fim os oprimiu também. Agora eles estavam no poder, Morsi se mostrou presente e fundamental nas negociações para o cessar-fogo. Parecia ser o grande momento de triunfo da Irmandade. Contudo, o Egito começava a mostrar sérios sinais de descontrole político. A Irmandade Muçulmana usava a roupa da democracia para implantar outro modelo político. Eu tinha uma viagem marcada para retornar ao país em Julho. No dia 3 de Julho, enquanto estava embarcando com meu grupo no Brasil em direção ao Egito, recebi a notícia que a praça Tahrir estava novamente ocupada, a crise política afetava o presidente eleito Mohamed Morsi a ponto de acabar deposto pelo exército. Cheguei no dia da queda e nosso grupo tinha uma aula marcada no Museu do Cairo, bem em frente à praça Tahrir. Os poucos grupos de turistas que chegavam ao Egito estavam com medo. Eu guiava um grupo de fiéis da Igreja Adventista do Sétimo Dia e quando Adly Mansour assumiu o país como presidente interino correu na mídia internacional e local um boato de que ele seria membro desta denominação religiosa.³ Fiquei apreensivo, pois os Adventistas do Sétimo dia observam a guarda do sábado judaico e as notícias diziam que

² Ahmed Said al Jabari era um ativista político que foi morto por uma operação conjunta entre a Tzahal e o Shin Bet em 14 de Novembro de 2012. Ele era o segundo líder no comando das Brigadas Izz al-Din al Qassam, o braço militar do Hamas. Al Jabari era conhecido por ter sido peça fundamental na tomada do controle da Faixa de Gaza e era acusado de ter planejado o sequestro do soldado Israelense Gilad Shalit.

³ Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/wp/2013/07/05/muslim-brotherhood-site-says-egypts-new-president-is-secretly-jewish/>> Acesso em: 15/03/2015

Mansour seria uma espécie de judeu disfarçado, o que foi muito mal visto pela Irmandade. Alguns amigos muçulmanos de minha confiança me ligaram na madrugada e me disseram que eu deveria tirar o grupo do país com urgência. Percebi que poderíamos ter problemas. Todos os demais turistas que estavam no Cairo haviam cancelado suas visitas aos museus e pirâmides, e nós estávamos sozinhos. Levei parte do grupo, somente os jovens, para a praça. Eu tinha alguns amigos árabes comigo que sempre foram de minha extrema confiança, estes por diversas vezes me auxiliaram em situações difíceis naquela região. Pedi a eles que ajudassem parte do meu grupo a conversar com os manifestantes, perguntando-lhes o que estava acontecendo e o que buscavam. As respostas eram diversas, entretanto, todos queriam algo diferente. Mais uma vez, queriam mudanças; porém, não tinham um plano. Queriam mudar mas não sabiam o que ou para quem mudar. Estavam preocupados em tirar a Irmandade da liderança no Egito e mais uma vez conseguiram gerar um vácuo de poder no país - fator que foi muito bem aproveitado pelo exército. Era uma revolução jovem, mas havia muitos idosos dormindo em barracas na praça. Podíamos ver mães com seus filhos durante o dia. À noite, o ambiente ficava descontrolado.

Os manifestantes gritavam por vários nomes, um deles era o de Al Baradei. Na noite anterior, muitas mulheres tinham sido violentadas em plena praça Tahrir. O clima era de caos. Na praça Rabea al Adaiya estava a concentração dos manifestantes pró Irmandade Muçulmana. Era uma manifestação de menor expressão, cercada pelo exército, ali o discurso político se misturava ao religioso, o grau de agressividade entre os manifestantes era menor, mas sempre que o exército entrava os ânimos acendiam.

Eu estava atônito. Vi o mesmo exército que havia espancado e matado alguns na praça Tahrir noites antes, fazendo corações e escrevendo “Love” com a fumaça dos caças no céu limpo de Julho.

Sáímos do Egito, passamos por Israel e fomos à Turquia. Nos hospedamos em frente à praça Taksim em Istambul. Durante o dia, tudo era calmo; mas, ao fim da tarde, chegava o forte policiamento e sempre havia confrontos. Parte dos moradores de Istambul queria fazer prevalecer suas heranças kemalistas, com seus direitos e forma laica de viver, enquanto o governo de Recep Tayyip Erdoğan, com apoio de religiosos do interior do país, desrespeitava a democracia turca e forçava tendências religiosas. Como era mês de Ramadã, as praças de Istambul, inclusive a Taksin, tinham mesas com comida para todos os que chegassem a tempo e estivessem dispostos a ouvir o serviço religioso.

Mesmo para nós que vínhamos da praça Tahrir no Egito, com todos excessos que o exército egípcio cometeu no primeiro momento das manifestações, conseguíamos ver na polícia turca algo muito mais agressivo e repressor.

Vários jovens que estavam comigo e foram às praças até hoje têm um grande interesse pelo Oriente Médio e por seus conflitos. Eles perceberam que as pessoas nas praças Tahrir e Taksim eram como eles, tinham vontades, família, eram seres humanos com suas lutas justas de acordo com suas percepções.

No ano seguinte, em 2014, cheguei à região em Julho, com quase 80 pessoas, em pleno conflito entre Israel e Gaza. O sentimento era totalmente diferente. O Egito estava sob a mão forte de Abdul Fatah Saeed Hussein Khalil Al-Sisi e Gaza havia perdido com a falta de Mohamed Morsi. O Hamas tinha grandes planos, com os túneis, e muito armamento estocado; mas, ao mesmo tempo, tinha as portas de entrada fechadas para novos arsenais. O povo de Gaza estava com medo do que poderia acontecer, o Hamas já não era visto com os mesmos olhos pelo povo palestino. Algumas partes da Cisjordânia estavam a ponto de convulsão. Na mente dos israelenses havia uma espécie de certeza que dizia: “a cada dois anos teremos um conflito com Gaza, eternamente. Isso faz parte de nossa rotina”.

Pais de soldados israelenses não queriam que seus filhos entrassem em Gaza. Tinham medo. Pois não acreditavam mais que uma operação terrestre poderia por fim aos conflitos. Para eles, o conflito deveria ser resolvido por meio de ataques aéreos e bombardeios, o que, do ponto de vista humanitário, teria um alto custo - comprometendo a população civil muitas vezes pouco simpática ao Hamas. Os dois lados sabiam que este era mais um conflito que não resolveria a situação, mas que a mídia exploraria ao extremo.

Os ataques foram mais fortes de ambos os lados, o Hamas estava mais preparado e muito mais ousado, tinha estratégia, sabia usar bem melhor as barreiras humanas e principalmente a mídia. Israel tomava sempre decisões estratégicas do ponto de vista operacional, o que por vezes era uma desgraça do ponto de vista político, já que filmava todas as operações e sabia que ia ter que se justificar internacionalmente e na mídia. Por várias vezes era possível ver mísseis lançados pelo Hamas cortando o espaço aéreo israelense. As sirenes tocavam com mais constância. Sabíamos que a retaliação israelense seria agressiva e que civis morreriam do outro lado sem nenhum tipo de culpa, a não ser o fato de terem nascido sob aquelas condições políticas. Estávamos

proibidos de chegar perto de Gaza. As pessoas que estavam nos ônibus que eu acompanhava ouviram argumentos israelenses e palestinos. Vários lados, de várias moedas, muitas narrativas controversas e ao mesmo tempo verdadeiras. Naquele ano meu grupo voltou extremamente impactado com tudo que viu, mas ao mesmo tempo trouxe consigo a tônica pessimista de quem vive há tanto tempo em meio ao conflito perene: “Esta é a nossa vida e temos que nos acostumar”; “As coisas não vão se resolver tão cedo”; “Isso nunca vai acabar”; “não existe um culpado, existem muitos culpados”.

O cenário de conflito é propício para manipulações e distorções dos fatos. Interesses se confundem com necessidades, a dinâmica de guerra do Estado se mescla com a retórica de grupos de interesses e os tomadores de decisão podem facilmente ser influenciados por todos os lados, sem contarmos com o forte papel da mídia tanto local como internacional sob o conflito. Muitas vezes, tudo que recebemos da mídia não é realmente a vontade e os desejos dos moradores da região.

As lembranças que eu guardo depois de quase uma década de muitas idas e vindas anuais à região, são as impressões que eu registrei das diversas narrativas de ambos os lados, somadas às impressões das pessoas que eu levei, todas com vários níveis de conhecimento dos conflitos na região. Quanto mais turbulenta a situação em que chegávamos, mais as pessoas despertavam interesse pelo Oriente Médio e por seus problemas. Quando chegávamos em situações de paz, o conflito era explicado, as pessoas escolhiam um culpado e voltavam para seu país praticamente com o mesmo sentimento e percepção com a qual haviam chegado àquela geografia. Estar com turistas de diversas realidades, durante vários conflitos naquela mesma região, me fez perceber que eles desenvolviam interesse diferenciado e superior em relação às pessoas, em vista de quando acompanhavam o conflito somente pela mídia, ou mesmo quando conheceram a região em tempos de paz. Os conflitos os fizeram perceber e sentir uma necessidade mais forte de tentar compreender os contextos religiosos, políticos e de segurança das regiões visitadas.

A postura daqueles que chegaram à região durante os conflitos era muito diferente. Os grupos saíram sem definir um culpado. Perceberam que em ambos os lados, havia pessoas comuns com interesses diversos. Que a maioria dos cidadãos presentes em todos os conflitos que vivenciamos tinham aspirações em comum com os turistas chocados com a situação que estava em curso. Só queriam ir ao mercado, ter

liberdade, não ter medo, poder ter seus filhos na escola com segurança, ter empregos, poder de compra, direitos, dignidade, soberania e serem reconhecidas.

A impressão das impressões que eu adquiri em anos de atividade em uma fração do Oriente Médio é que estar em grupos durante os conflitos, conhecendo pessoas com narrativas diferentes, de alguma forma, nos humanizou. Percebemos que não eram bárbaros, e o que queriam, de ambos os lados, não era diferente do que queremos para nós.

BDS: AJUDA OU PREJUDICA O MOVIMENTO PALESTINO?

Daniella Köhnen Abramovay¹

Em 9 de julho de 2005, representantes da sociedade civil palestina lançaram uma campanha de boicote, desinvestimento e sanções (BDS) a fim de protestar de forma não violenta contra a situação dos palestinos nos territórios ocupados, em Israel e no exterior. O BDS alega pretender unificar o povo palestino em sua luta por autodeterminação, justiça, igualdade e liberdade por meio do boicote econômico, cultural e acadêmico a Israel.

Inspirado pelo movimento contra o apartheid na África do Sul, o BDS surgiu como resposta aos constantes fracassos da sociedade internacional de penalizar Israel por suas violações de direito internacional, sobretudo, pela falta de implementação de resoluções da ONU, de forma semelhante a sanções. Desde 2008, o BDS é comandado pelo Comitê Nacional do BDS (BDSNC).

Omar Barghouti, um dos seus principais formuladores, argumenta que o movimento pretende alcançar três objetivos: o fim da ocupação israelense pós-1967 e a derrubada do muro que separa os territórios ocupados de Israel; o estabelecimento de igualdade jurídica entre palestinos cidadãos de Israel e israelenses; e o direito de retorno de todos refugiados palestinos às suas moradias originais.²

O apoio ao BDS expandiu-se substancialmente nos últimos anos, principalmente depois da incursão militar israelense na faixa de Gaza em 2008 e do episódio da flotilha em 2010, que prejudicaram a imagem de Israel perante à sociedade internacional. Da

¹ Pesquisadora, formada em História pela Universidade de São Paulo e Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente, faz pós-graduação em Global Affairs na New York University (NYU).

² BARGHOUTI, Omar. BDS: Boycott, Divestment, Sanctions: the global struggle for palestinian rights. Haymarket Books, Chicago, Illinois. 2011. p.49.

mesma forma, a falta de crença na possibilidade de uma solução duradoura para o conflito israelo-palestino resultou em mais adeptos.

O BDS tem o apoio de certas ONG, partidos políticos, associações de direitos dos refugiados, sindicatos, acadêmicos, empresários e igrejas, da Palestina e de outros países. Algumas organizações israelenses também juntaram-se ao movimento, entre elas, o “Boycott! Supporting the Palestinian BDS from within”, “The Alternative Information Center” (AIC), “The Israeli Committee Against House Demolition” (ICAHD) e “Who profits from the occupation?”

O movimento atua com vistas a boicotar todos os produtos e serviços provenientes de Israel - e não apenas os dos territórios ocupados-, assim como todas as instituições culturais e acadêmicas do país.³ Alguns dos boicotes atualmente implementados, entretanto, não podem ser automaticamente vinculados ao movimento BDS, porque limitam-se apenas às atividades econômicas associadas aos assentamentos e não a todos produtos e serviços israelenses.

Sindicatos no Reino Unido, Irlanda e África do Sul, por exemplo, aprovaram legislação para retirar investimentos em empresas que lucram com a ocupação dos territórios palestinos. Empresas que fornecem equipamentos e serviços militares para Israel (Caterpillar, United Technologies, General Electric, ITT, Terex) que são, eventualmente, usadas nos assentamentos, são igualmente objeto de boicote; assim como a marca de cosméticos AHADA, cuja fábrica se situa na Cisjordânia.

No tocante ao boicote cultural e acadêmico, a PACBI (Palestinian Campaign for the Academic and Cultural Boycott of Israel), também criada por Omar Barghouti, inspirou a criação nos Estados Unidos da USACBI (United States Academic and Cultural Boycott of Israel) e de semelhantes grupos no Canadá, Itália, Espanha e França. O boicote concentra sua atenção, principalmente, em eventos culturais que tenham a participação de artistas israelenses, no entanto, em alguns países também incorpora restrições culturais a filmes e música provenientes de Israel.

Recentemente, o movimento a favor do boicote começou a atrair a atenção de importantes instituições financeiras mundiais. Na Holanda, o fundo de pensões PGGM retirou recursos investidos em cinco instituições financeiras israelenses; e a empresa Vitens, de canalização de água, suspendeu negócios com a homóloga israelense Mekorot.

³ BARGHOUTI, Omar. BDS: Boycott, Divestment, Sanctions: the global struggle for palestinian rights. Haymarket Books, Chicago, Illinois. 2011. p.49.

O banco dinamarquês Danske, por sua vez, removeu, no início de 2014, investimentos junto ao banco israelense Hapoalim, que financia a construção de assentamentos em territórios ocupados. O Ministério das Finanças norueguês, igualmente, instituiu proibição de que recursos do fundo do petróleo destinem-se a empresas israelenses envolvidas com a ocupação. Similarmente, a Alemanha interrompeu a concessão de financiamento à pesquisa para empresas israelenses de alta tecnologia localizadas nos territórios palestinos ocupados.

Concomitantemente, os países europeus negociam a adoção de rotulagem diferenciada para produtos provenientes dos territórios palestinos ocupados (TPO), que, com isso, não seriam mais beneficiados pelas tarifas preferenciais vigentes no acordo firmado entre União Europeia e Israel em 2000. Da mesma forma, a sociedade civil europeia, por meio da campanha “Quem lucra?”, tenciona mostrar o seu endosso à diferenciação dos produtos. A rotulagem diferenciada já foi implementada no Reino Unido e na Dinamarca. No Brasil, o acordo firmado entre Israel e o MERCOSUL contém cláusula relativa à proibição de importação de bens produzidos nos territórios palestinos ocupados, na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental. Para que sua autenticidade seja verificada, os produtos devem vir acompanhados de um Certificado de Origem.

A despeito do fato de o boicote não apresentar considerável impacto imediato na economia israelense, analistas consideram que, no longo prazo, a continuidade da política de assentamentos e a intensificação do boicote poderia ameaçar a economia israelense, pela potencial repercussão sobre ampla gama de setores e empresas, sobretudo de alta tecnologia. O ministro de finanças de Israel, Yair Lapid, admite que, se as ações de boicote forem aderidas em grande escala, principalmente por europeus, causarão danos irreparáveis à economia israelense, gerando desemprego e diminuição significativa do comércio.

Mais do que causar dano econômico a Israel, os boicotes tiveram êxito em desafiar a autoridade moral de Israel ao colocar em evidência a falta de legitimidade dos ganhos econômicos resultantes da ocupação. Um novo tipo de ameaça emergiu, o da deslegitimação do Estado de Israel que, se não tratada a tempo, pode tornar-se ainda mais prejudicial do que a militar. Tendo isso em vista, organizações judaicas na Europa e nos Estados Unidos atuam a fim de evitar prejuízos maiores à imagem do Estado de Israel. Nos Estados Unidos, o “Israel Action Network” pode ser visto como o mais ambicioso deles. Ademais, o país implementou uma política ativa de promoção literária,

cultural e artística, a fim de mostrar para a sociedade internacional que Israel não se resume apenas à ocupação, religião e conflito. Com o mesmo fim, agem seu corpo diplomático e a comunidade judaica da diáspora.⁴

O maior êxito da campanha do BDS – que inspirou outros boicotes - relaciona-se com a exposição internacional da situação dos palestinos em Israel: a realidade da ocupação, a desigualdade de direitos e o desejo de retorno dos refugiados. Como o governo israelense é alvo de extensas críticas por parte da sociedade internacional pelo fato de proteger e promover os interesses dos colonos nos territórios palestinos ocupados, é compreensível a estratégia do BDS de não diferenciar o governo de Israel – supostamente representante da sociedade - dos colonos. Segundo essa lógica, prejudicar Israel é a única forma de forçar uma mudança na política de assentamentos.

O movimento, no entanto, teria mais sucesso se objetivasse prejudicar apenas as empresas diretamente envolvidas com a indústria dos assentamentos ou que operem nos TPOs. Dessa forma, o boicote seria capaz de obstruir a fonte de renda dessas empresas ou ao menos prejudicar sua imagem, com o fim de inviabilizá-las comercialmente, obrigando-as a retirarem-se dos territórios palestinos ocupados.

Ao atuar indiscriminadamente contra todas as empresas israelenses, o BDS desconsidera o fato de que muitas dessas empresas – tais como a Sodastream, que recentemente fechou a sua filial na Cisjordânia- representam oportunidades de trabalho para palestinos, em alguns casos inclusive com salários e direitos semelhantes aos seus homólogos israelenses.

Nesse sentido, embora seus ideais possam ser considerados nobres, sua forma de alcançá-los é passível de questionamento. Ao invés de focar nas ações ilegais do governo israelense, sobretudo nos assentamentos, o movimento questiona aspectos ideológicos do conflito como o projeto sionista, a legitimidade de Israel e a sua caracterização como Estado judaico. Em vez de adotar medidas pontuais contra as injustiças da ocupação, o BDS promove boicote a Israel e não aos produtos dos territórios palestinos ocupados. Pretende deslegitimar a política israelense em relação aos palestinos alvejando os produtos de todo o país e sua sociedade.

Além disso, a adoção de boicote cultural e acadêmico pelo BDS extrapola os propósitos construtivos que o movimento possa ter, uma vez que cerceia a liberdade acadêmica e a circulação de idéias e opiniões, que são parte integral de uma sociedade

⁴ Sanctions against Israel: a campaign that is gathering weight. The Economist. 08/12/2014.

internacional livre e democrática. O boicote a professores e pesquisadores restringe sua habilidade acadêmica e prejudica a continuidade de uma atmosfera educada e crítica e, portanto, obstrui a existência de qualquer debate intelectual sobre o tema. O movimento prejudica, assim, a maior vitória da cultura e da academia, que é o fato de conseguirem situar-se acima de questões políticas.

Apesar de o BDS não assumir oficialmente posição quanto à solução do conflito israelo-palestino, fica claro que o atendimento à sua terceira demanda, a do direito de retorno, só pode ser conseguido dentro de um Estado binacional, secular e democrático. O movimento, portanto, sutilmente, clama pelo fim de Israel como Estado judaico, já que a volta dos refugiados –e seus descendentes que somam milhões- comprometeria a identidade judaica de Israel, onde os judeus tornar-se-iam minoria. A evocação do direito de retorno dos refugiados palestinos afasta o BDS dos grupos que se dedicam, por décadas, a implementar a solução de dois Estados. Organizações judaicas nos Estados Unidos, como J Street e Aipac argumentam que o movimento não distingue claramente sua oposição à ocupação pós-1967 do direito de Israel de existir como um Estado judaico. Organizações árabe-americanas, como “American Task Force on Palestine”, igualmente, opõem-se ao BDS, pois veem a proposta do grupo como ato de repúdio ao projeto de dois Estados como solução do conflito.

Mesmo algumas ONGs palestinas tardaram a fornecer seu apoio ao BDS, porque viam a abrangente abordagem dos direitos dos palestinos como apoio velado à solução de um Estado e, portanto, contrária ao que prega o movimento de libertação palestino desde 1980, acordado nos processos de paz da década de 1990. A Autoridade Palestina, por sua vez, nunca expressou seu apoio ao grupo. Preferiu, ao contrário, lançar o seu próprio boicote destinado apenas aos produtos provenientes dos assentamentos.⁵

Por essas razões, a comparação entre o BDS e o antiapartheid na África do Sul não se sustenta. Este visava somente a liberação e a emancipação da maioria da população do país, enquanto a linguagem humanista e democrática do movimento BDS acaba entrando em contradição com posturas que se revelam discriminatórias.

A história mostrou a necessidade da existência de um Estado judaico. Para que ele continue a existir como um Estado democrático e promotor dos direitos humanos, contudo, o país precisa por fim à corrosiva ocupação e à indústria a ela associada. O

⁵ <http://blogs.telegraph.co.uk/news/jakewallissimons/100275416/israels-enemies-are-dealt-a-heavy-blow-by-the-palestinian-authority/>.

boicote é um instrumento legítimo, mas para ser justo e eficaz não deveria extrapolar a punição das atividades econômicas dos territórios ocupados. Acima de tudo, Israel precisa comprometer-se com a solução dos dois Estados para o fim do conflito com os palestinos. Dada a expansão da campanha de deslegitimação, o fim do conflito - e a implementação de uma duradoura paz - nunca se mostrou tão urgente.

AS ESQUERDAS E ISRAEL: MUITA MILITÂNCIA E POUCO DIÁLOGO

Ariel Finguerut¹

"History, it has been well Said, yields her secrets only to those Who Begin with the present"

Robert Nisbet

Quando nos perguntamos o que é ser de “esquerda” ou em outros termos, ser progressista ou liberal ou mesmo socialista é sempre uma tarefa difícil pois o contexto histórico é decisivo assim como a cultura política do país e do momento analisado. Ser de esquerda nos EUA de hoje pode ser sinônimo de ser de direita em outros lugares. A esquerda no Brasil assim como parte da esquerda europeia pode ser bem caracteriza entre o antes e o depois de chegar ao poder. Outro problema típico desse exercício é encontrar posturas, ideias e estratégias que apontam para semelhanças mais fortes do que diferenças “direita” e a “esquerda”.

O que buscaremos brevemente discutir aqui é o comportamento da esquerda – e da opinião pública internacional por ela influenciada – que hoje critica Israel mas que já foi no passado defensora ou no limite simpática ao projeto sionista. O sionismo tornou-se para parte da esquerda um projeto sinônimo de imperialismo, mas não é preciso grandes digressões para lembrar que o sionismo como projeto já foi também sinônimo de um sonho socialista. E o contrário também é verdade, os conservadores que hoje defendem Israel e seu militarismo e expansão territorial, não há muito tempo, duvidava da viabilidade de uma democracia plena no Oriente Médio. Por que, uma parte considerável da esquerda – latino-americana, brasileira, mas também vale, entre

¹ Doutor em Ciência Política. Professor do Centro Universitário Senac. Membro da Comissão editorial do Boletim Eletrônico Malala.

socialistas europeus e progressistas nos EUA – mudou de percepção quanto a Israel? Não é difícil encontrarmos professores, jornalistas, intelectuais de esquerda a considerar Israel (assim como os EUA) como uma nação terrorista. Como se o David do passado fosse agora o Golias.

Joshua Muravchik (2014) em livro recém lançado apresenta alguns apontamentos interessantes para explicar essa transformação. A começar que o autor levanta uma série de fatos concretos sobre Israel, que seriam bons motivos para deixar qualquer liberal ou social-democrata entusiasmado. Israel tem plena liberdade de expressão² e liberdade religiosa, é um estado historicamente formado por imigrantes e refugiados e tem uma vibrante economia digital com *startups* e empresas de alta tecnologia. Israel tem mais prêmios Nobel que a França, por exemplo. Para os progressistas basta lembrar que as forças armadas, sem alarde, aceitam gays. Israel é um dos países que mais investe em biotecnologia e em fontes de energia alternativas. E as experiências em torno dos *Kibutz* foi durante muito tempo fonte de esperança coletivista para qualquer socialista do mundo.

A “mudança de lado” da esquerda em boa medida ocorreu em paralelo aos fracassos do processo de paz e da tese da formação dos dois estados. Muravchik (2014) também argumenta que o lado palestino soube seduzir e falar a linguagem da Nova Esquerda principalmente ao inserir a luta dos palestinos por um estado num contexto mais amplo de luta anti-imperialista e pós-colonial.

A necessidade de “defender um lado” cria distorções perigosas. Grupos que monitoram a internet, como, por exemplo, o The Southern Poverty Law Center³ (SPLC) apontam para um outro fenômeno, a aliança entre militantes pró-islã com movimentos neonazistas e neofascistas. Há notícias de encontro de negacionistas do Holocausto em Teerã⁴ assim como palestra sobre mística sufi em eventos neofascistas em São Paulo⁵. No mais, numa simples busca, que qualquer pessoa possa fazer na internet, facilmente caímos em sites que se propõem ao mesmo tempo “apresentar o islã” e “falar a verdade” sobre Israel com extenso material antissemita. O que poderia explicar essas brechas e

² Em rankings internacionais está melhor que o Brasil. Na *Freedom House*, Israel pontua 31 enquanto o Brasil 44. A pontuação ocorre numa escala de 0 a 100 na qual quanto mais perto de 0 mais livre é a mídia nacional.

³ Grupo sediado nos EUA. Cf em < <http://www.splcenter.org/> Acessado em 19/12/2014.

⁴ Cf. notícia em < http://seattletimes.com/html/nationworld/2003473161_iranholocaust12.html> Acessado em 18.12.2014.

⁵ Cf. sobre o evento em < <http://encontronacionalevoliano.com.br/>> Acessado em 18.12.2014.

alianças ideológicas? Talvez a simples lógica de que “o inimigo de meu inimigo é meu amigo” funciona agora para a esquerda como já funcionou em outros momentos também a para a direita. Lamentavelmente a esquerda pouco se manifesta sobre isso talvez temendo perder o foco de suas críticas ou por considerarem “eventos e manifestações isoladas”.



6

Por que a esquerda passou a lutar pela causa dos palestinos? Primeiramente porque se convenceram da existência de “palestinos” no sentido de ser uma identidade nacional em busca de uma autodeterminação e, segundo, porque também se convenceram que Israel havia se transformado em “estado terrorista”, “fora da lei” quando não simplesmente um estado opressor, imperialista. Contudo é um mito achar que Israel é um estado “fora da lei”, o que mudou foi que David virou Golias na metáfora de Joshua Muravchik.

Até 1967 não se falava em Estado Palestino. Durante a Guerra dos Seis Dias, muitos intelectuais de esquerda como Jean Paul Sartre ou mesmo Hannah Arendt se mobilizavam em seus respectivos países pedindo apoio internacional a Israel. E como

⁶ Cartoon de autoria de Laerte Coutinho com copyright gentilmente autorizado para ilustrar esse texto.

aponta Miscamble (1994⁷) ao estudar as memórias, diários e correspondência de George F. Kennan sua recomendação era para que os EUA tivessem ressalva quanto ao apoio a Israel. É uma ilusão achar que os EUA são mais sionistas que os sionistas como as vezes acusa a esquerda.

Nos anos de 1970 o impacto da obra de Edward Said foi também decisivo para a causa palestina e para o convencimento das esquerdas. A tese do Orientalismo em forte ressonância com as teses de Michel Foucault de *biopoder* e em menor medida de *habitus* de Pierre Bourdieu colocavam o dedo na ferida, acusando o Ocidente de etnocentrismo e tornava gradativamente mais difícil – uma vez que nenhum pesquisador se sentiria à vontade com o rótulo de orientalista – criticar grupos até então simplesmente fundamentalistas como o Hizbollah ou o Hamas que aos olhos da esquerda ganharam status de “movimentos sociais” ou de movimentos de resistência.

Paira é verdade entre conservadores a ideia de que os vizinhos árabes de Israel sempre foram antissemitas. Muitos lembram do encontro de Haj Amin al-Husseini, então o líder islâmico do protetorado britânico na Palestina com Adolf Hitler em 1941. Outros lembram de inúmeras tentativas de países vizinhos de Israel que tentaram tornar inviável a formação do estado sionista. Outros argumentam que a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) liderada por Yasser Arafat soube colocar a causa palestina entre os movimentos de luta e resistência da Guerra Fria apenas como uma escolha de estratégia política. Se o Vietnã serviu para reinventar a esquerda nos EUA, Arafat soube vincular os palestinos aos vietcongues e de repente Israel e os EUA se tornaram dois lados do mesmo império e enfrentaram esses poderes imperiais que passaram a unir a esquerda e a boa parte da opinião pública internacional.

Para muitos conservadores o antissemitismo árabe nunca deixou de existir e de tempos em tempos se revela. Grupos de Observação da Mídia Árabe como o *Middle East Media Research Institute*⁸ (MEMRI), com sede nos EUA, divulga boletins diários destacando declarações, debates, charges, cartoons, comentários da mídia em árabe que pregam a destruição de Israel ou que remetem a velhas teses antissemitas. Em certa medida, o trabalho do MEMRI tenta desconstruir o argumento que “toda culpa é do Ocidente” que os ocidentais são preconceituosos e imperialistas, tese que reverbera bem em certos setores da esquerda. Para muitos conservadores são os árabes e o Oriente

⁷ Cf. *George F. Kennan and the Making of American Foreign Policy, 1947-1950*. Ed. Princeton Press, NYC. 1994.

⁸ Grupo com sede nos EUA. Cf em < <http://www.memri.org/> > Acessado em 19/12/2014.

Médio que propagam seu “Ocidentalismo”. Dessa forma a mídia e a opinião pública internacional tornam-se um campo de batalha ideológica entre duas visões de mundo de muitas vezes funciona como uma “patrulha ideológica” que pouco de fato tem a debater e muitas vezes parte para o ataque a buscar culpados ou possíveis “orientalistas” ou “terroristas” a censurar. Parece uma contradição, mas a censura de tempos em tempos aparece no debate entre direita e esquerda frente ao Islã. Flemming Rose (2014⁹) então editor do jornal dinamarquês *Jyllands-Posten* – que publicou uma série de cartoons em torno do islã e seu profeta despertando uma grande reação internacional – chega a conclusão, com pesar, de que muitas vezes é a esquerda que sugere tentar controlar o debate ou que sugere a autocensura¹⁰. Com o debate polarizado, as sensibilidades se afluam e a racionalidade muitas vezes se perde. Qualquer imagem ou palavra descontextualizada alimenta uma Guerra Cultura, que divide as partes e cria distorções perigosas. Cada lado só consegue conversar com aqueles que já estão devidamente afinados ideologicamente. Estamos tão cegos e travados no debate público, que a frase de Thomas Jefferson do final do século XVIII parece o retrato do que temos no limiar do século XXI: “The man who reads nothing at all is better educated than the man who reads nothing but newspapers”¹¹.

A situação no Brasil, por exemplo, chegou a um ponto que sionistas liberais são taxados de conservadores. Conservadores de fato são considerados extremistas, racistas etc. Muitos nomes de esquerda já foram - ou ao menos não veem conflito entre ser sionista e ser por exemplo –socialista ou simplesmente se sentem mais de esquerda do que de direita. Ser sionista não é sinônimo de ser de direita ou de esquerda. Amos Oz (1983¹², p. 133) bem apresenta o argumento ao dizer que:

I have stated many times that Zionism is not a first name but a surname, a family name, and this family is divided, feuding over the question of a "master plan" for the enterprise: How shall we live here? Shall we aspire to build the kingdom of David and Solomon? Shall we construct a Marxist paradise here? A Western society, a social democratic welfare state? Or shall we create a model of the petit bourgeoisie diluted with a little yiddishkeit?

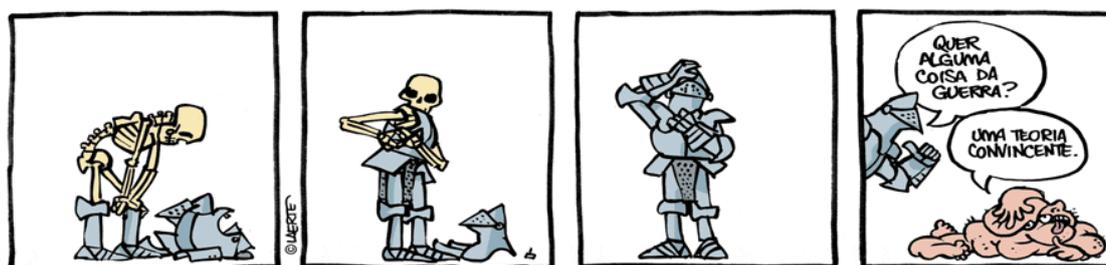
⁹ Cf. *The Tyranny of Silence: How One Cartoon Ignited a Global Debate on the Future of Free Speech*. Ed. Cato Institute, Washington D.C. 2014.

¹⁰ Dois dias após a finalização desse texto terroristas invadiram a redação do jornal Charlie Hebdo – um jornal satírico de longa tradição provocadora com vários casos de publicações de cartoons críticos ou considerados ofensivos ao islã – matando 12 pessoas deixando outras tantas feridas.

¹¹ In: Meet Thomas Jefferson Cf. < <http://thejeffersonians.com/Meet%20Jefferson.html> > Acessado em 19/12/2014.

¹² *In the Land of Israel* Ed. Fontana, Londres, 1983.

A diferença entre um sionista liberal e o sionista conservador perpassa fundamentalmente pelo tema da solução dos dois estados para o conflito. Os sionistas liberais acreditam na solução de dois estados e lamentam a militarização do conflito. Os sionistas conservadores podem já ter acreditado na solução de dois estados, mas hoje não veem outra alternativa a não ser um grande Israel – como um estado judaico soberano – mantida a um alto preço militar. Em outras palavras, os sionistas liberais acreditam que ainda é possível lidar com o “problema palestino”, já os conservadores apostam na contenção pura e simples. Na medida em que a solução de dois estados se revela mais improvável os sionistas liberais se veem num dilema existencial. Se Israel avançar para um estado sob toda Palestina diferenciando sua população judaica da palestina, ainda pode ser um projeto sionista, mas certamente não será mais liberal. E por outro lado, uma divisão rígida de territórios e de poderes criando dois estados nacionalistas em constante ameaça existencial, imaginemos uma Israel governada por um nacionalista e os palestinos por fundamentalistas certamente seria o fim tanto do sonho sionista como de qualquer aspiração liberal. Qual o futuro dos sionistas liberais? Talvez essa pergunta nos ajude a pensar também qual futuro terá a relação entre a esquerda e Israel. Cedo ou tarde, eles terão que escolher entre o sionismo sem liberalismo ou abrir mão de ambos? Esse dilema ecoa com força no debate doméstico israelense que tende a ver com reticência tanto declarações de apoio como de críticas que chegam da Opinião Pública Internacional.



13

O que poderia destravar o debate? Talvez um pouco mais de ceticismo e menos paixão militante ajudaria. O ceticismo científico anda em baixa não só nas ciências

¹³ Obra de Laerte Coutinho com copyright, gentilmente autorizada a reprodução nesse texto meramente em caráter ilustrativo.

sociais e humanas, mas também já afeta o debate das ciências naturais e biológicas, o debate sobre mudanças climáticas e matriz energética é um triste exemplo.

Outro aspecto decisivo seria enfatizar e retomar o que o pai da sociologia chama de “olhar sociológico”. O que quero dizer é que devemos deixar de buscar um *Übermensch* nietzschiano, aquela ideia de que a qualquer momento surgira um “novo” homem, um novo Nelson Mandela, um Martin Luther King ou mesmo um novo Che Guevara que irá liderar uma verdadeira revolução pondo fim ao conflito e inaugurando a tão esperada paz e o fim de todas as injustiças no conflito entre Israel e os Palestinos e nos voltarmos novamente aos fatos sociais. Em outras palavras é preciso mais serendipidade e menos materialismo histórico. É preciso estudarmos e olharmos como analistas para o conflito Israel – Palestino deixando nossas certezas e preconceitos de lado e procurar por respostas sem saber exatamente o que iremos encontrar. Creio que foi Antonio Gramsci que dizia algo sobre unirmos o pessimismo da razão com o otimismo da vontade.

Por fim, creio importante a ideia trazida por Stephen J. Dubner¹⁴, um dos co-autores da série *Freakonomics*, ele discute a economia digital, mas parece poder falar também para as dificuldades de pesquisa no conflito I-P e sobre Oriente Médio e Islã. Ele propõe que deixemos um pouco de lado a busca pela solução dos “grandes problemas” e passamos a olhar com mais atenção para o que de fato está acontecendo para o movimento e para como as coisas mudam. Em termos mais práticos creio que seja hora de deixarmos um pouco de lado a busca pela solução dos grandes temas/problemas do debate Israel-Palestina para debatermos e pesquisarmos com afinco as “pequenas coisas”, olharmos para o que de fato está acontecendo e, assim, quem sabe, termos novas perspectivas, novas ideias, novo fôlego, uma nova possibilidade de debate para os grandes problemas/temas.

¹⁴ Cf. podcast em < <https://www.youtube.com/watch?v=fypkPgeQxBQ> > Acessado em 23/10/2014.

GAZA, 2014: UNDERSTANDING THE ISRAELI-PALESTINIAN CONFLICT

Antonio Perra¹

With more than 500 hundred civilian casualties and over 80 thousands refugees displaced across 61 different shelter camps, this new round of the Israeli-Palestinian conflict has taken the world of international affairs by storm. Once again, just a few years after we have witnessed the astonishing phenomenon of the so called “Arab Spring”, we look at the Middle East with uncertainty and concern, silenced in our attempt to explain yet another bloodshed and unable to make any prediction about what will be next in Gaza.

Since mid-June 2014, the world media are providing detailed coverage of the events in the Gaza strip and the numerous social networks are flooded with images and opinions. The kidnapping and killing of three young Israeli students in the West Bank has indeed set in motion a series of events culminated in the umpteenth conflict between the Netanyahu government and Hamas, of which, as it always happen, the Palestinian population is paying the highest price. Tel Aviv was very quick in attributing the responsibility of the killing of its three youngsters to Hamas, the government in Gaza since the elections in 2006, and its response is as brutal as it could be expected. Operation “Protective Edge”, arguably the deadliest military operation since 2008, was launched by the Israeli government on July 8, and it is the result of the escalation between the two factions that followed Israel’s fierce quest to find the abductors and

¹ PhD candidate Middle East and Mediterranean Studies, King’s College London (UK)

murderers of his three students. After the rounding up of hundreds of Palestinians, allegedly affiliated to Hamas, carried out by the Israeli government in mid-June with the operation “Brother’s Keepers”, the hostilities between the two factions have tragically renewed: Hamas fires rockets against Israel, Israel fires against Gaza, and both factions cause the death of hundreds of undefended Palestinians civilians in a vicious circle of escalating violence.

In this rather dark scenario, one would have to look at the regional framework to fully understand the implications of this conflict. As Sayeh Hassan rightfully comments on the Canadian newspaper *The Star*², many have disregarded Hamas’s affiliation to Iran, onto which Hamas’s military capability depends. It was with the \$300 million per year destined by the Iranian government to Hamas’s pockets that the rockets against Israel were manufactured, transferred and eventually fired, with grave consequences for the Palestinians in Gaza, as today’s events show. The relations between Tehran and Hamas have suffered a setback when Hamas moved out of Damascus during the Syrian war, but now have resumed in light of the renewed hatred for their common enemy, Israel. Thus, although Tehran knows better than starting a nuclear war with Netanyahu, it does not restrain from fighting a proxy war counting on organisations such as Hamas, Hezbollah and other Islamic jihadist groups.

And so, as we approach the end of the first month of military confrontation, we are still struggling to imagine an end to this seemingly interminable conflict, born out of historical divergences and still unable to find answers in or outside the Middle Eastern borders.

Indeed, sadly, the chances of a successful third party mediation still appear remote. Despite the involvement of numerous organisations and countries in the effort to terminate the conflict, neither Hamas nor Netanyahu have yet interrupted the hostilities.

The government in Cairo, led by President Abdel Fatah al-Sisi after the events of the Arab Spring a couple of years ago, seem to have lost credibility in the eyes of Hamas’s leaders. After the military coup that has brought him to power, al-Sisi has not limited his means to persecute the members of the Muslim Brotherhood, Hamas’s ideological partner in Egypt, and to stiffen his attitude towards the leaders in Gaza.

² Sayeh Hassan, ‘Iran’s fingerprints all over Hamas-Israel conflict’, *The Star*, July 21, 2014.

Despite its key role in the region and the successful mediation operated by Cairo in occasion of the previous Israeli-Palestinian conflict, Egypt appears now unable to exercise a positive role in bringing the two factions to a life-saving cease-fire. Indeed, Hamas's leaders have rejected Cairo's proposal to end the military confrontation adjudging they have not been previously consulted, and during the six hours of quiet from the Israeli side, several rockets have been fired from Gaza.

Tony Blair, official envoy of the 'Quartet on the Middle East', a foursome group established in Madrid in 2002 with the goal of mediating between Israelis and Palestinians, seems unable to do better. Palestinian representatives have strongly criticised his work, which appears to be limited to that old rhetoric unable to lead towards some sort of agreement: "Always the statement of the Quartet really means nothing because it was always full of what they call constructive ambiguity that really took us to nowhere"³, commented back in 2012 Mohammed Shtayyeh, an aide to the Palestinian President Mahmoud Abbas, and since then, not much as improved. On the contrary, Blair's attempt to establish a tripartite mediation over the conflict – the Quartet, al-Sisi and Israel – has further fuelled Hamas's hostility, quite literally cut out of the negotiations. It is thus unsurprisingly that Israel's interruption of the bombing was unilateral. Hamas, at least formally, demands the lifting of Israel's eight-year blockade on the Gaza Strip, the opening of the Rafah border crossing with Egypt and the release of several Palestinian prisoners arrested during operation "Brother's Keepers", and hardly will interrupt the launch of its rockets before these conditions are met.

The United Nations is also struggling to placate the factions. Secretary General Ban Ki-Moon has urged the Israeli government to "exercise maximum restraint" and to stop the bombing of Gaza, condemning the "atrocious action"⁴ of a government whose reprisal policy is costing hundreds of lives. Yet, without the strong support of the United States, the UN has little chance to exercise any influence on Tel Aviv.

It is indeed Washington's position to strike me as highly controversial, to say the least. On what is almost a unilateral violence (20 Israeli casualties against the over 500 on the Palestinian side), the White House appears rather blindly supportive of Israel's actions and, despite some generic words about the urgency to reach a cease-fire, it looks like Tel Aviv will not suffer a setback on its relations with the United States. On a recent

³ Matthew Kalman, 'Useless, useless, useless': the Palestinian verdict on Tony Blair's job, *The Independent*, December 16, 2012.

⁴ 'UN Security Council to hold emergency meeting on Gaza', *RTE News*, July 21, 2014.

interview for *Fox News* dated July 21, Secretary of State John Kerry has commented: "You have a right to go in and take out those tunnels... We completely support that. And we support Israel's right to defend itself against rockets that are continuing to come in."⁵ Just a couple of days before, on July 19, President Obama crafted similar remarks: the United States respects Israel's right to self-defence and invites it to respond to Hamas's rockets "in a way that minimises civilian casualties."⁶

Apart from the debatable notion of 'minimising civilian casualties', the key point that emerges from the above declarations is Israel's 'right to self-defence', for it brings us back to several decades ago, when Israel's founding father David Ben Gurion was facing the Arab nationalists led by Egyptian President Gamal A. Nasser in a game of retaliatory raids and arms race.

When in 1955 President Eisenhower withdrew the economic help promised to Egypt in light of some Cold War considerations, the Cairo government turned to the Soviet Union, signing an arm deal with Czechoslovakia aimed to enhance its military capability to face Israel. Since then, Israeli policy-makers have worked unrelentingly to improve their military capability with Washington's help, appealing to Israel's "... right to existence"⁷ as the main reason why the United States should provide military help to Israel. This request, or necessity, derives from what is known as *bitahon*, which is the survival and security of Israel, an objective to which all the political efforts and the entire foreign policy had to aim to, and that continues to this day.

After the creation of Israel, the main threat to the Jewish people's survival arose from the Arab world. Because of the Arabs' hostility, Ben Gurion realised that only by enhancing Israel's military position in the Middle East, Tel Aviv could move the Arabs to acknowledge the very existence of the Jewish nation and therefore begin any negotiation for peace.⁸ From this considerations, Ben Gurion followed a foreign policy based on two

⁵ Ibidem.

⁶ Jack Simpson, 'Israel-Gaza conflict: Barack Obama warns Benjamin Netanyahu against escalating civilian deaths in Gaza', *The Independent*, July 19, 2014

⁷ FRUS, 1958-1960, Vol. XIII, *Arab-Israeli Dispute; United Arab Republic; North Africa*, 131

⁸ Avraham Avi-hai, *Ben Gurion State-BUILDER: Principles and Pragmatism 1948-1963*, (New York, Toronto, Jerusalem: Israel Universities Press, 1947), 40-42. The history of Israel's relation with Washington is indeed marked by the numerous requests advanced by the Israeli government for military aid to enhance Israel's security. In 1962 for instance, the Kennedy administration agreed to sell the HAWK missile system to Israel officially ending the policy of embargo on Israel that had characterised the US attitude until that moment. From that moment on, Washington has not questioned again whether it should sell weapons to Israel. Significantly, documents relative to the sale not only reveal that Israel's foreign policy was based around the so-called "active defence", a strategy according to which Israel's would remind the Arabs of its military superiority by conducting pre-emptive attacks. Research Memorandum, RNA-26, May 23, 1962.

main sub-objectives. First of all, he believed it was important to orient Israel towards America: in fact, after the collapse of the European superpowers following the Second World War, US and USSR emerged as the two poles, and if the Soviet way was excluded because of the extremism of the Communist regime (Ben Gurion aligned Stalin's communism to Hitler's national-socialism and Mussolini's fascism) and because of Stalin's alleged anti-Semitism⁹, the United States, already home of many Jews, became the perfect ally for Israel. Secondly, Israel had to achieve military supremacy, in both arms and technology. Again, an orientation towards America was inevitable because of its "... technological sophistication"¹⁰: if Israel wanted not only to be able to defend itself but also to stand out of the Middle East on a military level, it needed American to be the supplier of such armaments.

Today, not only has Israel reached that level of military supremacy in the Middle East, but its alliance with the United States has long been achieved. It is however Washington's short-sighted tolerance of Israel's actions the base of the frightening understanding between these two governments, and the main reason why we struggle to understand Kerr and Obama's recent declaration. Surely, much has happened since the creation of Israel, but a glance at these sixty-nine years of violent history will unquestionably prove that the issue of Palestine is the base of the disagreements between Arabs and Israelis, and that Washington's lack of leverage has contributed to the failure of the many attempts that have been made in this direction. Unfortunately, until something on the Palestinian question will be achieved, there will not be many chances of stopping this bloodshed. Thus, for the time being, the umpteenth conflict between Arabs and Israelis appears to be without solution, and even though we do

JFK Library, Box 407, Robert Komer, Arab Israeli Dispute. Documents also reveal that the United States was the main recipient of Israel's requests. The Kennedy administration tried to convince the Israeli government to acquire missiles from Britain, specifically the Bloodhound, but Golda Meir replied firmly: "Israel has no interest in the Bloodhound". FRUS, 1961-1963, *Near East*, Vol. XVIII, 1962-1963, 30. Such exchange reveals that in order to enhance its own military apparatus Israel would rely on the world superpower.

⁹ Enquiries on Stalin's alleged anti-Semitism began after the purge of the Jewish anti-fascist committee, right during the conclusion of the war. Gennady Kostyrchenko, in light of the disclosure of secret documents, explains how the creation of the JAC and Stalin's support for the creation of Israel was derived from strictly political calculation, and the repression of the Russian Jews began right after Stalin had exploited the political convenience in supporting the Jewish people. Марк ДЕЙЧ, *Как убивали Михоэлса*, Moskovskij Komsomolets, 2005. Besides the feeling of "... revulsion and disgust..." for the Jews, Stalin was also afraid that the emancipation of the Jewish people in Israel would create a subversive feeling against the regime among the Russian Jews. Orlando Fingés, *The Whisperers: Private Life in Stalin's Russia*, (London, New York: Penguin Group, 2007), 493.

¹⁰Avraham Avi-hai, *Ben Gurion State-Builder ...*,41.

advocate a quick ending, we should probably acknowledge that it will not be achieved much more than a temporary suspension of these seventy year-long hostilities.

However, as today we have access to resources unavailable some decades ago, we should work towards two circumstances to occur.

The first, and most important one, is that the United States would take off the traditional blindfold it seems to be wearing every time Israel is involved in a controversy and start acting as the international superpower that it is. Israel claims to have the right to exist, but it is denying the Palestinians of their right to exist, by controlling their airspace and waters, their commerce activities, the population registry and the Palestinians' movements in and out of Gaza, as well as electricity supplies and other inputs.¹¹ Israel claims to be defending itself, but it is harming the defenceless Palestinian people by indiscriminately firing hundreds of rockets against Gaza. Israel claims to be ensuring its own survival, but is putting an abrupt end to hundreds of Palestinian lives. Washington can no longer tolerate such actions. The US government has shown in the past that it can oppose to Israel and exercise enough leverage to restrain Tel Aviv from its retaliatory policies – to go back to the Eisenhower era, one can think of the American intervention during the Suez crisis of 1956 – and it should probably use its alliance with Israel to gain some influence with the Netanyahu government. Hardly would the Israeli government risk to jeopardise its relationship with Washington, for it now Israel is “... one of the most feared and despised countries in the world”¹², and it needs the American support to avoid being left with no supporters in the international arena. If, as Netanyahu claims, Israel is defending itself against the actions of terrorist groups and well-known regional actors, it should work to define its targets and stop this abrupt killing of innocent people. But if the Obama administration does not intervene in this direction, the conflict is likely to continue for some time, in exactly the same, tragic way.

Secondly, the international community should work in cooperation with other international bodies to sponsor programs of assistance to the Palestinian people and to exercise enough pressure on the parties involved to work towards some sort of disengagement. Today's events are proving that a soft-handed approach no longer offers

¹¹ “Scale of Control: Israel's Continued Responsibility in the Gaza Strip”, *Gisha*, November 2011. <http://gisha.org/publication/1660> accessed (24.09.2014)

¹² “A Hideous Atrocity”: Noam Chomsky on Israel's Assault on Gaza & U.S. Support for the Occupation”, *Democracy Now*, August 7, 2014. http://www.democracynow.org/2014/8/7/a_hideous_atrocity_noam_chomsky_on, accessed (13.08.2014).

any solution, and that the Palestinian question can no longer be left unanswered. It is time to address this issue and find a definitive solution that could finally put an end to these tragic events.

HANNAH ARENDT

(2012, 109", França e Alemanha)

Dirigido por Margarethe von Trotta

resenha por Joana Marinho¹

O filme "Hannah Arendt" estreado em 2014 foi realizado por Margarethe von Trotta (natural de Berlim, 1942). A cineasta alemã pertence ao movimento do Novo Cinema Alemão e notabiliza-se sobretudo pela adaptação ao cinema do livro "A Honra perdida de Katharine Blum" pelo qual venceu o Leão de Ouro no Festival de Veneza. Obteve também sucesso o seu filme sobre Rosa Luxemburgo. Podemos afirmar assim que dois temas se destacam no início da sua carreira como cineasta: personagens femininas e o idealismo como escola de cinema. Na verdade, os primeiros filmes de Margaretha von Trotta podem inserir-se numa vertente mais interventiva do cinema alemão dos anos 70 e também de um certo feminismo, no sentido em que as mulheres são sempre as protagonistas nos seus filmes.

A partir de seus filmes mais recentes podemos dizer que von Trotta não abandonou o idealismo da suas obras iniciais, pois este filme sobre Hannah Arendt, a brilhante filósofa alemã, mergulha numa época em que sentimos que ainda havia disponibilidade e entusiasmo pela vida do espírito, em que ainda se devotava a vida à reflexão, ao mundo das ideias. Os anos 60 retratados inserem-se numa época em que o pensamento, a arte e a literatura ocupavam um lugar de relevo e tinham impacto no quotidiano dos cidadãos.

A filósofa alemã nasceu em 1906 em Hannover e viria a morrer em Nova Iorque em 1975. Em 1933 Hannah, o primeiro marido e a família, abandonam Berlim para viver na

¹ Especialista em Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Políticos - Universidade Católica Portuguesa.

França, mas acabariam por ser encarcerados num campo de internamento – o de Gurs – de onde Arendt viria a escapar em 1941, exilando-se nos Estados Unidos. Deu aulas em várias universidades – Princeton, Chicago e Berkeley, mas o filme mostra-a em Nova Iorque na última faculdade em que leccionou – New School for Social Research. Ela e o marido permaneceram apátridas durante 13 anos mas Arendt considerou sempre os Estados Unidos “o paraíso”, o país que a acolheu, escrevendo até os seus ensaios em língua inglesa.

O filme cobre quatro anos fundamentais da vida de Arendt – entre 1961 e 1965. Em 1961, Hanna Arendt escreve a um dos editores da conceituada revista “New Yorker” propondo escrever uma reportagem sobre o julgamento do oficial SS, Adolf Eichmann em Israel. É engraçado ver a maneira distinta como a filósofa é encarada na redacção da revista. A redatora do New Yorker escarnece de Arendt considerando-a “uma daquelas intelectuais europeias”, e encarando-a como um daqueles seres à parte que não cumprem deadlines, enquanto os dois redatores masculinos veem com enorme prazer e honra a autora de “A origem dos Totalitarismos” querer escrever para eles.

O filme começa com a captura do oficial que fugira para a Argentina com a ajuda do Vaticano. A própria captura esteve envolta em polémica por ter sido levada a cabo pela Mossad, a polícia secreta israelita.

Arendt redigiu em cinco fascículos uma análise sobre o mal – onde exporia os seus famosos conceitos – sobre sua origem. Arendt começa por definir as atrocidades cometidas em nome do nacional-socialismo como radicais – “mal radical” mas é ao conhecer os carcereiros e ouvir os seus relatos sem mostrarem remorso, mas principalmente por justificarem os atos como um cumprimento de dever, que Arendt vai chegar ao conceito de “mal banal”. Por este conceito, a pensadora foi sobejamente criticada, mas o julgamento de Eichmann foi um dos pontos-chaves desta sua conclusão.

O fio condutor do pensamento de Arendt em relação ao “mal” é que ele não reside apenas em monstros ou sociopatas como nos ensinam desde a infância. Assistir ao julgamento de Eichmann foi determinante a moldar o seu pensamento em relação a este tema. O mal existe em milhares de pessoas semelhantes a Eichmann: vulgares, medíocres e que cometem crimes hediondos. Tratavam-se de perfeitos “zês ninguéns” enredados em teias burocráticas num país-modelo de administradores em que cada funcionário se limitava a obedecer às ordens sem questioná-las, mesmo que em causa

estivessem crimes. Arendt julgava que o tribunal tinha como propósito julgar um crime em particular, mas este criminoso revelou-se diferente de todos aqueles anteriores aos julgamentos de Nuremberg. Não há nenhum “ismo”, nenhuma ideologia que explique estas atrocidades. Estaremos perante homens que recusaram o ato de pensar. Hannah Arendt defende que Eichmann não tinha nenhum carácter pessoal, não fez nada por iniciativa própria nem teve propriamente intenção nas atrocidades que se seguiram ao prosseguimento dos trâmites das suas funções: ele era responsável pelo transporte dos prisioneiros. Mas outros críticos de Arendt responsabilizaram Eichmann precisamente porque ele sabia o que ia suceder numa fase seguinte, não contestando, não pondo em causa as ordens recebidas, e portanto, igualmente culpado que os superiores hierárquicos.

A conclusão a que Hannah chega é que Eichmann representa o ser humano que se demitiu de o ser, isto é, como alguém racional, capaz de distinguir o bem do mal e se torna capaz de realizar o mal banal – é o homem medíocre que é capaz de atos abomináveis. Ao relacionar Eichmann a “banalidade do mal”, H. Arendt foi mal compreendida e acusada de defender Eichmann.

O filme segue as reacções extremas (até ameaças de morte recebeu) pós publicação dos artigos. Hannah Arendt mostrou a sua personalidade férrea ao não fazer concessões na sua análise fria e imparcial. Não temia a censura do “politicamente correto” nem dos amigos e conhecidos da comunidade judaica de Nova Iorque. Nesse sentido vale destacarmos que Hannah Arendt não era a única intelectual de Nova Iorque que projetava para suas ideias um papel maior do que sua vida cotidiana. Assim como contemporâneos como Ayn Rand ou Herbert Marcuse², Arendt se encaixaria bem na ideia de “intelectual público”, aquele intelectual com formação europeia em ciências humanas, sociais não se esqueciam das questões de seu tempo, dos temas que afligiam a coletividade. No caso da Hannah Arendt poderia ser a banalidade do mal assim como para Ayn Rand³ era o coletivismo e para Marcuse a desumanização do capitalismo avançado. Esses intelectuais públicos demonstraram disposição e vocação para participar do debate público não temiam o “debate acalorado” e muitas vezes foram mal interpretados. Se Hannah Arendt passou a ser vista com desconfiança pela

² Herbert Marcuse (1898 – 1979)

³ Ayn Rand (1905 – 1982)

comunidade judaica, Ayn Rand ainda hoje sofre resistencia de muitos conservadores e Marcuse também é visto com ressalvas pela Esquerda.

A excessiva polêmica em torno da tese da banalidade do mal aplicada ao caso de Eichmann forçou que outros temas fossem deixados de lado. O principal deles era uma discussão sobre o papel dos líderes judaicos durante o Holocausto. Arendt afirmou que as chefias judaicas não eram isentas de culpa por terem pactuado com as autoridades nazistas, por se terem deixado abalar quando as leis de Nuremberg⁴ entraram em vigor. Arendt defende-se das acusações, alegando que nunca acusou o povo judaico, considerando que os líderes judaicos estavam entre a resistência e a cooperação, se questionando se eles não pudessem ter comportado de forma diferente.

Mas por que é que as reacções em torno do ensaio de Arendt sobre o julgamento foram tão fortes?

Precisamos situar o pensamento de Arendt em relação ao sionismo. Ela foi uma das críticas mais ferozes ao sionismo político. Recordemos um episódio ocorrido após a publicação de “Eichmann em Jerusalém”. Gershom Scholem (1897-1982) que era amigo de Arendt, reagiu severamente à publicação dos artigos e escreveu-lhe nestes termos: “Na tradição judaica existe um conceito, difícil de definir e, no entanto bastante concreto, que se chama Ahabath Israel: o amor pelo povo hebraico(...)Em ti, cara Hannah, não encontro vestígios dele”. Ao que Hannah replicou: “Tens toda a razão, não me sinto animada por nenhum amor desse gênero: na minha vida, nunca amei nenhum povo ou colectividade. Amo apenas os meus amigos e a única espécie de amor que conheço e em que acredito é o amor pelas pessoas.”⁵ Esta é a ideia que percorre toda a sua obra, a de que a abstracção é que permite o apagamento do ser humano como tal e por sua vez aniquilação de um povo, no concreto, as atrocidades do Holocausto. A certa altura Arendt afirma perante uma das suas classes de alemão avançado que o mal das sociedades modernas não está no egocentrismo mas sim na capacidade de tornar o ser humano supérfluo e convencê-lo de que é supérfluo antes de o aniquilar. É também este argumento com que Hannah termina a sua palestra nos últimos momentos do filme. Esta parte final é porventura a mais apaixonante quando vemos todo a sagacidade de Hannah Arendt. Ela decidiu convocar uma palestra na faculdade – Hannah deu aulas na New

⁴ As Leis de Nuremberga entraram em vigor em 1935 – durante um comício do Partido Nazista realizado em Nuremberga, foram anunciadas as novas leis que legalizaram muitas das teorias raciais – que retiravam a cidadania alemã dos judeus, proibindo-os de casar ou manter relações sexuais com pessoas de sangue alemão ou descendentes de alemães.

⁵ Guerreiro, António. “O preço de ser Israel” - “Público”, 31 de Agosto de 2014.

School for Social Research até ao fim da vida - para aclarar e refutar as acusações de que estava a ser alvo, nomeadamente de que teria defendido Eichmann. Neste desfecho Hannah é clara nas razões que sustentaram a sua defesa e sustenta sua argumentação de que as autoridades judaicas podiam ter feito mais e mesmo poupado muitas vidas.

Uma das ideias fundamentais da sua grande obra “A Vida do Espírito” (esta obra foi dividida em 3 volumes, mas o último já foi publicado póstumamente, editado pela secretária e fiel amiga, Lotte Köhler) é a de que o ser humano é acima de tudo um ser pensante, crítico, cuja distinção do outro é a capacidade de criar e de fazer surgir na sociedade algo de novo alimentando assim o debate de ideias.

Ao longo do filme, é-nos permitido através de recuos no tempo vislumbrar a relação de uma jovem Arendt com o filósofo e professor Martin Heidegger (1889 – 1976). Vemos como Arendt estava fascinada pelo mestre que lhe dizia “Thinking is a lonely business”. Este revisitar do passado convoca as contradições da pensadora que esteve apaixonada por alguém que por sua vez se fascinou com Hitler. Contudo, o filme também mostra a reação incrédula de Arendt ao discurso de Heidegger quando recebe o prémio atribuído por Hitler. Embora Arendt tenha sido crítica ao projeto sionista, ela foi ativa na *Organização Alemã dos Sionistas* cujo líder era Kurt Blumenfeld que vemos no filme - o amigo israelita que corta relações com Arendt aquando da publicação do artigo.

Ao pensarmos no papel de Hanna Arendt e o impacto que o filme mostra de sua reflexão sobre o Julgamento nos leva a discutir também o papel do intelectual. O próprio tema nos dias de hoje lança controvérsia: o que é que a sociedade pode esperar um intelectual? O intelectual surgiu no final do século XIX em França, ganhando relevo com o “caso Dreyfuss”, o judeu que foi injustamente acusado e fez espoletar ondas de antissemitismo, tema sobejamente explorado por Arendt na sua obra maior “As origens do totalitarismo”.

O filme sobre Hannah Arendt faz-nos trazer à ribalta o papel do intelectual e em como este se distingue do formador de opinião. Deve o intelectual ter um papel público, intervir na sociedade? Deve este pronunciar-se sobre qualquer campo do conhecimento, tornar-se um “tudólogo”, literalmente alguém que se pronuncia sobre tudo? Hoje a expressão “tudólogo” é usada com ironia. Vemos pessoas que sabem muito sobre uma

área intervir sobre outras, o que o escritor e jornalista português, Pedro Mexia⁶ considera um abuso ou desvio de capital intelectual.

Um intelectual é alguém relevante para a sociedade, alguém que consiga projetar a liberdade humana e o conhecimento de forma a abalar o “status quo”, mas sem esquecer que integra essa mesma sociedade e defendendo esse conhecimento num justo equilíbrio entre o público e o privado, como defendeu Edward Said⁷? O pensador José Gil⁸ diz mesmo que o intelectual encarado como aquele que procura um saber maior, desapareceu das nossas sociedades. António Pinto Ribeiro⁹ fala do intelectual como resistente, e lembra épocas anteriores pujantes em que os intelectuais eram portadores de energia e esta definição pode remeter-nos para essa década em Nova Iorque. O que sucede é que hoje passamos de um espaço público reduzido, caracterizado pela escassez, por uma grande selectividade de quem escrevia no público, para o espaço da Internet onde toda a gente pode escrever. A própria esquerda reivindica para si o conceito de intelectual, como alguém “engagé”, isto é, comprometido com causas. E alguma direita evita usar esse termo, usando-o em sentido pejorativo - pense-se, por exemplo, em Irving Kristol, o chamado pai do “neoconservadorismo”.

E o que era um intelectual na cosmopolita Nova Iorque dos anos de 1960 retratada na época de Hannah Arendt no filme de Margarethe von Trotta?

Arendt considera que é a responsabilidade de qualquer ser humano colocar questões, discutir, tentar compreender as raízes do Holocausto e é isso que ela buscou por toda a sua vida. Tentar compreender o caos, o colapso moral num país avançado como a Alemanha. Ela vai repetir ao longo do filme que não está a defender Eichmann mas a tentar compreender os seus atos, e a lógica argumentativa da Defesa, isto é, como conciliar um “zé-ninguém” com atos abomináveis.

Hannah Arendt era uma intelectual, talvez a melhor forma seria qualifica-la como uma intelectual pública, que não fugia da crítica e sua reflexão, segundo notamos no filme era pautada pelas trocas que fazia com as pessoas próximas como por exemplo com Heinrich Blücher - o seu segundo marido, que ela considera o amor da sua vida - e, sua melhor amiga, a escritora Mary McCarthy, e com seu círculo de amigos. A discussão intelectual faz parte da vida deles. Logo no início Heinrich discorda do direito de Israel

⁶ Dois, Público, “O intelectual”, 21 de Setembro de 2014, pp. 15-18.

⁷ Pensador israelita, publicador de uma vasta obra no campo da filosofia.

⁸ Filósofo, ensaísta e professor universitário português.

⁹ Estudiosos português, especialista em teoria da cultura.

julgar o criminoso de guerra e num jantar com vários amigos, entre antigos colegas alemães de faculdade de Arendt, Heinrich argumenta que Israel se quer existia na altura dos crimes, enquanto um dos colegas de Arendt responde que Israel possui um direito sagrado diante dos temas que aflingem os judeus pois a maioria dos sobreviventes vive lá. É também interessante a revelação do lado mais mundano de Arendt ao mostrar-nos o círculo de amigos e a relação carinhosa com o marido (Arendt casou-se em 1929 com Günther Anders e em 1940 com Heinrich Blücher (o casamento duraria até à morte de Heinrich em 1970). Vemos nos encontros com os amigos como a vida intelectual integra a sua vida social e como essas relações tiveram consequências. Arendt integrava o influente círculo de intelectuais e escritores que se reuniam em torno do jornal “Partison Review”. Isto é, a abstração do pensamento de Arendt nunca opera num corte diante de sua personalidade. Observamos Arendt a cozinhar, a jogar bilhar com Mary McCarthy, a escritora e sua melhor amiga.

A certa altura Arendt defende que desde os grandes pensadores da Grécia Antiga que o ato de pensar é encarado como um diálogo silencioso travado “entre mim e eu mesmo”. Ora, Hannah conclui que Eichmann negou o ato mais fundamental da humanidade: o de pensar, e ao demitir o pensar, perdeu a responsabilidade pelos seus atos.

Pensar não é sinonimo de conhecimento, é sim a distinção do bem e do mal, do Belo do Feio. E Arendt conclui que o mal não pode ser simultaneamente radical e banal, só o bem é radical, o mal é sempre extremo e banal porque praticado por pessoas banais capazes de atos extremos.

A grande proeza do filme é conseguir a partir dele refletirmos sobre Hannah Arendt enquanto uma intelectual de seu tempo, uma pensadora que não separar o pensamento ser pensante, isto é, da pessoa que pensa, o que denotámos com a leitura de uma das suas obras maiores: “A vida do espírito”. Portanto podemos concluir que Hannah Arendt seria uma intelectual em sentido lato.

A ideia-base na sua análise do Holocausto e do antissemitismo-absoluto – é que a sua origem está na ausência de pensamento individual, com o corolário de ausência de consciência, logo de culpa dos agentes que perpetuaram os crimes hediondos que todos conhecemos. Esta ideia está também ligada à ideia de abstração do ser humano, no sentido em que Arendt reconhecia que as ideias gerais e abstratas ao tornar o ser

humano uma mera abstração, permitem a sua aniquilação pois o ser humano torna-se uma ideia, um número, e sua eliminação apenas mais uma tarefa burocrática.

Em suma, o filme permite-nos mergulhar numa época anterior à voracidade e efemeridade das notícias, à velocidade da informação, ao narcisismo exposto nas redes sociais e reflectir sobre o papel dos intelectuais. É fascinante assistir à forma como Hannah analisou o julgamento e como lidou com as críticas de que foi alvo. E só por isso já há uma contribuição importante no filme “Hannah Arendt”. Para além disso, Hannah Arendt se torna muito atual diante da dificuldade de se pensar os intelectuais em nosso tempo e sobretudo qual o papel dos intelectuais diante da crítica ou das acusações cada vez mais presentes contra o estado de Israel mas também diante da volta do antissemitismo pelo mundo¹⁰.

¹⁰ Cf por exemplo < <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,a-volta-do-antissemitismo-imp-1092947> > ou < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/191579-antigo-demonio-assombra-europa.shtml> > . Acessados em 11/11/2014.

ISRAEL E A MOSSAD

SPIES AGAINST ARMAGEDDON: INSIDE ISRAEL'S SECRET WARS

de Dan Raviv e Yossi Melman (New York: Levant Books, 2012, 353p.)

resenha de Bernardo Wahl G. de Araújo Jorge¹

O tema da atividade de inteligência em geral desperta fascínio e curiosidade e, o da espionagem em particular, diversas controvérsias – mas não é menos fascinante e curioso. Na dimensão prática, operações de inteligência bem sucedidas podem frequentemente comprometer fontes humanas e novas tecnologias de inteligência que levaram anos para serem desenvolvidas. Por causa disso, não é incomum para os serviços de inteligência tentarem criar um deserto de espelhos para protegerem fontes e métodos, o que dificulta conhecer mais detalhes de tais serviços. Porém, há maneiras de tentar contornar isso, ainda que não completamente.

No caso dos serviços de inteligência de Israel, diversos livros sobre este assunto têm sido publicados. Pode-se citar, como exemplo, três deles: 1) *Mossad: The Greatest Missions of the Israeli Secret Service* (2012) – em uma tradução livre, algo como *Mossad: As Maiores Missões do Serviço Secreto Israelense* – de Michael Bar-Zohar e Nissin Mishal, obra que trata de operações perigosas como a captura de Adolf Eichmann, a erradicação do grupo Setembro Negro, a destruição do reator nuclear da Síria e o assassinato de cientistas nucleares iranianos. 2) *Mossad Os Carrascos do Kidon: A História do Temível Grupo de Operações Especiais de Israel* (2014), escrito por Eric Frattini, aborda dezesseis operações encobertas de assassinato e sequestro realizados pelo Mossad, mais especificamente pela subunidade “Metsada” – Divisão de Operações

¹ Analista e professor de Relações Internacionais, com ênfase em Geopolítica e Segurança Internacional. Possui Bacharelado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e Mestrado Acadêmico em Estudos de Paz, Defesa e Segurança Internacional pelo Programa San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP).

Especiais – e o Departamento Kidon, responsável pela execução de oponentes. 3) *Spies Against Armageddon: Inside Israel's Secret Wars* (2012) – em uma tradução literal, algo como *Espiões Contra o Armageddon: Dentro das Guerras Secretas de Israel* – dos jornalistas Dan Raviv e Yossi Melman. Este último livro será objeto de análise da presente resenha.

Dan Raviv é um jornalista norte-americano graduado na Universidade Harvard, e tem sido por cerca de trinta anos correspondente da CBS News, divisão de notícias da rede norte-americana de televisão e rádio CBS, cobrindo, entre outros, predominantemente assuntos relativos ao Oriente Médio. Yossi Melman é repórter e colunista de origem israelense, com reputação de notícias de última hora sobre a comunidade de inteligência israelense. Foi bolsista da Fundação Nieman para jornalismo na Universidade Harvard. Juntos, Raviv e Melman escreveram diversos livros – *Behind the Uprising: Israelis, Jordanians, and Palestinians* (1989), o best-seller *Every Spy a Prince: The Complete History of Israel's Intelligence Community* (1990) e *Friends in Deed: Inside the U.S.-Israel Alliance* (1994), além do livro aqui resenhado.

O volume em questão trata da história da inteligência israelense desde a guerra de independência (1948) até o verme de computador Stuxnet (utilizado para sabotar o programa nuclear do Irã). O historiador Douglas Brinkley, em uma das avaliações sobre o livro, afirmou que Raviv e Melman compreendem os trabalhos mais restritos do Mossad melhor do que muitos agentes da própria instituição. Além disso, a revista *Foreign Affairs* afirmou que se trata de jornalismo investigativo do mais alto nível: é a mais ampla avaliação sobre o Mossad elaborada até o momento. Mossad, aliás, significa Instituto de Inteligência e Operações Especiais.

O livro é dividido em 25 capítulos, além de um prólogo, onde os autores afirmam que sua “missão é lançar nova luz sobre eventos históricos” (p. xiii). Os capítulos versam sobre os mais variados assuntos da história dos serviços secretos de Israel. O primeiro capítulo, por exemplo, intitulado “Stopping Iran”, trata dos esforços da inteligência israelense em tentar evitar o desenvolvimento do programa nuclear iraniano. Em parte isso foi realizado através do verme (worm) de computador Stuxnet, uma iniciativa conjunta da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos, o Mossad e a unidade de tecnologia da Aman – a diretoria de inteligência militar israelense. O Stuxnet, descoberto em 2010, foi usado para sabotar as centrífugas de enriquecimento de urânio do Irã e, assim, atrasar o programa nuclear iraniano em cerca de dois anos (em um

momento no qual ataques militares contra as instalações nucleares iranianas eram avaliados como sendo muitos arriscados). O Stuxnet foi considerado a primeira arma cibernética com significado geopolítico.

Tratou-se de um ataque cirúrgico contra sistemas SCADA (Supervisory Control and Data Acquisition), utilizados em automação industrial, no caso usados para controlar as centrífugas da usina nuclear de Natanz. Tais sistemas SCADA eram fabricados pela empresa alemã Siemens. Assim, tal operação contou com o apoio do BND (Bundesnachrichtendienst), a agência de inteligência estrangeira alemã (a qual é amiga de Israel, em parte tentando apagar as memórias do Holocausto). Em 2011, outro vírus, nomeado Duqu, foi descoberto por analistas de computadores. As características indicaram que fora criado pelos mesmos hackers sofisticados e de alto nível que desenvolveram o Stuxnet: a inteligência dos EUA e de Israel.

No mesmo contexto de sabotar o programa nuclear iraniano, entre 2007 e 2011 cinco cientistas nucleares iranianos de alto escalão foram assassinados por uma variedade de métodos, predominantemente bombas colocadas nas laterais de carros por atacantes em motocicletas – estas sendo praticamente uma marca da unidade de assassinatos do Mossad. Este também conduziu uma campanha de vazamento de informações sobre os laboratórios nucleares iranianos clandestinos e fábricas de armas. A destruição parcial e o atraso do programa nuclear do Irã foram alcançados através de sabotagem e de guerra encoberta de baixa intensidade. Certamente mais do que outros operativos de inteligência ocidentais, os agentes secretos de Israel estão dispostos a buscar e assassinar alvos quase que em qualquer lugar do mundo: de terroristas palestinos nos anos 1970, passando por técnicos nucleares iraquianos nos anos 1980 e chegando aos cientistas nucleares iranianos no despontar do século XXI.

A lição que se pode aprender é que as ações conduzidas contra o Irã demonstraram as marcas únicas das agências de espionagem de Israel: coleta de inteligência, sabotagem, assassinatos, guerra psicológica – e outras medidas ainda mais sigilosas – todas elas refletindo um *modus operandi* que foi projetado, desenvolvido e conduzido pelas agências de segurança de Israel por mais de 60 anos de tentativas, erros e sucessos.

Um traço da espionagem de Israel durante muitos anos é revelado no capítulo três (“Strategic Alliance”): uma relutância em compartilhar material com os seus parceiros, mesmo os mais próximos aliados. Os israelenses acreditavam que eles

possuíam os melhores dados do mundo e tinham dúvidas para onde tais informações iriam se o “ouro” fosse compartilhado.

Pode haver uma condicionante geopolítica para a inteligência de Israel ser tão bem desenvolvida. Além de estar em um ambiente caracterizado por múltiplos conflitos, Israel não possui profundidade estratégica, embora detenha a vantagem de lutar em linhas interiores. Há o risco de ataques simultâneos oriundos de múltiplas direções. Assim, é necessária uma inteligência ativa para antecipar quaisquer ameaças que não possam ser absorvidas pela falta de profundidade estratégica. O centro de gravidade (para lembrar de um conceito de Clausewitz) das capacidades de guerra de Israel são os seus recursos de inteligência.

Outro evento, que não é tratado no livro (pois ocorreu posteriormente ao lançamento), será abordado nesta resenha apenas com o objetivo de complementar a obra. Em oito de julho de 2014, foi inaugurada a “Operação Borda de Proteção” (Operation Protective Edge, em inglês): Israel iniciou, através de ataques aéreos, sua mais recente ofensiva militar na Faixa de Gaza, com o objetivo de conter ataques de foguetes ao território israelense conduzidos pelo grupo Hamas. Dez dias depois, Tel-Aviv começou uma incursão militar terrestre, tendo como meta declarada a destruição da infraestrutura de túneis do Hamas.

Do ponto de vista da atividade de inteligência, a “Operação Borda de Proteção” poderia levar ao seguinte questionamento: como Israel recruta informantes palestinos em lugares difíceis de penetrar como a Faixa de Gaza? Por décadas, as agências de inteligência de Israel contaram com informantes palestinos para obter informações sobre comunidades árabes em Israel e nos territórios ocupados. Tais indivíduos geralmente fornecem inteligência humana ou implantam equipamentos técnicos de vigilância. E por que alguns palestinos colaborariam com a inteligência israelense? No geral, alguns porque foram injustiçados pelo Hamas e outros porque se opõem ao governo de tal grupo na Faixa de Gaza. Outros informantes, como pequenos criminosos, são recrutados através de técnicas tradicionais de inteligência – como armadilhas, ciladas e chantagem. Todavia, a maioria dos recrutados são atraídos por pagamentos em dinheiro: isso pode ser sedutor considerando a alta taxa de desemprego em Gaza.

Em *Spies Against Armageddon*, Dan Raviv e Yossi Melman fizeram um precioso trabalho de coleta de dados e montagem de um quebra-cabeças sobre a inteligência de Israel. De fato, os autores cumpriram com a sua missão de lançar novas luzes sobre

eventos históricos. Trata-se de uma leitura bastante válida que contribui para um entendimento amplo e aprofundado sobre a inteligência israelense. Certamente é o livro de referência na área e, portanto, deve ser lido.